

A arquitetura de uma refeição.
Palácios reais portugueses na aurora
do século XX
Caderno 5
Ana Sofia Pinto

D
2025



A arquitetura de uma refeição.
Palácios reais portugueses na aurora do século XX
Caderno 5
Ana Sofia Pinto



DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Ana Sofia de Matos Pinto, natural de Águeda, inscrita no **Programa de Doutoramento em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto** com o número de estudante 201304635 declaro, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 14.º do Código Ético de Conduta Académica da U.Porto, que o conteúdo da presente **tese** "A arquitetura de uma refeição. Palácios reais portugueses na aurora do século XX" orientada pela Prof. Doutora Marta Rocha Moreira reflete as perspetivas, o trabalho de investigação e as minhas interpretações no momento da sua entrega.

Declaro, ainda, que a presente **tese** de investigação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição.

Mais declaro que todas as referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência.

Não são divulgados na presente **tese** quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor.

Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.



31 de janeiro de 2025

5. NO PALÁCIO REAL DA CIDADELA DE CASCAIS.

A CEIA OFERECIDA PELA FAMÍLIA REAL
PORTUGUESA A ÉMILE LOUBET A 28 DE
OUTUBRO DE 1905

ANA SOFIA DE MATOS PINTO

TESE DE DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA

APRESENTADA À FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

ÁREA CIENTÍFICA: ARQUITETURA

Orientação:

PROF. DOUTORA MARTA ROCHA MOREIRA

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Na página seguinte:

[Fig. 1] *Vista aérea da Cidadela de Cascais* (detalhe), autor desconhecido, 1930. © AHC, PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00218.



MENU

0. A ARQUITETURA DE UMA REFEIÇÃO.

PALÁCIOS REAIS PORTUGUESES NA AURORA DO SÉCULO XX

15	0.1	O CONVITE
29	0.2	'MISE EN PLACE'
53	0.3	O JANTAR ESTÁ SERVIDO
101	0.4	A ARQUITETURA DE UMA REFEIÇÃO
107	0.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO
111	0.6	OS DIGESTIVOS

1. NO PALÁCIO REAL DA PENA.

O ALMOÇO OFERECIDO PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A EDUARDO VII A 3 DE ABRIL DE 1903

III	1.1	'HORS-D'ŒUVRE'
01	1.2	O PALÁCIO REAL DA PENA EM 1903
04	1.3	EDUARDO VII EM PORTUGAL
08	1.4	UM ALMOÇO (INFORMAL) NA PENA
50	1.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 3 DE ABRIL DE 1903

2. NO PALÁCIO REAL DE VILA VIÇOSA.

O JANTAR OFERECIDO PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A AFONSO XIII A 15 DE DEZEMBRO DE 1903

III	2.1	'HORS-D'ŒUVRE'
01	2.2	O PALÁCIO REAL DE VILA VIÇOSA EM 1903
04	2.3	AFONSO XIII EM PORTUGAL
08	2.4	JANTAR NO ALENTEJO
44	2.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 15 DEZEMBRO DE 1903

3. NO PALÁCIO REAL DA VILA DE SINTRA.

O ALMOÇO OFERECIDO PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A ALEXANDRA DE INGLATERRA A 24 DE MARÇO DE 1905

III	3.1	'HORS-D'ŒUVRE'
01	3.2	O PALÁCIO REAL DA VILA DE SINTRA EM 1905
04	3.3	PELAS PORTAS DO MEDITERRÂNEO
08	3.4	UMA REFEIÇÃO ENTRE RAINHAS
62	3.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 24 DE MARÇO DE 1905

4. NO PALÁCIO REAL DA AJUDA.

O JANTAR E CEIA OFERECIDOS PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A GUILHERME II A 27 DE MARÇO DE 1905

III	4.1	'HORS-D'ŒUVRE'
01	4.2	O PALÁCIO REAL DA AJUDA EM 1905
04	4.3	GUILHERME II RUMO A ÁFRICA
08	4.4	JANTAR E CEIA PARA O IMPERADOR
76	4.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 27 DE MARÇO DE 1905

5. NO PALÁCIO REAL DA CIDADELA DE CASCAIS.

A CEIA OFERECIDA PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A ÉMILE LOUBET A 28 DE OUTUBRO DE 1905

III	5.1	'HORS-D'ŒUVRE'
01	5.2	O PALÁCIO REAL DA CIDADELA DE CASCAIS EM 1905
04	5.3	O REPUBLICANO EM PORTUGAL
08	5.4	DEPOIS DE BELÉM
54	5.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 28 DE OUTUBRO DE 1905

6. NO PALÁCIO REAL DAS NECESSIDADES.

O JANTAR OFERECIDO PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A FREDERICO AUGUSTO A 8 DE MARÇO DE 1907

III	6.1	'HORS-D'ŒUVRE'
01	6.2	O PALÁCIO REAL DAS NECESSIDADES EM 1907
04	6.3	UMA LONGA ESTADA
08	6.4	REFEIÇÃO EM FAMÍLIA
56	6.5	A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 8 DE MARÇO DE 1907

5. NO PALÁCIO REAL DA CIDADELA DE CASCAIS.

A CEIA OFERECIDA PELA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA A
ÉMILE LOUBET A 28 DE OUTUBRO DE 1905

III 5.1 'HORS-D'ŒUVRE'

III 5.1.1 Um método

V 5.1.2 Dos desenhos

IX 5.1.3 Das imagens

XIII 5.1.4 Dos manuscritos

XVII 5.1.5 Das publicações

01 5.2 O PALÁCIO REAL DA CIDADELA DE CASCAIS EM 1905

Identificação geral dos espaços

04 5.3 O REPUBLICANO EM PORTUGAL

Uma visita num contexto de iminências

08 5.4 DEPOIS DE BELÉM

Uma ceia junto ao mar

12 5.4.1 Do quintal na cidadela?

22 5.4.2 Comida de hospital

32 5.4.3 Escada acima, escada abaixo

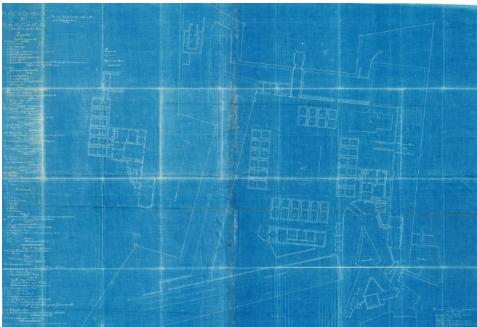
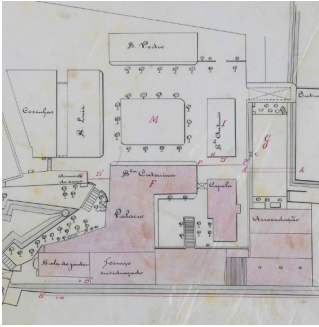
40 5.4.4 Sobre a água: fogo e luz

54 5.5 A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 28 DE OUTUBRO DE 1905



Desenhos

Arquivo Municipal de Lisboa
Arquivo Nacional Torre do Tombo
Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro
Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar
Serviço de Informação para o Património Arquitetónico



[Fig. 2 e Fig. 3]

Imagens

Iconografia
MatrizNet



[Fig. 4 e Fig. 5]

Fotografia

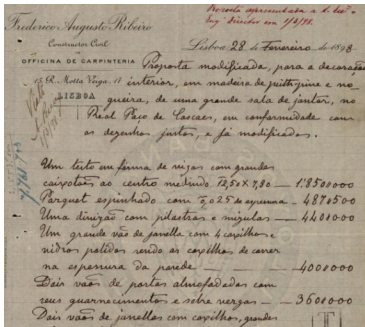
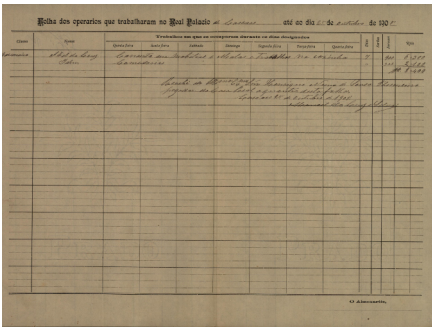
Arquivo Histórico de Cascais
Arquivo Municipal de Lisboa
MatrizPix
Serviço de Informação para o Património Arquitetónico



[Fig. 6 e Fig. 7]

Manuscritos

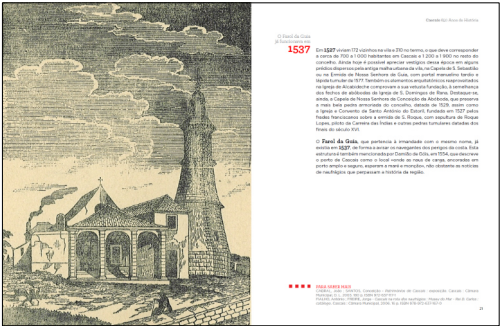
Arquivo Histórico da Fundação da Casa de Bragança
Arquivo Nacional Torre do Tombo
Biblioteca da Ajuda



[Fig. 8 e Fig. 9]

Publicações

Biblioteca Nacional
Biblioteca Nacional Digital
Hemeroteca Municipal de Lisboa
Bibliothèque nationale de France



[Fig. 10 e Fig. 11]

5.1 ‘HORS-D’ŒUVRE’

5.1.1 Um método

O estudo da rede alimentar do Palácio Real da Cidadela de Cascais e, consequentemente, da ceia neste oferecida pela Família Real portuguesa ao Presidente da República francesa Émile Loubet a 28 de outubro de 1905, implicou recolha documental em catorze unidades arquivísticas distintas.

Num primeiro momento, e com enfoque no estudo da arquitetura do paço e da cidadela na qual se insere, efetuou-se a recolha digital de desenhos diversos, ilustrativos desta realidade. Para tal acedeu-se digitalmente ao AML, ao ANTT, ao GEAEM e ao SIPA – quatro unidades arquivísticas portuguesas –, assim como à BNDRJ – entidade brasileira –, considerando-se curiosa a dispersão geográfica destes desenhos de arquitetura. Destaca-se a importância que o GEAEM teve enquanto reduto de documentação desenhada ilustrativa de arquiteturas militares, nas quais se inclui a Cidadela de Cascais e que, por conseguinte, permitiu que aqui se recolhesse um pertinente conjunto de levantamentos desenhados. A sua análise permitiu preparar a visita ao paço, tendo-se aquando desta percorrido os seus meandros, registado fotograficamente os espaços integrantes da rede alimentar ainda existentes e trocado impressões e informações.

Seguiu-se a recolha de documentação escrita – manuscrita e impressa – e, simultaneamente, de iconografia e fotografia. Presencialmente, efetuaram-se deslocações várias ao ANTT (fundos da Casa Real e do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria) e à BA, nas quais se consultaram conjuntos documentais manuscritos. Foram, adicionalmente, obtidos por meio digital outros registos provenientes do AHFCB, elucidativos sobre as dinâmicas entre almoxarifados, cozinha e ucharia no plano da aquisições de alimento. Relativamente à consulta de obras impressas, considera-se ter sido a BN a principal entidade visitada, apesar de se ter recorrido, e já num registo virtual, à análise de diversas obras permitida pela BND e por outras plataformas de acesso esporádico. A bibliografia recolhida visou instruir não apenas sobre a história do Palácio Real da Cidadela de Cascais e as modificações que lhe foram sendo aplicadas, como também procurou explorar a sua vertente de arquitetura defensiva.

A cobertura jornalística da visita de Émile Loubet a Lisboa em 1905 foi igualmente explorada, analisando-se tanto a visão portuguesa dos acontecimentos como o seu contraponto francês. Para tal recorreu-se à BND e à HML, unidades arquivísticas nas quais foram consultados digitalmente diversos periódicos e jornais nacionais. Paralelamente, uma pesquisa na plataforma

Abreviaturas utilizadas:

AHFCB

Arquivo Histórico da Fundação da Casa de Bragança;

AMC

Arquivo Municipal de Cascais;

AML

Arquivo Municipal de Lisboa;

ANTT

Arquivo Nacional Torre do Tombo;

BA

Biblioteca da Ajuda;

BN

Biblioteca Nacional;

BND

Biblioteca Nacional Digital;

BNDRJ

Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro;

BnF Gallica

Bibliothèque nationale de France;

GEAEM

Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar;

HML

Hemeroteca Municipal de Lisboa;

MN

MatrizNet;

MP

MatrizPix;

SIPA

Serviço de Informação para o Património Arquitetónico.

virtual da Bnf Gallica permitiu o contacto com algumas publicações da imprensa francesa, que foram analisadas, seleccionadas e guardadas.

Relativamente à recolha de imagens – iconografia e fotografia –, a mesma efectuou-se exclusivamente em formato digital. Plataformas virtuais como a do AML, da MN, da MP, do SIPA e do AHC mostraram-se essenciais a esta recolha, ressaltando-se o papel distinto desta última instituição. Ao possuir afinidade geográfica com o Palácio Real da Cidadela de Cascais, o AHC revelou ser a mais importante fonte de fotografias históricas deste edifício, da vila e das suas gentes, permitindo contextualizar e ilustrar a evolução da arquitetura do paço nos séculos XIX e XX e situá-lo na sua envolvente.

A totalidade da documentação recolhida foi, seguidamente, organizada e estruturada, compondo-se aquele que seria o embasamento documental da narrativa a construir. Quando comparada com a quantidade de informação recolhida relativa a outros paços reais, constata-se que a referente ao Palácio Real da Cidadela de Cascais é claramente menor. Todavia, a pertinência do recolhido suplantou a sua menor quantidade.

5.1 ‘HORS-D’ŒUVRE’

5.1.2 Dos desenhos

Dado o cariz historicamente militar do Palácio Real da Cidadela de Cascais, deve destacar-se a pertinência do GEAEM enquanto unidade arquivística fundamental à recolha de desenhos passíveis de permitir compreender a evolução das apropriações deste conjunto edificado. Deverá dar-se nota, de igual modo, do curioso e inusitado achado patente além-mar, na BNDRJ: uma das mais pertinentes e completas plantas desta cidadela portuguesa.

Arquivo Municipal de Lisboa (AML)

Planta da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, década de 1930.
PT/AMLSB/CB/09/01/08, X-C. 8.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Fundo da Casa Real

[Fig. 36] *Planta do piso térreo do Palácio Real da Cidadela de Cascais*, J. A. d'Abreu Victal, 1902.
PT/TT/CR/007-005-175, Casa Real, Almoxarifado de Cascais, n.º 175.

[Fig. 37] *Planta dos pisos nobre e segundo do Palácio Real da Cidadela de Cascais*, J. A. d'Abreu Victal, 1902.
PT/TT/CR/007-005-176, Casa Real, Almoxarifado de Cascais, n.º 176.

Planta da esplanada da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/CR/007-005-177, Casa Real, Almoxarifado de Cascais, n.º 177.

Planta da esplanada da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/TT/CR/007-005-178, Casa Real, Almoxarifado de Cascais, n.º 178.

Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

Secções parciais da sala de jantar do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 1898.
PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/102, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446. [Fig. 51]

Secção e planta parciais da sala de jantar do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 1898.
PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/102, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446. [Fig. 51]

Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro (BNDRJ)

Planta da Cidadela de Cascais, João da Silva Bento, séc. XVIII.
ARC.024,03,008. [Fig. 26]

Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (GEAEM)

Planta do piso nobre do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
Direção de Infraestruturas do Exército 5406-3-43-58.

Planta da Cidadela de Cascais, Maximiano José da Serra, 1796. [Fig. 33]
Direção de Infraestruturas do Exército 8108-3-43-propria.

[Fig. 31] <i>Planta da Cidadela de Cascais</i>, Augusto Duval Teles, 1888 (original de 1879). Direção de Infraestruturas do Exército 1047-1-8-12.	[Fig. 43] <i>Planta do piso térreo do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, autor desconhecido, 1942. DOC.00037793 DES.00020643.
<i>Planta da Cidadela de Cascais</i>, autor desconhecido, 1879. Direção de Infraestruturas do Exército 1048-1-8-12.	[Fig. 42] <i>Planta do piso nobre do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, autor desconhecido, 1942. DOC.00037793 DES.00020644.
<i>Planta da Cidadela de Cascais</i>, autor desconhecido, 1879. Direção de Infraestruturas do Exército 1049-1-8-12.	<i>Planta do terceiro piso do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, autor desconhecido, 1942. DOC.00037793 DES.00020645.
[Fig. 27] <i>Planta da Praça de Cascais e dos terrenos pertencentes à mesma</i>, Joaquim António Esteves Vaz, 1864. Direção de Infraestruturas do Exército 1064-1-8-12.	<i>Planta parcial da Cidadela de Cascais: muralha sul</i>, DGEMN, datação desconhecida. DOC.00037793 DES.00020646.
[Fig. 3] <i>Planta da Cidadela de Cascais</i>, Vitor Manuel de Araújo, 1895 (original de 1879). Direção de Infraestruturas do Exército 9863-1-8-12.	<i>Planta parcial do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, autor desconhecido, datação desconhecida. DOC.00037793 DES.00020647.
<i>Planta da Cidadela de Cascais</i>, António Duval Teles, 1864. Direção de Infraestruturas do Exército 9214-5-66-85.	<i>Planta parcial do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, autor desconhecido, datação desconhecida. DOC.00037793 DES.00020648.
[Fig. 28] <i>Planta da Casa do Governador na Cidadela de Cascais</i>, Francisco Higino Craveiro Lopes, séc. XIX. Direção de Infraestruturas do Exército 6627-6-79-71.	<i>Planta geral da Cidadela de Cascais</i>, DSFOM, 1968. DOC.00037793 DES.00020649.
[Fig. 23] <i>Planta da Cidadela e Vila de Cascais</i>, cópia de G. D. C. Weyrother, datação presumível do séc. XIX. Direção de Infraestruturas do Exército 114-6-82-115.	<i>Planta e secções parciais do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, DGEMN, 1977. DOC.00037793 DES.00020650.
[Fig. 34] <i>Planta do Hospital na Praça de Cascais</i>, José Carlos Conrado de Chelmicki, 1857. Direção de Infraestruturas do Exército 1072-1-8-12.	<i>Planta e secções parciais do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, DGEMN, 1977. DOC.00037793 DES.00020651.
[Fig. 2] <i>Planta da Cidadela de Cascais</i>, Inspeção Geral das Fortificações e Obras Militares – Carreira e Silva, 1914. Direção de Infraestruturas do Exército 4125-6-82-117.	<i>Planta e secções parciais do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, DGEMN, 1978. DOC.00037793 DES.00020652.
Serviço de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)	<i>Planta do piso térreo do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, DGEMN, 1978. DOC.00037793 DES.00020653.
[Fig. 44] <i>Secções e alçados parciais do Palácio Real da Cidadela de Cascais: projeto de cozinha</i>, autor desconhecido, 1943. DOC.00037740 DES.00020382.	<i>Planta do piso térreo do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, DGEMN, 1978. DOC.00037793 DES.00020654.
<i>Secções e plantas parciais do Palácio Real da Cidadela de Cascais: cisterna</i>, DGEMN, 1980. DOC.00037763 DES.00020474.	<i>Planta do piso térreo do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, DGEMN, 1978. DOC.00037793 DES.00020655.
<i>Secções e plantas parciais do Palácio Real da Cidadela de Cascais: cisterna</i>, DGEMN, 1980. DOC.00037763 DES.00020474.	<i>Secção e alçado parciais do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, DGEMN, 1980. DOC.00037793 DES.00020656.
<i>Planta do piso nobre do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, Duarte Pacheco, 1943. DOC.00037793 DES.00020640.	<i>Plantas parciais do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, DGEMN, 1978. DOC.00038037 DES.00022171.
<i>Planta do piso nobre do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, Duarte Pacheco, 1943. DOC.00037793 DES.00020641.	<i>Planta do piso térreo do Palácio Real da Cidadela de Cascais</i>, DGEMN, 1942. DOC.00038750 DES.00026637.

Planta do piso nobre do Palácio Real da Cidadela de Cascais, DGEMN, 1942.
DOC.00038750 DES.00026638.

Planta do terceiro piso do Palácio Real da Cidadela de Cascais, DGEMN, 1942.
DOC.00038750 DES.00026639.

Planta da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00039434 DES.00033732.

Pormenores construtivos do Palácio Real da Cidadela de Cascais: terraço, DGEMN, 1934.
DOC.00039435 DES.00033734.

Pormenores construtivos do Palácio Real da Cidadela de Cascais: terraço, DGEMN, 1934.
DOC.00039435 DES.00033735.

Pormenores construtivos do Palácio Real da Cidadela de Cascais: terraço, DGEMN, 1934.
DOC.00039435 DES.00033737.

Pormenores construtivos do Palácio Real da Cidadela de Cascais: terraço, DGEMN, 1934.
DOC.00039435 DES.00033738.

Pormenores construtivos do Palácio Real da Cidadela de Cascais: terraço, DGEMN, 1934.
DOC.00039435 DES.00033739.

Planta parcial da Cidadela de Cascais: quartel do G.A.C.A., DGEMN, 1934.
DOC.00039905 DES.00044978.

Planta da Cidadela de Cascais: quartel do G.A.C.A., DGEMN, 1945.
DOC.00039905 DES.00044980.

Planta da Cidadela de Cascais: quartel do G.A.C.A., DGEMN, 1952.
DOC.00039905 DES.00044981.

Planta parcial da Cidadela de Cascais: quartel do G.A.C.A., DGEMN, 1943.
DOC.00039905 DES.00044982.

Planta da Cidadela de Cascais: instalação elétrica, DGEMN, 1954.
DOC.00044963 DES.00094433.

Planta parcial da Cidadela de Cascais: instalação elétrica, DGEMN, 1952.
DOC.00045370 DES.00094733.

Planta parcial da Cidadela de Cascais: instalação elétrica, DGEMN, 1952.
DOC.00045370 DES.00094734.

Pormenores construtivos do Palácio Real da Cidadela de Cascais: terraço, DGEMN, 1933.
DOC.00048527 DES.00142788.

Pormenores construtivos do Palácio Real da Cidadela de Cascais: terraço, DGEMN, 1934.
DOC.00048527 DES.00142789.

Pormenores construtivos do Palácio Real da Cidadela de Cascais: alpendre envidraçado, DGEMN, 1933.
DOC.00048527 DES.00142790.

Pormenores construtivos do Palácio Real da Cidadela de Cascais: empedrado, DGEMN, 1933.
DOC.00048527 DES.00142792.

Pormenores construtivos do Palácio Real da Cidadela de Cascais: terraço, DGEMN, 1933.
DOC.00060583 DES.00300870.

Pormenores construtivos do Palácio Real da Cidadela de Cascais: terraço, DGEMN, 1933.
DOC.00060583 DES.00300873.

Planta do piso térreo do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 1942.
DOC.00060728 DES.00305432.

Planta do piso nobre do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 1942.
DOC.00060728 DES.00305433.

Planta do terceiro piso do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 1942.
DOC.00060728 DES.00305434.

Planta da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00060728 DES.00305435.

Planta da Cidadela de Cascais, D.S.F.O.M., 1968.
DOC.00060728 DES.00305436.

Planta da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00060728 DES.00305437.

Secção e alçado parciais do Palácio Real da Cidadela de Cascais, DGEMN, 1980.
DOC.00060793 DES.00305386.



[Fig. 12] *Terraço do Palácio Real da Cidadela de Cascais*, autor desconhecido, 1900. © AHC, PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00612.

[Fig. 13] *Vista da Baía de Cascais*, autor desconhecido, datação desconhecida. © AML, PT/AMLSB/ORI/000167.

5.1 ‘HORS-D’ŒUVRE’

5.1.3 Das imagens

Apesar de o SIPA se constituir o arquivo que conserva a maior quantidade de informação sistematizada alusiva a cada um dos objetos arquitetónicos a estudo, não devem ser relegados para segundo plano, quando justificado, os arquivos de carácter mais local, como o AHC. Sendo muitíssimo rico em documentação fotográfica, houve a necessidade de filtrar o conteúdo disponível de forma a destacar as imagens mais relevantes à construção desta investigação.

ICONOGRAFIA

MatrizNet (MN)

[Fig. 52] *Sala de bilhar do Palácio Real da Cidadela de Cascais*, Enrique Casanova, 1889-1895.
Inv. 55450/13.

Varanda do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Enrique Casanova, 1889-1895.
Inv. 55450/14.

Sala do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Enrique Casanova, 1889-1895.
Inv. 55450/10.

Sala Árabe do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Enrique Casanova, 1889-1895.
Inv. 55450/12.

[Fig. 47] *Vista da Baía de Cascais*, D. Maria Pia, 1884.
Inv. 4699.

FOTOGRAFIA

Arquivo Histórico de Cascais (AHC)

Vista da Baía de Cascais, Martinho F., 1900.
PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00059.

Vista da Baía de Cascais, autor desconhecido, 1900.
PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00060.

Vista do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 1900. [Fig. 6]
PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00099.

Vista da Baía de Cascais, autor desconhecido, 1900.
PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00192.

Passeio D. Maria Pia, autor desconhecido, 1890.
PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00545.

Terraço do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 1900. [Fig. 12]
PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00612.

Vista da Vila de Cascais, autor desconhecido, 1900.
PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00741.

Vista da Baía de Cascais, autor desconhecido, 1890. [Fig. 50]
PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00920.

Vista aérea da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 1930. [Fig. 1]
PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00218.

Praia da Ribeira na Baía de Cascais, autor desconhecido, 1900. [Fig. 5]
PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/01131.

Arquivo Municipal de Lisboa (AML)

Rei D. Carlos e Rainha D. Amélia na Praia da Ribeira, Júlio Worm, 1906. [Fig. 7]
PT/AMLSB/ORI/000063.

[Fig. 21] *Visita de Émile Loubet a Portugal: fogo-de-artifício na Baía de Cascais a propósito da ceia de 28 de outubro*, António Novais, 1905.
PT/AMLSB/ANV/000255.

[Fig. 22] *Visita de Émile Loubet a Portugal: fogo-de-artifício na Baía de Cascais a propósito da ceia de 28 de outubro*, António Novais, 1905.
PT/AMLSB/ANV/000256.

[Fig. 17] *Visita de Émile Loubet a Portugal: decoração festiva nas ruas de Lisboa*, Paulo Guedes, 1905.
PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000700.

[Fig. 13] *Vista da Baía de Cascais*, autor desconhecido, datação desconhecida.
PT/AMLSB/ORI/000167.

[Fig. 18] *Visita de Émile Loubet a Portugal: o presidente da República francesa com D. Carlos e D. Amélia à saída do Palácio Real das Necessidades*, António Novais, 1905.
PT/AMLSB/ANV/000047.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

O Presidente da República Manuel de Arriaga no terraço do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Joshua Benoliel, 1911.
PT/TT/SNI/ARQF/RP-003/28172, Secretariado Nacional de Informação, Arquivo Fotográfico, Reportagem, Política Geral, doc. 28172.

MatrizPix (MP)

[Fig. 49] *O Palácio Real da Cidadela de Cascais visto da baía*, autoria presumível de D. Maria Pia, c. 1890-1900.
Inv. PNA 60838.

Serviço de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)

Teto da capela do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Cabrita Henriques, 1950.
DOC.00001823 FOTO.00508414.

Interior da capela do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Cabrita Henriques, 1950.
DOC.00001823 FOTO.00508415.

Terraço do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Cabrita Henriques, 1950.
DOC.00001823 FOTO.00508416.

Pátio do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Cabrita Henriques, 1950.
DOC.00001823 FOTO.00508417.

Terraço do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Cabrita Henriques, 1950.
DOC.00001823 FOTO.00508418.

Fachada sudoeste do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Cabrita Henriques, 1950.

DOC.00001823 FOTO.00508419.

Fachada da capela do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Cabrita Henriques, 1950.
DOC.00001823 FOTO.00508420.

Muralha sul da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00001824 FOTO.00508421.

Manuel de Arriaga no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Joshua Benoliel, c. 1911.
DOC.00001827 FOTO.00508430.

Manuel de Arriaga no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Joshua Benoliel, c. 1911.
DOC.00001827 FOTO.00508431.

Muralha sul do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Analide Óscar, 1960.
DOC.00001848 FOTO.00508482.

Muralha sul do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Analide Óscar, 1960.
DOC.00001848 FOTO.00508484.

Muralha sul do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Analide Óscar, 1960.
DOC.00001848 FOTO.00508486.

Muralha sul do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Analide Óscar, 1960.
DOC.00001848 FOTO.00508488.

Muralha sul do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Analide Óscar, 1960.
DOC.00001848 FOTO.00508495.

Muralha sul do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Analide Óscar, 1960.
DOC.00001848 FOTO.00508496.

Muralha sul do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Analide Óscar, 1969.
DOC.00001849 FOTO.00508497.

Vista da Cidadela de Cascais, Analide Óscar, 1965.
DOC.00001850 FOTO.00508504.

Vista da Cidadela de Cascais, Analide Óscar, 1965.
DOC.00001850 FOTO.00508505.

Terraço do Palácio Real da Cidadela de Cascais, N. Beirão, 1977.
DOC.00001851 FOTO.00508506.

Passeio D. Maria Pia, N. Beirão, 1977.
DOC.00001851 FOTO.00508508.

Passeio D. Maria Pia, N. Beirão, 1977.
DOC.00001851 FOTO.00508510.

Passagem no Palácio Real da Cidadela de Cascais, N. Beirão, 1977.
DOC.00001851 FOTO.00508512.

Sala de jantar do Palácio Real da Cidadela de Cascais, N. Beirão, 1977.
DOC.00001851 FOTO.00508513.

Passagem no Palácio Real da Cidadela de Cascais, N. Beirão, 1977.
DOC.00001851 FOTO.00508514.

Portal no Palácio Real da Cidadela de Cascais, N. Beirão, 1977.
DOC.00001851 FOTO.00508515.

Salão no Palácio Real da Cidadela de Cascais, N. Beirão, 1977.
DOC.00001851 FOTO.00508516.

Pátio do Palácio Real da Cidadela de Cascais, N. Beirão, 1977.
DOC.00001851 FOTO.00508519.

Vista aérea do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00001853 FOTO.00508524.

Vista a partir do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00001855 FOTO.00508527.

Vista da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00001855 FOTO.00508529.

Vista da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00001855 FOTO.00508531.

Vista da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00001855 FOTO.00508532.

Vista a partir do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Vaz Martins, 1965.
DOC.00001859 FOTO.00508527.

Vista a partir do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 1965.
DOC.00001859 FOTO.00508542.

Vista aérea do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00002933 FOTO.00512688.

Vista da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00002933 FOTO.00512689.

Vista da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00009283 FOTO.00005055.

Vista da Cidadela de Cascais, Joshua Benoliel, 1910.
DOC.00020158 FOTO.00539601.

Manuel de Arriaga no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Joshua Benoliel, 1912.
DOC.00020159 FOTO.00539601.

Vista da sala de jantar do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00032132 FOTO.00675505.

Fachada do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00032132 FOTO.00675506.

Vista da sala de jantar do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00032132 FOTO.00675508.

Residências e gabinetes dos Comandantes na Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00032202 FOTO.00676721.

Residências de Cabos e Sargentos na Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00032202 FOTO.00676722.

Volume da cozinha na Cidadela de Cascais, autor desconhecido, datação desconhecida.
DOC.00032202 FOTO.00676723. [Fig. 35]

Fachada do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Paula Noé, 2010.
DOC.00071331 FOTO.00911882.

Capela da Cidadela de Cascais, Paula Noé, 2010.
DOC.00071331 FOTO.00911892.

Vista do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Paula Noé, 2010.
DOC.00071331 FOTO.00911895.

Vista do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Paula Figueiredo, 2010.
DOC.00071332 FOTO.00911900.

Vista do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Paula Figueiredo, 2010.
DOC.00071332 FOTO.00911901.

Vista do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Paula Figueiredo, 2010.
DOC.00071332 FOTO.00911902.

Vista do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Paula Figueiredo, 2010.
DOC.00071332 FOTO.00911903.

Vista do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Paula Figueiredo, 2010.
DOC.00071332 FOTO.00911904.

Vista da Cidadela de Cascais, Teresa Ferreira, 2011.
DOC.00072800 FOTO.00935147.

Vista do Palácio Real da Cidadela de Cascais, João Almeida, 2015.
DOC.00206068 FOTO.0108732.

Duplicado

DIRECÇÃO DAS OBRAS PÚBLICAS
 DO
 DISTRICTO DE LISBOA
 Secção de Estradas N.º 2
 AO NORTE

Orçamento
 de reparações nas cozinhas e cisterna
 da
 Cidadela de Cascaes

Ordem	Designação dos trabalhos	Quantidade	Preço da unidade	Importâncias	
				Por obra	Por capítulo
- Capítulo 1.º -					
<u>Caiacção a branco a duas demãos</u>					
1	Caiacção interior das paredes das cozinhas do serviço do paço	800 m ²	10	80000	
2	Caiacção da casa de jantar dos creados	100 m ²	10	10000	
3	Caiacção interior da mantieira	600 m ²	10	60000	
4	" " da copa	120 m ²	10	12000	
5	" " da casa do forno	120 m ²	10	12000	176400
- Capítulo 2.º -					
<u>Pintura a óleo a duas demãos</u>					
6	Pintura das portas e janelas do andar inferior da mantieira	80 m ²	165	80250	
7	Pintura do tecto da cozinha grande de baixo	60 m ²	200	120000	208250
- Capítulo 3.º -					
<u>Reparação da cisterna</u>					
8	Remoção dos lodos do depósito (compreendendo excavação, elevação, transporte, carga e descarga)	40 m ³	300	120000	
9	Remoção dos lodos da galeria de desagüe	35 m ³	460	161000	
10	Lavagem das paredes e fundo do depósito e desinfectação interior pelo ácido sulfúrico	120 m ²	20	140000	
11	Prelho hydraulico de cimento e areia	25 m ²	200	50000	476500
- Capítulo 4.º -					
<u>Obras diversas</u>					
12	Reparação do telhado da casa de jantar dos creados	150 m ²	100	150000	
				176000	858500

T
 TORRE
 TOMBO

[Fig. 14] Orçamento de reparações nas cozinhas e cisterna da Cidadela de Cascaes, José Abecassis (-), 26 de novembro de 1892. © ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1187, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 1187.

5.1 ‘HORS-D’ŒUVRE’

5.1.4 Dos manuscritos

Por entre o conjunto diverso de manuscritos recolhidos que abaixo se elenca, evidenciam-se aqueles alusivos à evolução da arquitetura do Palácio Real da Cidadela de Cascais patentes no Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria do ANTT. Estes documentos, por vezes ilustrados, permitiram a construção de um discurso mais rico através de um diálogo com a iconografia e a fotografia.

Arquivo Histórico da Fundação da Casa de Bragança (AHFCB)

Pedido para a cozinha à ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais em 27 de outubro de 1905, formulário preenchido por autor ininteligível, 1905.
NNG 3931.

Relação das obras extraordinárias executadas no Palácio Real da Cidadela de Cascais na semana finda em 22 de agosto de 1874, Joaquim Possidónio Narciso da Silva, 26 de agosto de 1874.
PT/TT/CR/E/001/5049, Casa Real, caixa 5049.

Relação das obras extraordinárias executadas no Palácio Real da Cidadela de Cascais na semana finda em 30 de agosto de 1874, Joaquim Possidónio Narciso da Silva, 30 de agosto de 1874.
PT/TT/CR/E/001/5049, Casa Real, caixa 5049.

Recibo relativo à aquisição de pão por parte da ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais a José Martins, autor desconhecido, outubro de 1904.
PT/TT/CR/E/001/6129, Casa Real, caixa 6129, n.º 17.

Recibo relativo à aquisição de bens por parte da ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais a Estevão Nunes & F.ªs, autor desconhecido, 11 de setembro de 1905.
PT/TT/CR/E/001/6203, Casa Real, caixa 6203, n.º 23.

Recibo relativo à aquisição de pão por parte da ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais a José Martins, José Martins, setembro de 1906.
PT/TT/CR/E/001/6204, Casa Real, caixa 6204, n.º 22.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Fundo da Casa Real

Recibo relativo à aquisição de materiais de construção para as obras do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Joaquim Possidónio Narciso da Silva, 26 de agosto de 1874.
PT/TT/CR/E/001/5049, Casa Real, caixa 5049.

Relação dos operários que trabalharam no Palácio Real de Belém para a receção ao presidente da República Francesa durante a semana finda em 1 de setembro de 1905, António Marcos da Paixão, setembro de 1905.
PT/TT/CR/E/001/6135, Casa Real, caixa 6135.

[Fig. 29] *Pedido para a cozinha à ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais em 28 de outubro de 1905, formulário preenchido por autor ininteligível, 1905.*
NNG 3931.

[Fig. 30] *Pedido para as mesas à ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais em 28 de outubro de 1905, formulário preenchido por António de Mattos, 1905.*
NNG 3932.

Resumo das relações das férias do pessoal da secção de obras na semana finda em 18 de outubro de 1905, António Marcos da Paixão, 18 de outubro de 1905.
PT/TT/CR/E/001/6135, Casa Real, caixa 6135.

Relação dos operários que trabalharam no Palácio Real das Necessidades até ao dia 18 de outubro de 1905, Mariano Reys, 18 de outubro de 1905.
PT/TT/CR/E/001/6135, Casa Real, caixa 6135.

[Fig. 8] *Relação dos operários que trabalharam no Palácio Real da Cidadela de Cascais até ao dia 25 de outubro de 1905, Manuel da Cruz e Silva, 25 de outubro de 1905.*
PT/TT/CR/E/001/6135, Casa Real, caixa 6135.

Relação dos ordenados e gratificações dos empregados e criados da Casa Real referentes ao Almojarifado do Palácio Real da Ajuda, Joaquim Jacintho Ramos, outubro de 1905.
PT/TT/CR/E/001/6135, Casa Real, caixa 6135.

Relação dos ordenados e gratificações dos empregados e criados da Casa Real referentes ao Almojarifado do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Joaquim Jacintho Ramos, outubro de 1905.
PT/TT/CR/E/001/6135, Casa Real, caixa 6135.

Relação dos ordenados e gratificações dos empregados e criados da Casa Real referentes ao Almojarifado do Palácio Real das Necessidades, Joaquim Jacintho Ramos, outubro de 1905.
PT/TT/CR/E/001/6135, Casa Real, caixa 6135.

Relação do pessoal da Real Manutenção que venceu compensação de mesa no Palácio Real das Necessidades de 1 a 31 de outubro de 1905, Augusto Maria de Carvalho, outubro de 1905.
PT/TT/CR/E/001/6135, Casa Real, caixa 6135.

Relação das despesas do Almojarifado do Palácio Real da Ajuda com o jantar de gala em honra do presidente da República Francesa em 27 de outubro de 1905, autor desconhecido, outubro de 1905.
PT/TT/CR/E/001/6136, Casa Real, caixa 6136.

Conta geral das despesas efetuadas no almojarifado do Palácio Real das Necessidades por ocasião da estada do presidente da República Francesa, Mariano Reys, outubro de 1905.
PT/TT/CR/E/001/6137, Casa Real, caixa 6137.

Recibo relativo à aquisição de carne a José Maria Tildes por parte da ucharia do Palácio Real das Necessidades, José Maria Tildes, setembro de 1905.
PT/TT/CR/E/001/6203, Casa Real, caixa 6203 doc. n.º 9.

Fundo do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria

Nota a dar conhecimento do passe das obras do Palácio Real da Cidadela de Cascais ao arquiteto Carvalheira como representante do engenheiro chefe da 1.ª zona dos serviços de Obras Públicas do

Distrito de Lisboa, António José Pereira, 28 de setembro de 1898.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

Nota da estimativa de custo dos trabalhos a realizar no Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 21 de julho de 1891.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

Nota justificativa sobre a necessidade de execução de obras na sala de jantar do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Costa Sequeira, março de 1898.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

Nota dos trabalhos a executar no Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 23 de agosto de 1897.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

Resumo das duas propostas apresentadas para os trabalhos a executar no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Frederico Augusto Ribeiro, 1 de março de 1898.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

Proposta modificada para a decoração interior da sala de jantar do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Frederico Augusto Ribeiro, 28 de fevereiro de 1898. [Fig. 66]

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

Proposta modificada para a decoração interior da sala de bilhar do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Frederico Augusto Ribeiro, 28 de fevereiro de 1898.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

Nota da receção de ofício relativo à especificação das diferentes obras a executar nos Palácios Reais

da Pena e da Cidadela de Cascais, Costa Sequeira, 6 de dezembro de 1897.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

Nota sobre a urgência de terminar as obras a executar no Palácio Real da Cidadela de Cascais, R. Folque, 23 de julho de 1897.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

Nota a dar conhecimento do início das obras no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Paulo de Carvalho, 30 de maio de 1896.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

Nota a conceder permissão para se continuarem as obras no Palácio Real da Cidadela de Cascais, R. Folque, 16 de maio de 1896.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

Portaria a solicitar a continuação das obras no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Arthur Alberto de Campos Henriques, 12 de maio de 1896.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

Nota a dar conhecimento do início das obras diversas no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Paulo de Carvalho e Mello, 17 de maio de 1895.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1187, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 1187.

Nota a dar conhecimento das obras diversas a executar no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Folque (?), 26 de dezembro de 1894.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1187, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 1187.

Despacho a dar conhecimento do ante-projeto do orçamento apresentado pela empresa de Frederico Collares para a execução e instalação de uma marquise no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Paulo de Carvalho e Mello, 23 de julho de 1894.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1187, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios

Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 1187.

Orçamento explicativo apresentado pela empresa de Frederico Collares para a execução e instalação de uma marquise no Palácio Real da Cidadela de Cascais, António Pedro Moniz Galvão, 6 de junho de 1894.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1187, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 1187.

Orçamento de reparações no Palácio Real da Cidadela de Cascais, José Abecassis, 15 de julho de 1893.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1187, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 1187.

Orçamento de reparações nas cozinhas e cisterna da Cidadela de Cascais, José Abecassis, 26 de novembro de 1892. [Fig. 16]

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1187, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 1187.

Orçamento suplementar das reparações na Cidadela de Cascais, José Abecassis, 31 de outubro de 1892.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1187, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 1187.

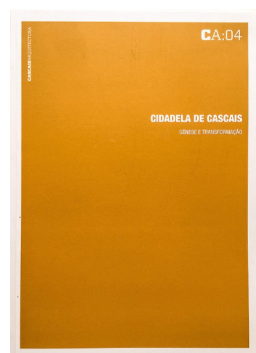
Orçamento de reparações a executar na Cidadela de Cascais, José Abecassis, 14 de setembro de 1892.

PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1187, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 1187.

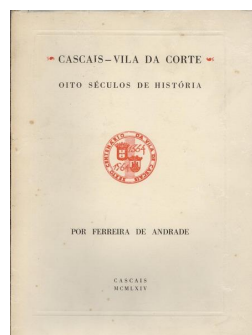
Biblioteca da Ajuda (BA)

Carta de Manuel da Cruz para Narciso de Sousa acerca de vários consertos a executar no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Manuel da Cruz, 13 de abril de 1888.

APNA 3.1.1 doc. 20.



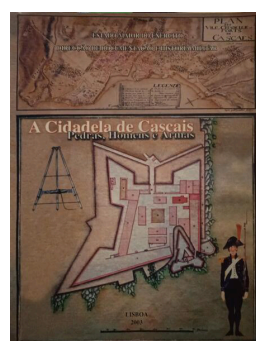
[a]



[b]



[c]



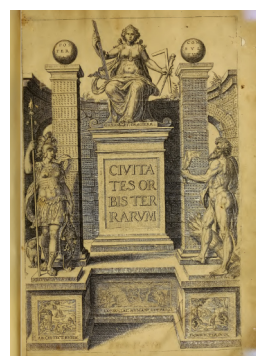
[d]



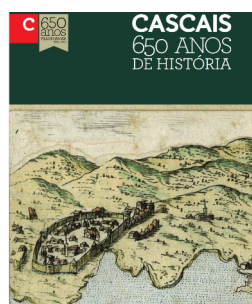
[e]



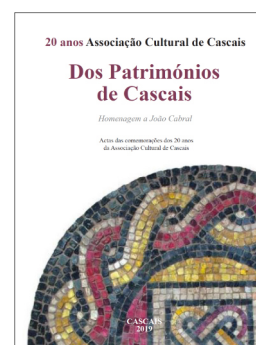
[f]



[g]



[h]



[i]

[Fig. 15] Capas das principais obras consultadas relativas ao Palácio Real da Cidadela de Cascais: a – Carvalho, A.; Byrne, G. e Mealha, R. (2009). *Cidadela de Cascais: génese e transformação*. Câmara Municipal de Cascais. BMC, 623.1 CAS CID FL; b – Andrade, F. (1964). *Cascais – Vila da Corte: oito séculos de História*. Câmara Municipal de Cascais. BN, H.G. 39716 V; c – Boiça, J.; Ramalho, M. M. e Barros, M. F. (2001). *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*. Quetzal. BN, S.A. 104065 V; d – Carita, R. (2003). *Cidadela de Cascais: Pedras, Homens e Armas*. D. D. H. M.. BN, H.G. 53545 V; e – Costa, A.; Falcão, C. e Pires, S. L. (2011). *Palácio da Cidadela de Cascais*. Museu da Presidência da República e Câmara Municipal de Cascais. BN, B.A. 34449 V; f – Ramalho, M. M. (2003). *Uma Corte à Beira-Mar: 1870-1910*. Quetzal. BN, H.G. 52849 V; g – Braun, G. e Hogenberg, F. (1572). *Civitates orbis terrarum*, volume I. S.I.. BND, C.A. 139 V; h – Henriques, J. M. (S. I.). *Cascais. 650 anos de História*. Câmara Municipal de Cascais; i – Ramalho, M. M. (2019). *A Fortaleza de N.ª Sr.ª da Luz - 500 anos de História e de histórias*. In *Dos Patrimónios de Cascais. Actas das Comemorações dos 20 anos da Associação Cultural de Cascais*. Associação Cultural de Cascais.

5.1 ‘HORS-D’ŒUVRE’

5.1.5 Das publicações

À semelhança do que aconteceu com a recolha documental de imagens no AHC, também a BMC foi visitada no sentido de contactar com algumas obras de carácter específico, não disponíveis na BN. Deve dar-se nota, de igual modo, da importância que a obra “*Cascais. 650 anos de História*”, editada pela Câmara Municipal de Cascais, teve na construção deste trabalho, divulgando um conjunto documental de outra forma desconhecido.

OBRAS IMPRESSAS E DIGITAIS

Biblioteca Municipal de Cascais (BMC)

[Fig. 15 a] Carvalho, A.; Byrne, G. e Mealha, R. (2009). *Cidadela de Cascais: génese e transformação*. Câmara Municipal de Cascais.
623.1 CAS CID FL.

Gaspar, D. (2011). *Palácio da Cidadela de Cascais*. Câmara Municipal de Cascais e Museu da Presidência da República.
728.82 CAS PAL FL.

Vaz, P. (2011). *Reabilitação: projeto e obra*. Palácio da Cidadela de Cascais. Museu da Presidência da República.
728.82 CAS REA FL.

Biblioteca Nacional (BN)

Azevedo, C.; Ferrão, J. e Gusmão, A. (1963). *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa. Sintra, Oeiras, Cascais*. Volume II. Junta Distrital de Lisboa.
TR. 4857 V.

[Fig. 15 b] Andrade, F. (1964). *Cascais – Vila da Corte: oito séculos de História*. Câmara Municipal de Cascais.
H.G. 39716 V.

Boiça, J.; Ramalho, M. M. e Barros, M. F. (2001). *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*. Quetzal.
S.A. 104065 V.

Carita, R. (2003). *Cidadela de Cascais: Pedras, Homens e Armas*. D. D. H. M..
H.G. 53545 V.

Costa, A.; Falcão, C. e Pires, S. L. (2011). *Palácio da Cidadela de Cascais*. Museu da Presidência da República e Câmara Municipal de Cascais.
B.A. 34449 V.

Ramalho, M. M. (2003). *Uma Corte à Beira-Mar: 1870-1910*. Quetzal.
H.G. 52849 V.

Biblioteca Nacional Digital (BND)

Braun, G. e Hogenberg, F. (1572). *Civitates orbis terrarum*, volume I. S.I..
C.A. 139 V.

Registos digitais de fontes diversas

Dias, M. H. (2008). *Potugalliae Civitates*. Instituto Geográfico do Exército.

... la compagnie des avoués près le tribunal de première instance de la Seine a procédé hier, à ses élections annuelles.

A été nommé M^e de Bièvre, René Marin, Delbourg et Charneau en remplacement de

[illegible]

...neut pas égarés par tous ceux qui
font camp et spécifient.

Veuillez, etc.

Au Vaudeville.

Quelle sorte d'abbés d'auteur, succès d'ar-
tistes, succès pour le costume de Mme Badj,
celui des Tuileries bien entendu.

Personne ne sait mieux que Rodem habi-
tiller une artiste pour qu'elle reste dans la mode.

NOUVELLE A LA MAIN

Extrait d'un nouveau manuel d'éducation
laïque :

D. — Un libre-penseur peut-il porter le
Christ ?

R. — Oui, à la condition qu'il soit de Pout-
gatchine.

[illegible]

avantage d'offrir un bréviaire d'une avenue
équivalente en même temps qu'un réconfortant
énergétique qui repare les fatigues de la jour-
née, revivifie l'appétit et procure contre les
intempéries de l'hiver.

Pour les bébés des Tuileries.
Plusieurs mères de famille qui conduisent
leurs enfants dans le jardin des Tuileries.

[illegible]

La conférence internationale de droit maritime, qui s'est réunie à Bruxelles pour régler l'importante question de l'abandon et du sauvetage, a signé hier son protocole final. Les Etats participants ont adopté, à l'unanimité, les conclusions du gouvernement de la République française.

L'Homme de peine, par Charles Géniaux

[illegible][illegible][illegible]

(Dir.) e Simond, P. (Dir.). *L'Echo de Paris*.

[Fig. 10] Henriques, J. M. (S. I.). Cascais. 650 anos de História.

[Fig. 17 h] Câmara Municipal de Cascais.

[Fig. 17 i] Ramalho, M. M. (2019). A Fortaleza de N.ª Sr.ª da Luz - 500 anos de História e de histórias. In *Dos Patrimónios de Cascais. Actas das Comemorações dos 20 anos da Associação Cultural de Cascais*. Ass. Cultural de Cascais.

PERIÓDICOS

Biblioteca Nacional Digital (BND)

Campos, A. (red. principal). *Diário Ilustrado*, 11732, 29 de outubro de 1905. Impr. de Souza Neves.

Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML)

Caetano, A. (Dir. publ.); Macedo, M. (Dir. publ.) e Azevedo, G. (Dir. publ.). *O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*, 390, 21 de outubro de 1889. Empresa do Occidente.

Caetano, A. (Dir. publ.); Macedo, M. (Dir. publ.) e Azevedo, G. (Dir. publ.). *O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*, 965, 20 de outubro de 1905. Empresa do Occidente.

Caetano, A. (Dir. publ.); Macedo, M. (Dir. publ.) e Azevedo, G. (Dir. publ.). *O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*, 966, 10 de novembro de 1905. Empresa do Occidente.

Chaves, J. J. (Ed. lit.). *Ilustração Portuguesa*, 101, 9 de outubro de 1905. Empresa do Jornal "O Século".

Chaves, J. J. (Ed. lit.). *Ilustração Portuguesa*, 103, 23 de outubro de 1905. Empresa do Jornal "O Século".

Chaves, J. J. (Ed. lit.). *Ilustração Portuguesa*, 104, 30 de outubro de 1905. Empresa do Jornal "O Século".

Chaves, J. J. (Ed. lit.). *Ilustração Portuguesa*, 105, 6 de novembro de 1905. Empresa do Jornal "O Século".

Pinheiro, R. e Pinheiro, M. *A Paródia*, 140, 6 de outubro de 1905. Cândido Chaves.

Pinheiro, R. e Pinheiro, M. *A Paródia*, 141, 13 de outubro de 1905. Cândido Chaves.

Pinheiro, R. e Pinheiro, M. *A Paródia*, 142, 20 de outubro de 1905. Cândido Chaves.

Pinheiro, R. e Pinheiro, M. *A Paródia*, 143, 27 de outubro de 1905. Lisboa: Cândido Chaves.

Bibliothèque nationale de France (Bnf Gallica)

[Fig. 11] Vaughan, E. (Dir.) e Clemenceau, G. (Red.). *L'Aurore: littéraire, artistique, sociale*, 2931, 28 de outubro de 1905. L'Aurore.

Vaughan, E. (Dir.) e Clemenceau, G. (Red.). *L'Aurore: littéraire, artistique, sociale*, 2932, 29 de outubro de 1905. L'Aurore.

Meyer, A. (Dir.). *Le Galois. Le plus grand journal du matin*, 10241, 28 de outubro de 1905. S. I..

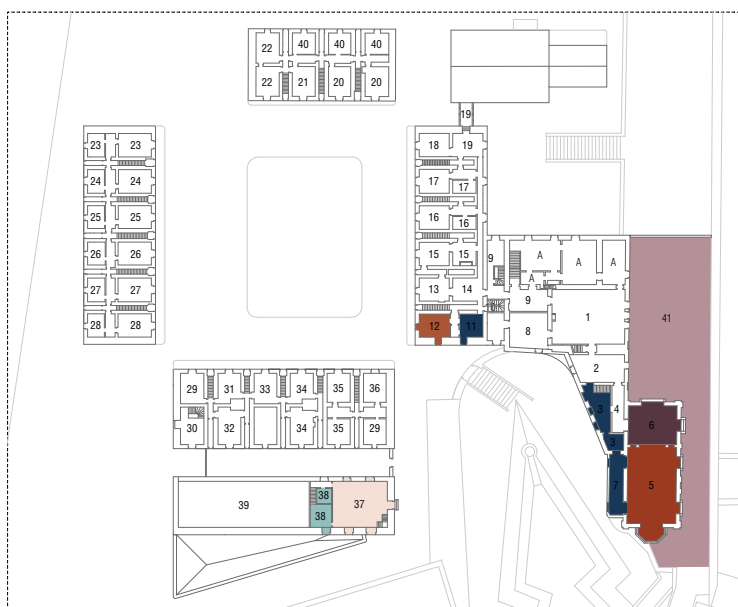
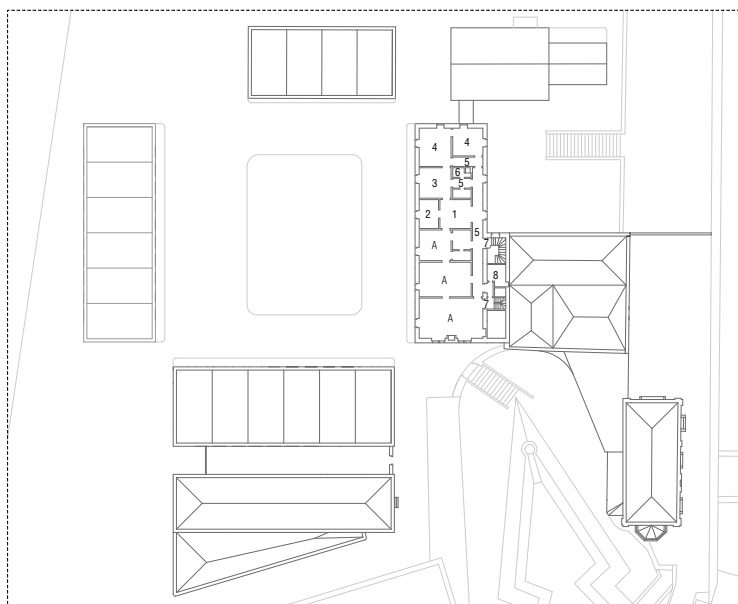
Meyer, A. (Dir.). *Le Galois. Le plus grand journal du matin*, 10242, 29 de outubro de 1905. S. I..

Simond, H. (Dir.) e Simond, P. (Dir.). *L'Echo de Paris. Nouvelles du monde entier*, 7811, 28 de outubro de 1905. S. I.. [Fig. 18]

Simond, H. (Dir.) e Simond, P. (Dir.). *L'Echo de Paris. Nouvelles du monde entier*, 7812, 29 de outubro de 1905. S. I..

Legenda dos espaços da rede alimentar

- Espaços de abastecimento
 - Horta
 - Jardim
 - Tapada
 - Curral / Galinheiro
- Espaços de confeção
 - Cozinha principal
 - Cozinha secundária
 - Cozinha de aposento
 - Cozinha de pessoal afeto ao paço
- Espaços de apoio
 - Ucharia
 - Mantearia
 - Arrecadação (afeta à refeição)
 - Terraço / Pátio (afeto à refeição)
- Espaços de consumo
 - Sala de refeições principal
 - Sala de refeições secundária
 - Sala de banquetes
 - Sala / área utilizada para refeições
 - Sala de refeições de pessoal afeto ao paço
- Espaços de serviço
 - Copa ou sala equiparada
 - Casa de lavagem
 - Sala de música
- Espaços de digestão
 - Sala de bilhar
 - Sala de café
 - Sala / área utilizada para concertos
 - Sala / área utilizada para bailes
 - Terraço / Pátio
 - Jardim



5.2 O PALÁCIO REAL DA CIDADELA DE CASCAIS EM 1905

IDENTIFICAÇÃO GERAL DOS ESPAÇOS

Notas sobre as plantas:

1. Plantas à escala 1/1000, desenhadas tendo por base o levantamento da autoria de J. A. d'Abreu Victal (1902) patente no ANTT.
2. As legendas numéricas apresentadas não constituem uma cópia integral daquelas anotadas nos desenhos originais de J. A. d'Abreu Victal, mas sim uma apropriação trabalhada pela autora.

[Planta 3] Terceiro piso

- A. Aposentos do Rei D. Carlos
- 1. Antecâmara
- 2. Guarda-roupa
- 3. Quarto do particular
- 4. Museu
- 5. Corredor
- 6. Arrecadação
- 7. Escada para o andar inferior
- 8. Aposentos do moço de quarto

[Planta 2] Piso nobre

- | | | |
|--|---|---|
| A. Aposentos da Rainha D. Amélia | 17. Quarto do Príncipe D. Manuel | 34. Aposentos do chefe da manutenção |
| 1. Salão | 18. Sala de estudo | 35. Aposentos do aio dos príncipes |
| 2. Salinha Branca | 19. Passagem para a capela | 36. Sala de estudo |
| 3. Copa (antigas casas de passagem) | 20. Aposentos da dama da Rainha D. Amélia | 37. Casa de jantar de empregados |
| 4. Corredor | 21. Aposentos do veador | 38. Arrecadação |
| 5. Sala de jantar | 22. Quarto de hóspedes | 39. Parte ocupada pelo Ministério da Guerra |
| 6. Sala de bilhar | 23. Aposentos do inspetor do palácio | 40. Quarto dos criados |
| 7. Corredor dos Aparadores | 24. Aposentos do administrador da Casa Real | 41. Terraço |
| 8. Quarto | 25. Aposentos do médico | |
| 9. Sala do Reposteiro | 26. Aposentos do oficial às ordens do Rei D. Carlos | |
| 10. Escada para o andar superior | 27. Aposentos do ajudante de campo | |
| 11. Casa dos Aparadores | 28. Aposentos do camarista | |
| 12. Sala de jantar dos príncipes | 29. Quarto de hóspedes | |
| 13. Quarto do perceptor | 30. Rouparia | |
| 14. Passagem | 31. Aposentos do farmacêutico | |
| 15. Quarto do Príncipe Real D. Luís Filipe | 32. Aposentos do chefe das cavalaria | |
| 16. Dama de serviço do Príncipe D. Manuel | 33. Aposentos do capelão | |

[Planta 1] Piso térreo

- | | |
|--|----------------------------------|
| A. Gabinete do inspetor dos palácios | 16. Casa dos Candeeiros |
| 1. Escritório do almoxarife | 17. Escada para o andar superior |
| 2. Quarto de empregados do paço | 18. Casa de jantar dos criados |
| 3. Arrecadação | 19. Oficial da guarda |
| 4. Manutenção e dependências | 20. Porteiro |
| 5. Dependências da cozinha (ucharia) | |
| 6. Rouparia | |
| 7. Cozinha | |
| 8. Parte ocupada pelo Ministério da Guerra | |
| 9. Casa das Armas | |
| 10. Vacaria | |
| 11. Mantearia | |
| 12. Passagem | |
| 13. Guarda-roupa da Rainha D. Amélia | |
| 14. Vestíbulo | |
| 15. Casa dos Capotes | |



[Fig. 17] Visita de Émile Loubet a Portugal: decoração festiva nas ruas de Lisboa, Paulo Guedes (1886-1947), 1905. © AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000700.

[Fig. 18] Visita de Émile Loubet a Portugal: o presidente da República francesa com D. Carlos e D. Amélia à saída do Palácio Real das Necessidades, António Novais (1854-1940), 1905. © AML, PT/AMLSB/ANV/000047.

5.3 O REPUBLICANO EM PORTUGAL

Uma visita num contexto de iminências

“Viva a república! Viva a república... Francesa!

Espaçava-se muito a última palavra, a designação, em volta do coche de D. João V que conduzia o Presidente Loubet, El-Rei, D. Luís Filipe e o Infante D. Afonso.

Viva a república! Viva a república... Francesa!

Na realidade o que se vitoriava era a República, a instituição que o velhinho simpático representava ali, naquele carro de gala, entre homens de sangue real, o marido, o filho, e o cunhado da descendente dos Orléans, dos Reis de França, expulsos, banidos, sem coroa, longe de seus lugares de chefes de Estado”¹

Quando Émile Loubet chegou a Lisboa a 27 de março de 1905, usufruía-se daquela que aparentava ser uma (provisória) estabilização da política internacional europeia. A ‘Entente Cordiale’ de 1904 havia reforçado a união entre Londres e Paris, à qual se juntara São Petersburgo²; Berlim, todavia, e já sem Otto von Bismark (1815-1898), parecia destinada a ter de fazer uso da força para manter o domínio continental alcançado em 1871³: a aparente estabilidade de 1905 andava de mãos dadas com a inevitabilidade do estalar de um conflito armado de grande porte na Europa.

Portugal, de relações saudáveis com a França, aproximava-se desta potência através da sua histórica inclinação como aliado inglês receando, contudo, o contágio republicano. A visita de Émile Loubet a Portugal em 1905 [Fig. 17 e Fig. 18] colheu – como se temia ou se desejava – um entusiasmo sem igual por parte da população lisboeta. Importante será referir que o Partido Republicano português havia aconselhado os seus simpatizantes a tomarem parte nestas manifestações de apoio⁴, tendo os seus mal disfarçados vivas à república incitado D. Carlos à acção: *“É porém absolutamente necessário coibir quaisquer desmandos que se dêem daqui em diante da parte dos Republicanos”*⁵. Como esclarece Rui Ramos (1962-) na sua monografia sobre a vida de D. Carlos, o Partido Republicano português não apresentava, em 1905, uma dimensão superior àquela da década de 1880, isto é, nos anos seguintes à sua formalização resultante da inauguração, na Lisboa de 1876, do Centro Republicano Democrático.

“O movimento Republicano ia e vinha, como uma maré. Fazia parte da respiração do sistema político liberal. Como explicou Francisco Homem Cristo, ‘o Partido Republicano recebia uma onda de adeptos sempre que a especulação ou a ingenuidade pública julgava

¹ Martins, R. (1926). *D. Carlos, História do seu reinado*. Oficinas do ABC, p. 469.

² A aproximação da Rússia à França, após 1878, permitiu a este *débil gigante* – como é apelidada por Pedro Soares Martinez (1925-2021) –, o afastar das esferas de influência da Alemanha e da Áustria e encetar novas conquistas no Oriente. A Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905 viria a revelar-se uma tentativa falhada de domínio moscovita sobre os territórios nipónicos. Martinez, P. S. (1986). *História Diplomática de Portugal*. Verbo, pp. 518-519.

³ A 18 de janeiro de 1871 deu-se a unificação política e administrativa da Alemanha, que se tornou um Estado-Nação, tendo sido proclamado Guilherme I da Prússia (1797-1888) como primeiro imperador alemão.

⁴ Serrão, V. (1988). *História de Portugal (1800-1910)*. Verbo, p. 113.

⁵ D. Carlos em carta para José Luciano, 2 de novembro de 1905, citado por Ramos, R. (2006). *D. Carlos: 1863-1908*. Círculo de Leitores, p. 248.

*a república iminente. Depois, a onda voltava ao mar conquanto se não desfizesse de todo, diminuía consideravelmente de volume e de fragor’.*⁶

A presença de Émile Loubet em Lisboa [Fig. 19 e Fig. 20] poderá ter causado alguma ondulação no mar de esperanças dos republicanos portugueses, ainda que 1905 não tenha ficado marcado por ameaças de maior ao regime por parte desta força política. Em novembro deste mesmo ano, D. Carlos partiu para Paris, em retribuição da visita do Chefe de Estado francês. Se em terras lusas se deram “vivas à república”, na capital francesa ter-se-ão dado “vivas ao rei” em honra do monarca português, como dá conta o jornalista e historiador Rocha Martins (1879-1952):

“(…) do carinhoso Rei que àquela hora fora recebido em Paris, com tanto fervor que devia lembrar a Loubet a sua receção em Lisboa. Agora, diante do republicano, gritava-se:

– ‘Viva o rei! Viva o rei! ...’

D. Carlos, numa hora de bom humor, comentaria:

– ‘Ele que os oiça agora... Em Portugal ouvi eu os vivas à república!’ E rira, tendo-os saudado na forma protocolar de quem não compreendesse os brados daqueles milhares de franceses aclamando um rei (...).

*(...) Apertavam-se tanto os laços entre a França e Portugal que a Alemanha, sentindo a política inglesa, lançava diatribes em seus jornais.”*⁷

O clima de amistosidade que envolvera a estada de D. Carlos em Paris contrastava com o ambiente político no governo nacional. A entrada em 1906, poucos meses volvidos desde o intercâmbio luso-francês, foi marcada por um avanço na acomodação da causa republicana em Portugal com a fundação do periódico republicano *A Lucta*. Este, encabeçado por Brito Camacho (1862-1934) – instituidor do Partido da União Republicana –, tornar-se-ia o mais influente órgão de difusão escrita do partido sem, contudo, permitir o fortalecimento da estrutura partidária a curto prazo: a propaganda republicana era estandarte de um aglomerado de ideias e intenções ainda politicamente frágil.

*“Era fácil fazer desordens em Lisboa, juntar uma multidão para assobiar e apedrejar a polícia. Mas isso não era o mesmo que mudar o regime. Para isso era preciso uma organização e uma direção que o Partido Republicano não tinha. Os políticos oscilavam entre assustar o rei com os Republicanos, quando estavam na oposição, e diminuir-lhes a importância quando estavam no governo.”*⁸

Se na esfera da causa republicana Brito Camacho lançava *A Lucta*, no plano da governação nacional inaugurava-se o ano de 1906 com um novo (e último) elenco chefiado pelo simpatizante do Partido Progressista José Luciano de Castro (1834-1914). Este, todavia, não fossem já conhecidos os grilhões ao marasmo do rotativismo, foi sol de pouca dura, tendo sido prontamente substituído por um governo regenerador, também ele fugaz. Os republicanos, usados pela classe política como arma de arremesso, viam o seu percurso até ao poder pavimentado por progressistas e regeneradores.

⁶ Ramos, R. (2006). *D. Carlos: 1863-1908*. Círculo de Leitores, p. 248.

⁷ Martins, R. (1926). *D. Carlos, História do seu reinado*. Oficinas do ABC, p. 473.

⁸ Ramos, R. *Op. Cit.*, p. 251.



[Fig. 21] Visita de Émile Loubet a Portugal: fogo-de-artifício na Baía de Cascais a propósito da ceia de 28 de outubro, António Novais (1854-194), 1905. © AML, PT/AMLSB/ANV/000255.

[Fig. 22] Visita de Émile Loubet a Portugal: fogo-de-artifício na Baía de Cascais a propósito da ceia de 28 de outubro, António Novais (1854-194), 1905. © AML, PT/AMLSB/ANV/000256.

5.4 DEPOIS DE BELÉM

Uma ceia junto ao mar

Émile Loubet esteve em solo português durante somente três dias, tendo o programa das festas sido adaptado a tão curta estada. O dia 27 de março, após a chegada do Presidente da República Francesa à estação ferroviária do Entroncamento, foi passado em Lisboa – com uma visita à Sociedade de Geografia e um jantar de gala no Palácio Real da Ajuda. No dia seguinte, e partindo do Palácio Real de Belém onde havia ficado hospedado, deu-se um passeio a Sintra que incluiu um almoço no Palácio Real da Vila de Sintra e uma visita ao Palácio Real da Pena.⁹

Após o regresso a Lisboa, que se deu pelas quatro horas da tarde, seguiu-se uma recepção no Palácio da Legação Francesa, da qual faria parte, igualmente, uma ‘garden-party’ nos jardins. Às seis da tarde regressou-se ao paço de Belém onde teve lugar o jantar. Este, de cariz mais intimista, precedeu a tão antecipada deslocação para as celebrações na vila de Cascais.¹⁰

“As iluminações circundando a baía e revestindo as casas, transformava estas em palácios encantados luxuriantes de luzentes predarias preciosas a surgirem das águas como habitações de fadas lindas e ricas.

Barquinhos iluminados deslizavam mansamente no mar, ligeiramente encrespado pela aragem, e nele refletiam suas luzes flutuantes como miríades de pirilampos em noites de verão. (...) Pelo espaço revoavam ramalhetes de fogo de variadas cores vivas, e de lá vinham desfolhando-se parecendo rubins, esmeraldas, topázios e safiras a abismarem-se no mar como em tesouro de jóias inexaurível.

Foi na bateria da Cidadela de que o Presidente e sua comitiva assistiu à maravilhosa festa para que fora convidado por El-Rei, achando-se toda a corte e mais convidados e onde se dançou até perto da meia noite (...).”¹¹

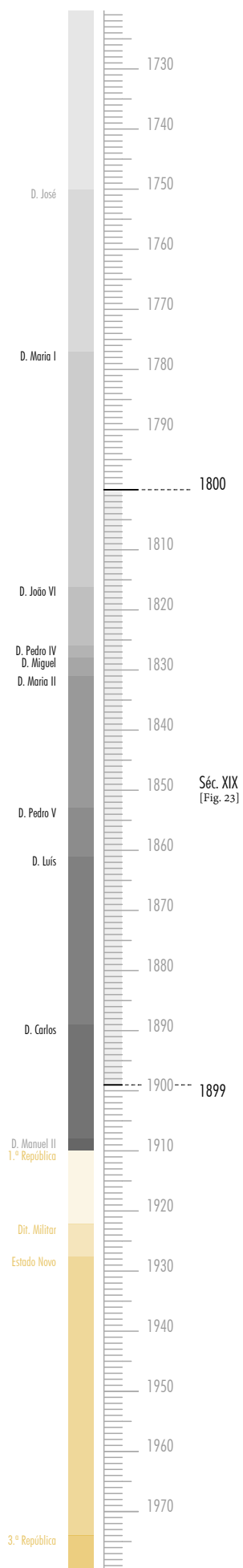
A ceia – que sucedeu as manifestações pirotécnicas [Fig. 21 e Fig. 22] –, acompanhada de baile musicado ao vivo, haveria de tomar lugar no palácio da cidadela, implantado sobranceiramente face à Baía de Cascais. A conjugação de uma refeição tardia e parcialmente volante, pautada por pratos de cariz leve, doces variados e muitos refrescos, parece ter combinado com a ambiência daquela noite de festa passada no terraço enfeitado sobre a bateria. Este, um espaço de digestão por excelência, ricamente decorado qual cenário de fantasiosa exuberância, albergou as várias centenas de convivas¹² que, com o propósito de honrarem o afável convidado francês, deliciaram os olhos e o estômago.

⁹ Caetano, A. (Dir. publ.); Macedo, M. (Dir. publ.) e Azevedo, G. (Dir. publ.). *O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*, 966, 10 de novembro de 1905. Empresa do Occidente, pp. 234-235. Grafia atualizada.

¹⁰ *Idem*, pp. 237-238.

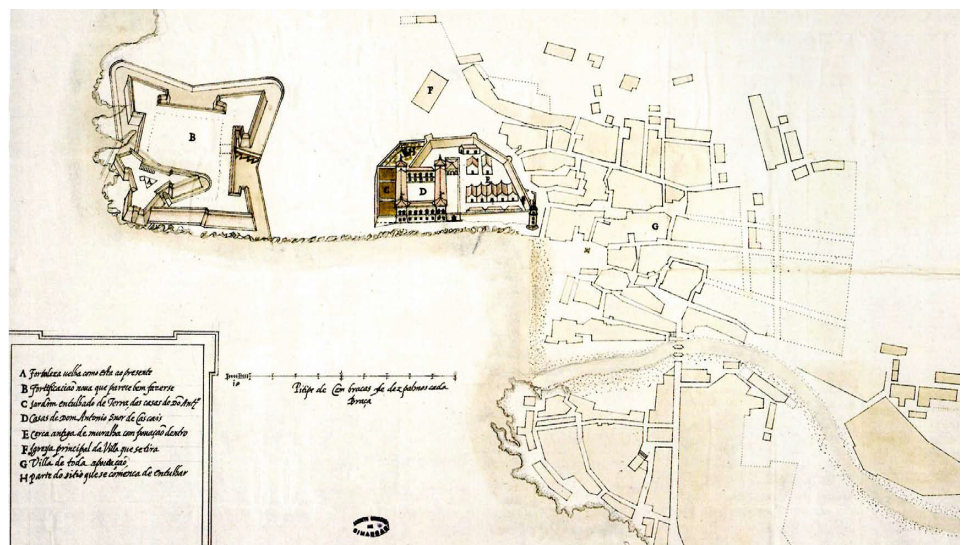
¹¹ *Idem*, p. 242.

¹² Terão ceado quatrocentas pessoas na mesa de Estado e outras trezentas na segunda mesa, isto de acordo com o pedido para as mesas de 28 de outubro de 1905. *Pedido para as mesas à ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais em 28 de outubro de 1905*, formulário preenchido por António de Mattos, 1905. AHFCB, NNG 3932 [Fig. 30].



[Fig. 23]





[Fig. 23 – página anterior] *Planta da Cidadela e Vila de Cascais*, cópia de G. D. C. Weyrother (-), datação presumível do séc. XIX. © GEAEM, Direção de Infraestruturas do Exército 114-6-82-115.

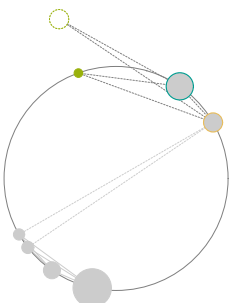
[Fig. 24] *Representação da Vila de Cascais* (detalhe), Frans Hogenberg (1535-1590), 1572. Gravura patente na obra Braun, G. e Hogenberg, F. (1572). *Civitates orbis terrarum*, volume I. S.I..

Nesta gravura, anterior a 1572, é possível observar a representação da Torre de Cascais, ou Torre de Santo António, assim como o conjunto muralhado do castelo medieval e o casario extramuros reconhecendo-se, ao fundo, aquela que se imagina ser a Serra de Sintra.

[Fig. 25] *Projeto para uma fortificação defensiva para o Forte de Nossa Senhora da Luz em Cascais*, Filipe Terzi (1520-1597), 3 de outubro de 1594. Desenho patente em Carita, R. (2003). *Cidadela de Cascais: Pedras, Homens e Armas*. D. D. H. M., p. 28.

Este projeto ilustra uma carta datada de 1594 redigida por Filipe Terzi, sucessor de Frei Vicenzo Casale (?-1593), um arquiteto e engenheiro militar a quem Filipe I (1527-1598) ordenou o levantamento desenhado da urbe de Cascais e a elaboração de uma carta da costa portuguesa até S. Julião da Barra. Henriques, J. M. (S. I.). *Cascais. 650 anos de História*. Câmara Municipal de Cascais, p. 26.

[Fig. 26 – página seguinte] *Planta da Cidadela de Cascais*, João da Silva Bento (-), séc. XVIII. © BNDRJ, ARC.024,03,008.



5.4 DEPOIS DE BELÉM

5.4.1 Do quintal na cidadela?



[28 de outubro de 1905, pelas onze da manhã: na divisão da cozinha mais a sul espalham-se alguns moços que, pelas mesas, preparam as peças de carne de vaca. Limpam gorduras e nervos com o à vontade de quem sabe, reduzindo depois os nacos a pequenos farrapinhos¹³. É luminosa esta sala, com as suas cinco janelas abertas na direção da baía que o olhar não consegue, deste ponto, alcançar. Na outra divisão, ao redor da pia da água, lavam-se agriões, alfaces e azedas, couves e espinafres, numa profusão de verdes sedutora ao olhar. Os preparos vão avançando calmamente neste dia de outono solarengo e ameno, trazendo a cidadela de volta à vida.]

- Espaços de abastecimento
- Espaços de confeção
- Espaços de apoio
- Espaços de consumo
- Espaços de serviço
- Espaços de digestão

Terá sido no ano de 1891 que D. Carlos, tal como havia feito D. Luís, escolheu ocupar o Palácio Real da Cidadela de Cascais, implantado na vila [Fig. 23], à época reconhecida como a praia da aristocracia portuguesa [Fig. 6].¹⁴

A cidadela, reconstruída após a restauração da independência de 1640, constitui-se uma evolução de um engenho defensivo primitivo mandado erigir no século XV por D. João II (1455-1495): a Torre de Cascais [Fig. 24].¹⁵ Esta estrutura, à semelhança de outras edificadas à beira-mar no mesmo período, tinha como propósito impedir desembarques não autorizados, proteger ancoradouros de frotas e, com recurso a artilharia, coibir as forças inimigas.¹⁶ A danificação desta torre – que parece estar relacionada com as lutas de 28 de julho de 1580 aquando da invasão castelhana pelas forças lideradas pelo Duque de Alba (1507-1582) –, poderá ter originado a construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, uma ampliação ou abaluartamento da estrutura original. Não é certo, contudo, quando terá sido concretizada esta obra de reestruturação da torre, ainda que seja verosímil ter tomado lugar durante o domínio filipino.

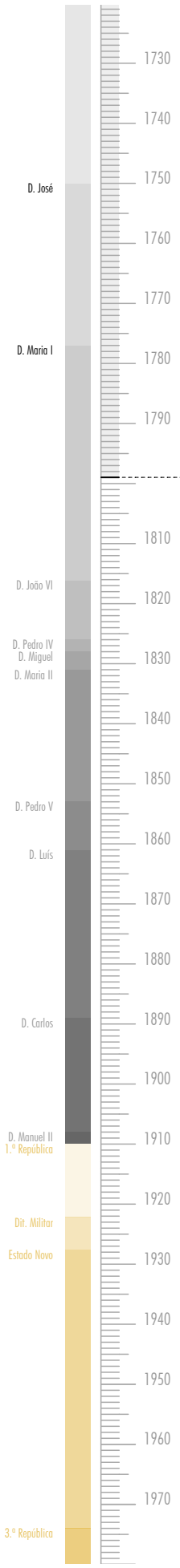
À volta da fortaleza, uma construção compacta de geometria triangular, viria a erguer-se uma outra estrutura fortificada, a cidadela propriamente dita. A sua edificação, efetivada a partir do ano de 1641, reflete uma atitude preventiva face à possibilidade de ocorrência de novas invasões a partir da boca do Tejo. Esta intenção de melhorar a capacidade defensiva da urbe de Cascais através de um reforço da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz é reconhecível já aquando

¹³ De acordo com o menu da ceia de 28 de outubro de 1905 [Fig. 38] (AHFCB, NNG 3726, n.º 4.), foi servida 'Filet de boeuf à la Russe'.

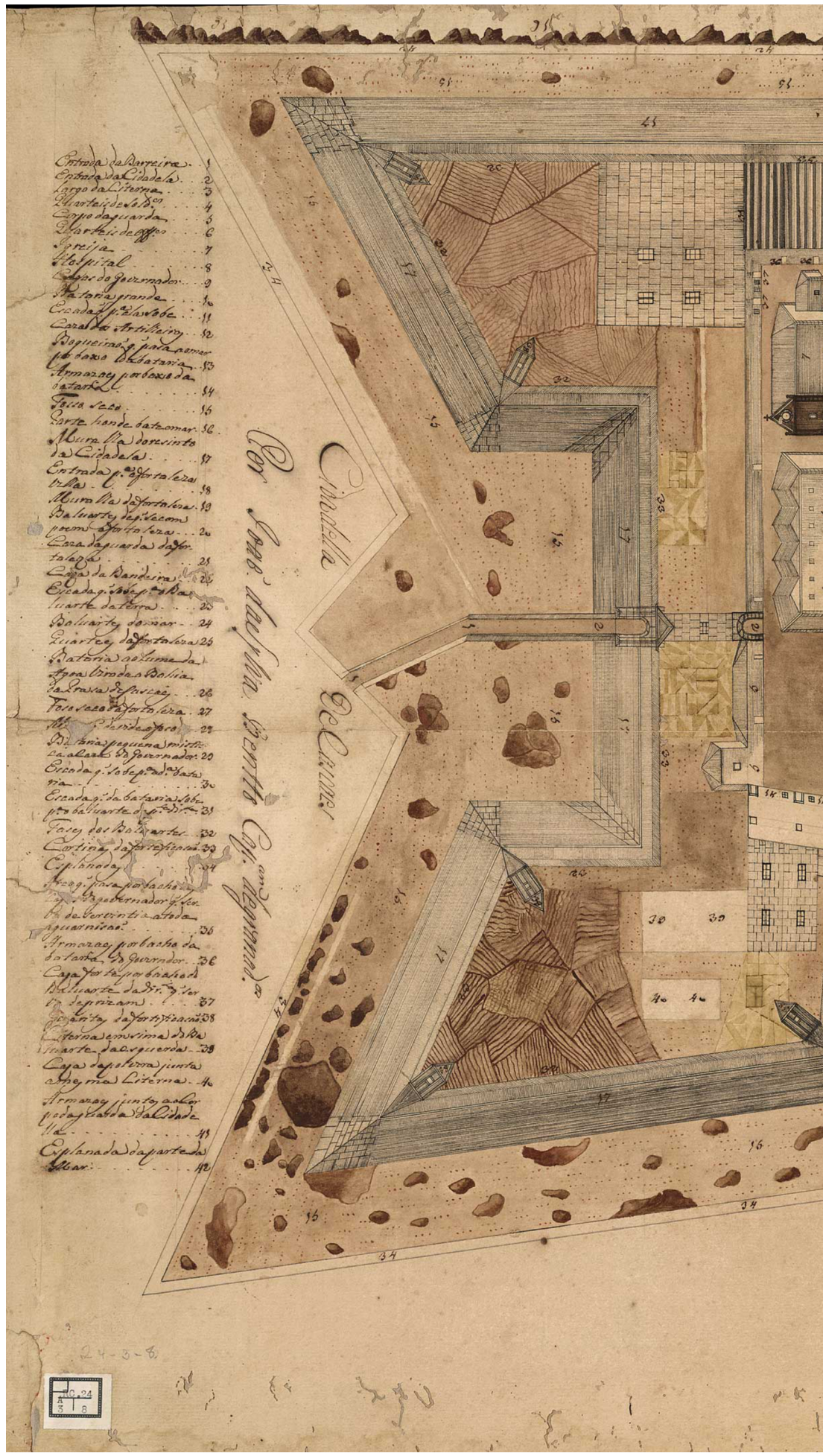
¹⁴ Andrade, F. (1964). *Cascais – Vila da Corte: oito séculos de História*. Câmara Municipal de Cascais, p. 333.

¹⁵ Ramalho, M. M. (2019). A Fortaleza de N.ª Sr.ª da Luz - 500 anos de História e de histórias. In *Dos Patrimónios de Cascais. Actas das Comemorações dos 20 anos da Associação Cultural de Cascais*. Associação Cultural de Cascais, p. 161.

¹⁶ Carita, R. (2003). *Cidadela de Cascais: Pedras, Homens e Armas*. D. D. H. M., p. 23.

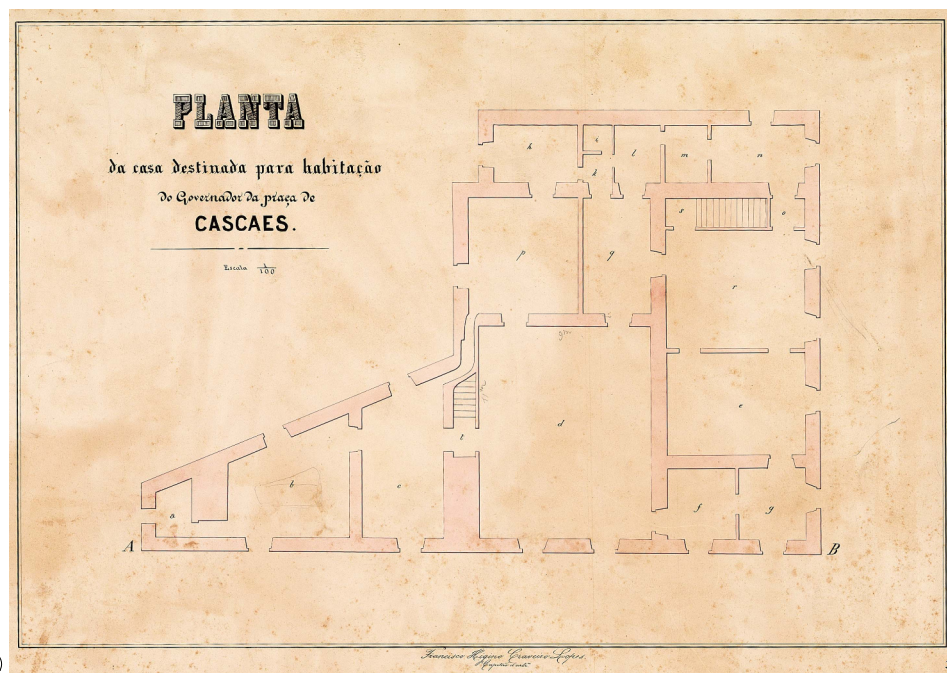
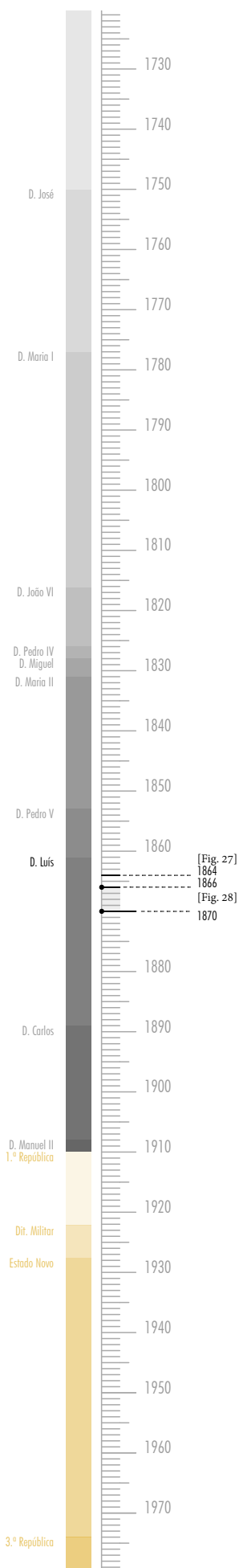


Séc. XVIII
[Fig. 26]



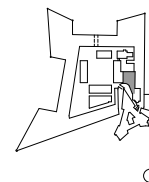
[Fig. 26]





[Fig. 27] Planta da Praça de Cascaes e dos terrenos pertencentes à mesma, J. A. Esteves Vaz (-), 1864. © GEAEM, Direção de Infraestruturas do Exército 1064-1-8-12.

[Fig. 28] Planta da Casa do Governador na Cidadela de Cascais, Francisco Higino Craveiro Lopes (1838-1909), c. 1866-1870. © GEAEM, Direção de Infraestruturas do Exército 6627-6-79-71.



do domínio filipino, como demonstrado pelo plano delineado por Filipe Terzi (1520-1597) em 1594. Neste é proposta uma geometria para a cidadela similar àquela que se concretizou após a Restauração da Independência, sendo dada igualmente importância, através do desenho e com detalhe razoável, à Baía de Cascais e ao núcleo urbano da vila [Fig. 25]. D. António Luís de Meneses (1596-1675), Governador das Armas da Praça de Cascais desde 1642, deverá ser considerado o maior impulsionador da obra da cidadela, inserida numa “*cortina defensiva de fortes ou simples posições de artilharia, que se estendiam do Palácio Real de Xabregas a Peniche (...)*”¹⁷.

Num desenho sem datação precisa [Fig. 26], mas realizado algures no século XVIII, é possível discernir com relativa clareza a composição interna desta estrutura defensiva, não só ao nível do edificado, como também da composição ou utilização dos seus solos. Este levantamento, ainda que representativo de um momento de utilização da Cidadela de Cascais consideravelmente anterior ao reinado de D. Carlos, potencia a formulação de possibilidades no que respeita a existência de espaços de produção interna de cariz agrícola no complexo.

No interior das paredes fortificadas, a noroeste, é possível identificar três tipos distintos de tramas que caracterizam o solo: uma primeira, de coloração castanha, constituída por retalhos geométricos preenchidos com linhas paralelas; uma segunda, em tons de verde, também ela preenchida com retalhos geométricos de coloração mais ou menos saturada e uma terceira, de tonalidade castanha, preenchida por pequenos pontos castanhos escuros. A dispersão de ambas as tramas de fundo castanho no interior da cidadela não se restringe ao seu limite noroeste. Todavia, é neste extremo que as mesmas ocupam uma maior área. Apesar da legenda do desenho não permitir elucidar sobre o significado desta codificação gráfica, é se levado a colocar a hipótese de às tramas castanha retalhada e verde corresponderem, respetivamente, áreas de cultivo e de pomar. Esta possibilidade, principalmente no que concerne a trama verde, parece vagamente justificada pelo posicionamento das manchas desta cor, representadas somente junto ao limite noroeste, numa situação mais protegida e com maior afastamento face à linha de água.

Esta planta [Fig. 26] elucida igualmente, e com bastante eficácia, sobre a morfologia da Casa do Governador, dando nota da composição dos seus alçados e da geometria das suas coberturas. Comparativamente, um registo posterior da Praça de Cascais [Fig. 27], datado de 1864, apresenta esta casa apenas através do contorno da sua geometria. A reprodução consultada deste desenho [Fig. 27], patente no GEAEM, encontra-se conspurcada com anotações a lápis de grafite, de aparência contemporânea. Uma destas, todavia – o apontamento do termo *quintal* sobre um terreno junto ao limite noroeste da fortaleza –, parece ir ao encontro das deduções efetuadas a partir da análise do levantamento do século XVIII [Fig. 26]. Porventura existiu mesmo um espaço de produção, à época, na Cidadela de Cascais, que poderá ter prevalecido e, quiçá, contribuído para a refeição de 28 de outubro de 1905.

Antes de se atentar no registo dos pedidos da cozinha do Palácio Real da Cidadela de Cascais para este dia, na tentativa de se acessar que alimentos poderão – ou não – ter tido origem neste hipotético quintal, é conveniente analisar uma outra planta elaborada após 1866 [Fig. 28] e na qual se encontra representado, somente, o piso nobre da Casa do Governador. Este desenho, apesar de não datado, oferece informação que torna possível situar temporalmente a sua execução quando indica ter tido como autor Francisco Higino Craveiro Lopes (1838-1909), avô do 12.º presidente da República, seu homónimo. Promovido a Capitão de Artilharia em 1866, título que acompanha a identificação da autoria do desenho, apenas se pode concluir que o mesmo terá sido elaborado após esta data. O edifício representado, juntamente com o de Santa Catarina e a bateria do lado nascente, viria a ser apropriado em 1870¹⁸ pela Família Real para servir de residência de veraneio, isto após um longo período de quase abandono na sequência das Guerras Liberais.

¹⁷ Carita, R. (2003). *Cidadela de Cascais: Pedras, Homens e Armas*. D. D. H. M., p. 32.

¹⁸ Costa, A.; Falcão, C. e Pires, S. L. (2011). *Palácio da Cidadela de Cascais*. Museu da Presidência da República e Câmara Municipal de Cascais, p. 65. Ainda nas palavras de Margarida de Magalhães Ramalho (1954-): “*Feitas algumas obras de restauro, a família real chega a Cascais a 14 de Setembro desse ano [1870] e instala-se neste paço de trazer por casa. Dias antes haviam chegado alguns criados com colchões, cobertores, roupas de casa, loiças, baixelas, faqueiros, quadros e mesmo alguns móveis e preparado o que era possível para receber os monarcas.*” Ramalho, M. M. (2003). *Uma Corte à Beira-Mar: 1870-1910*. Quetzal, p. 14.

¹⁹ (página 20) *Pedido para a cozinha à ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais em 28 de outubro de 1905*, formulário preenchido por autor ininteligível, 1905. © AHFCB, NNG 3931.

²⁰ (página 20) A anotação de ambas as cisternas é visível na planta da Cidadela e Vila de Cascais da autoria de G. D. C. Weyrother (-) [Fig. 23]. Sobre este tema consultar Ramalho, M. M. (2001). As fortificações marítimas do porto e da nobre vila de Cascais. In J. Boiça; M. M. Ramalho e M. F. Barros, *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais* (pp. 25-70). Quetzal.

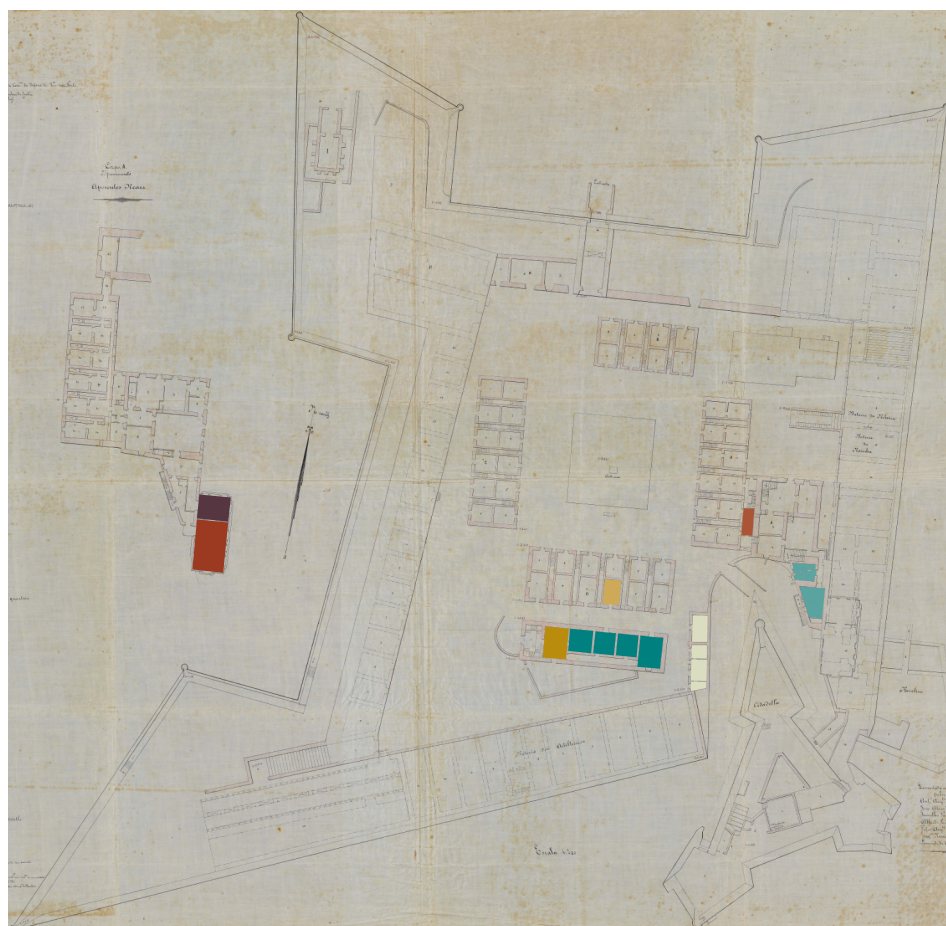
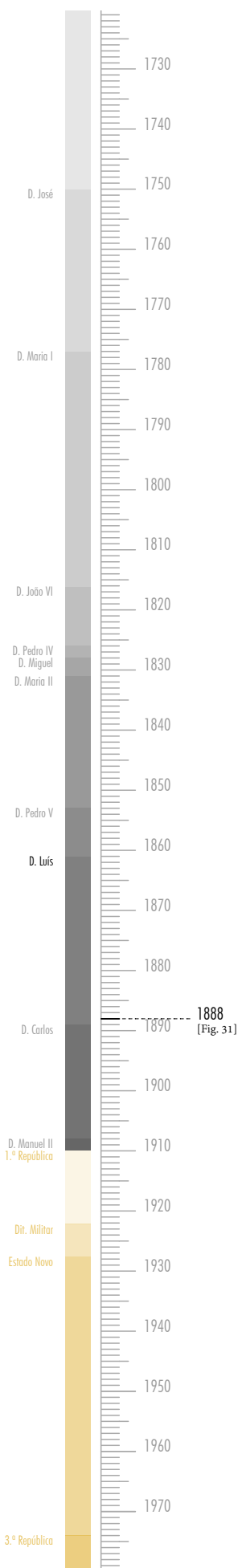
[illegible]

[Fig. 30] *Pedido para as mesas à ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais em 28 de outubro de 1905*, formulário preenchido por António de Mattos (-), 1905. © AHFCB, NNG 3932.

Com surpresa, e por entre os artigos solicitados, destaca-se a quantidade não particularmente impressionante de bebidas alcoólicas: quarenta garrafas de cerveja, duas garrafas de conhaque Martel, uma garrafa de licor de Curaçau, outra de licor de Ginja, e mais duas de licor de hortelã-pimenta, dezoito garrafas de vinho de Bordéus, quatro de vinho de Bucelas, duas de vinho de Colares branco e outras vinte e quatro garrafas de vinho de Colares tinto, quarenta e sete garrafas de vinho Champanhe, quarenta e três de vinho espumoso do Porto, sete de vinho de Jerez, doze de vinho da Madeira, três de vinho Moscatel, dezassete de vinho do Porto, cinco de vinho do Reno e mais dez garrafas de vinho de Sauterne. Assim, e para a mesa de Estado, foi solicitado um total de duzentas e trinta e quatro garrafas que, tivesse sido somente mobilizado no momento da ceia, permitiria a cada convidado a toma de meia garrafa. Foram ainda requisitadas, e já para a segunda mesa, trezentas garradas de vinho do termo – uma por comensal. Para além de bebidas alcoólicas foram também requisitadas águas de diferentes proveniências: oito garrafas de água de Castelo de Moura, dezoito garrafas de água das Lombadas, nove garrafas de água de Moura e duas garrafas de água de Vidago.

No que respeita a fruta disponibilizada, sabe-se terem sido requisitados um vidro (frasco) de azeitonas, duas caixas de alperces, outras duas de ameixas, dois ananases, trinta e seis bananas, trinta e seis pêssegos, cinquenta pêras e quatro quilos de uvas.

Este pedido incluiu ainda, para além dos bens alimentares já enumerados, alguns materiais de limpeza: branco de Espanha (produto muito usado no polimento de esmaltes), sabão de seda e piaçabas.



[Fig. 31] Anotações esquemáticas sobre *planta da Cidadela de Cascais*, António Augusto Duval Teles (1852-1906), 1888 (original de 1879). © GEAM, Direção de Infraestruturas do Exército 1047-1-8-12.

Datado de 1888, mas copiado por Bou de Souza sobre um original de 1879, este desenho da Cidadela de Cascais compreende as plantas dos pisos térreo e nobre do palácio, detalhadamente legendadas.

Começando-se a análise da rede alimentar ilustrada neste desenho a partir dos seus espaços de abastecimento, conclui-se estarem implantados, num dos volumes do complexo, um *Gallinheiro* e uma *Vaccaria*, esta última com três compartimentos. Para além destes espaços de produção interna de cariz pecuário, julga-se que pudessem existir outros do foro agrícola, apesar de não representados e/ou legendados neste desenho de levantamento.

Avançando-se para os espaços de confeção, é possível identificar a principal *Cozinha* do edificado e, nas suas imediações, *Dependências da dita*, aqui compreendidas como divisões da ucharia. No sentido do norte, e num outro volume, no qual se instalavam quartos de criados, identificou-se um *forno e uma cozinha dos destacamentos*. Apesar de não localizados com precisão no interior desta construção, sugere-se um provável posicionamento com base em desenhos de levantamento realizados posteriormente a 1888.

Ingressando-se no volume do Palácio Real da Cidadela de Cascais propriamente dito, identifica-se no piso térreo uma *Casa de refeição* inusitada, imediatamente após um dos momentos de entrada no piso térreo.

A *Sala de jantar*, principal espaço de consumo do palácio, implanta-se por sua vez no piso nobre, contiguamente face à *Sala de bilhar*, um dos espaços de digestão do paço. Para além deste último existe ainda um outro importante espaço de usufruto pós-prandial: o terraço sobre a bateria da cidadela na sua continuidade, não representado neste desenho.

Nas imediações da *Sala de jantar* – mas no piso térreo –, e de forma a apoiar o serviço da refeição localiza-se a *Mantearia*, de dimensões razoáveis e repartida por três compartimentos. A partir da dupla escadaria de serviço que lhe é contígua pelo exterior poderiam aceder ao piso nobre, quer vindos de fora do palácio – da cozinha, por exemplo –, quer vindos deste espaço de apoio – mantearia –, os alimentos e os itens necessários à mesa Real.

Legenda dos espaços da rede alimentar

Espaços de produção

- Horta
- Jardim
- Tapada
- Curral / Galinheiro

Espaços de confeção

- Cozinha principal
- Cozinha secundária
- Cozinha de aposento
- Cozinha de pessoal afeto ao paço

Espaços de apoio

- Ucharia
- Mantearia
- Arrecadação (afeto à refeição)
- Terraço / Pátio (afeto à refeição)

Espaços de consumo

- Sala de refeições principal
- Sala de refeições secundária
- Sala de banquetes
- Sala / área utilizada para refeições
- Sala de refeições de pessoal afeto ao paço

Espaços de serviço

- Copa ou sala equiparada
- Casa de lavagem
- Sala de música

Espaços de digestão

- Sala de bilhar
- Sala de café
- Sala / área utilizada para concertos
- Sala / área utilizada para bailes
- Terraço / Pátio
- Jardim

Retomando o discurso em torno da possibilidade de existência de um espaço de produção agrícola no interior do complexo da cidadela, e analisando-se o formulário do *Pedido para a cozinha à ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais em 28 de outubro de 1905*¹⁹ [Fig. 29], constata-se que alguns dos bens alimentares solicitados poderão ter tido origem neste hipotético espaço de produção. Entre estes contam-se agriões, alfaces, azedas, batatas, cebolas, couve-lombarda e couve portuguesa, espinafres, feijão verde, nabos, pimentos, rabanetes, salsa e tomates. Os terrenos onde hipoteticamente se terão instalado os cultivos, como anotado anteriormente [Fig. 26], usufruíam de água facilitada pela existência de duas cisternas²⁰ e de resguardo garantido pela presença de muros, entre os quais o da própria fortaleza, o que poderá ter contribuído para a sua proficuidade. Apesar desta possibilidade é igualmente verossímil que, mesmo existindo produção interna de hortícolas e/ou de fruta no local, uma parte destes bens fosse comercializada por empresas particulares, como a Jerónimo Martins & Filho, conhecido fornecedor da Casa Real portuguesa.

*“Cumpre-me participar a V. Ex.^a que uma das cancellas do quintal dos caes, precisa ser concertada, pois o Francisco da Emilia concertou uma, e a outra que serve para separar os caes das cadellas (ao pé da caza em cuja a viuva do Almeida tem uma vaquinha) está no chão feita pedaços (...).”*²¹

Redigida em 1888, esta pequena nota parece dar conta da existência de alguma produção de gado – ainda que limitada –, no interior da bateria de Cascais, nomeadamente no que concerne a vaca criada pela viúva do caserneiro Almeida (-). Sobre as proteínas animais, como as de aves e de gado vacuum, desconhece-se se na cidadela existiria capacidade – isto após 1870 – para se produzir carne para consumo em quantidades capazes de suprir as necessidades dos habitantes do complexo, particularmente aquando das estadas da Família Real entre os meses de setembro e novembro. Apesar dos desenhos de levantamento (idênticos) da Cidadela de Cascais de 1888 [Fig. 31] e 1895 [Fig. 3] indicarem a existência de uma vacaria – seria aqui que a viúva do Almeida tinha a “vaquinha”? – e de um galinheiro, não se obtiveram dados suficientes que permitam esclarecer face à produção animal interna.

Relativamente ao pedido à ucharia de 28 de outubro de 1905 supramencionado [Fig. 29], e visto na altura já não parecer existir na cidadela um galinheiro, admite-se que as vinte e quatro dúzias de ovos, os três capões, as quatro frangas, os doze frangos, as seis galinhas e as duas galinhas tenham sido fornecidos por José Maria Tildes (-), comerciante especialmente dedicado à venda de carnes de aves com sede no Largo de S. Domingos em Lisboa.²² Já as peças de carne de vaca solicitadas – que perfaziam quarenta e dois quilos de alcatra, quinze quilos de acém, treze quilos de ganço, dezassete quilos de pá, catorze quilos de peito, dez quilos de pojadouro e vinte e cinco quilos de rosbife – na quase certeza de não advirem da pequena vacaria da cidadela deverão ter sido fornecidas externamente²³.



[Ainda as doze badaladas não tinham batido e já entravam pelo pátio da cozinha José Martins (-)²⁴ e dois ajudantes, carregados com cestas de pão. Encaminhados para uma das divisões da ucharia por outros tantos moços da cozinha que os vieram receber, rapidamente se apressaram a deixar a carga, hoje especialmente avultada²⁵. No compartimento da cozinha mais a sul continuava a tratar-se das carnes, debatendo-se agora os homens com os capões, pequenos monstros depenados de carne enrijecida.]

²¹ Nota datada de 13 de abril de 1888, dirigida ao “Ex.^{mo} Señr. Sousa” (porventura Narciso António de Sousa (-)) e assinada por Manoel da Cruz e Silva (-) (encarregado). A mesma faz referência a concertos diversos que devem ser concretizados no Palácio Real da Cidadela de Cascais. *Carta de Manuel da Cruz para Narciso de Sousa acerca de vários concertos a executar no Palácio Real da Cidadela de Cascais*, Manuel da Cruz, 13 de abril de 1888. APNA, 3.1.1, doc. 20, f. 1.

²² Ainda que não se tenham localizado, por entre os documentos consultados, recibos relativos à compra destes géneros pelo Almojarifado de Cascais, é conhecida a relação da empresa de José Maria Tildes (-) para com a Casa Real portuguesa. Esta encontra-se expressa em diversos registos relativos à compra de carnes de aves consultados, como o *recibo relativo à aquisição de carne a José Maria Tildes por parte da ucharia do Palácio Real das Necessidades*, José Maria Tildes, setembro de 1905. ANTT, PT/TT/CR/E/001/6203, Casa Real, caixa 6203 doc. n.º 9.

²³ Desconhece-se se as carnes terão sido fornecidas por uma empresa sediada em Lisboa ou, até, em Sintra. Tinham sede na capital dois fornecedores maiores de carnes da Casa Real, o Talho n.º 19 de Inocêncio Rodrigues (-), com sede na Rua das Galinheiras, e o de José Paulo de Carvalho (-), com loja no Arco do Marquês ao Alegrete. Já em Sintra sabe-se ter sido fornecedor da Casa Real o Talho de Sintra de Augusto Maria da Cunha (-).

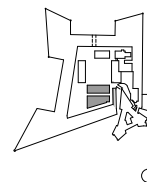
²⁴ Depreende-se que José Martins (-) fosse um fornecedor regular do Almojarifado de Cascais, tendo-se localizado dois recibos relativos à sua venda de pão a esta ucharia: *recibo relativo à aquisição de pão por parte da ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais a José Martins*, autor desconhecido, outubro de 1904. ANTT, PT/TT/CR/E/001/6129, Casa Real, caixa 6129, n.º 17; e *recibo relativo à aquisição de pão por parte da ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais a José Martins*, José Martins, setembro de 1906. PT/TT/CR/E/001/6204, Casa Real, caixa 6204, n.º 22.

²⁵ Foram fornecidos diversos tipos de pão à ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais, isto de acordo com o *pedido para as mesas à ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais em 28 de outubro de 1905*, formulário preenchido por António de Mattos, 1905. AHFCB, NNG 3932 [Fig. 30].

..... Percurso dos fornecedores
 Percurso dos funcionários
 Percurso dos comensais



[Fig. 32] Planta parcial do piso térreo do Palácio Real da Cidadela de Cascais e da cozinha (c. 1900), desenho da autora, 2023.
 Escala 1/250.



5.4 DEPOIS DE BELÉM

5.4.2 Comida de hospital



[28 de outubro de 1905, pelas três da tarde: o sol da tarde entrava abundantemente pelas janelas do compartimento sul da cozinha. Era um espaço bem iluminado e bem arejado, por vezes trespassado de mansinho por uma brisa marítima que lembrava àqueles que ali trabalhavam que ali tão perto havia mar. Ao fundo do compartimento, longe das fornalhas, preparavam-se as massas de doces diversos, e iam reservando-se as pastelarias várias, que emanavam um aroma encantador²⁶. Ali perto, picava-se o gelo entretanto entregue para o ‘glace’²⁷, uma das grandes estrelas da festa da noite.]

- Espaços de abastecimento
- Espaços de confeção
- Espaços de apoio
- Espaços de consumo
- Espaços de serviço
- Espaços de digestão

A análise da evolução do edifício onde outrora se alocou o hospital da Cidadela de Cascais, mais tarde apropriado como cozinha real, construir-se-á, em grande parte, a partir de registos desenhados.

*“Um dos aspectos mais interessantes do funcionamento da Praça de Cascais é o seu hospital. Deverá ter sido construído em simultâneo com os restantes edifício da Praça, situação que nos é sugerida por um decreto remetido ao Conselho de Guerra, em 5 de Junho de 1646, no qual são feitas várias advertências, entre as quais se prevê a necessidade de nela existirem ‘um surgião e um hospitaleiro’ a par de outros funcionários civis e militares (...)”*²⁸

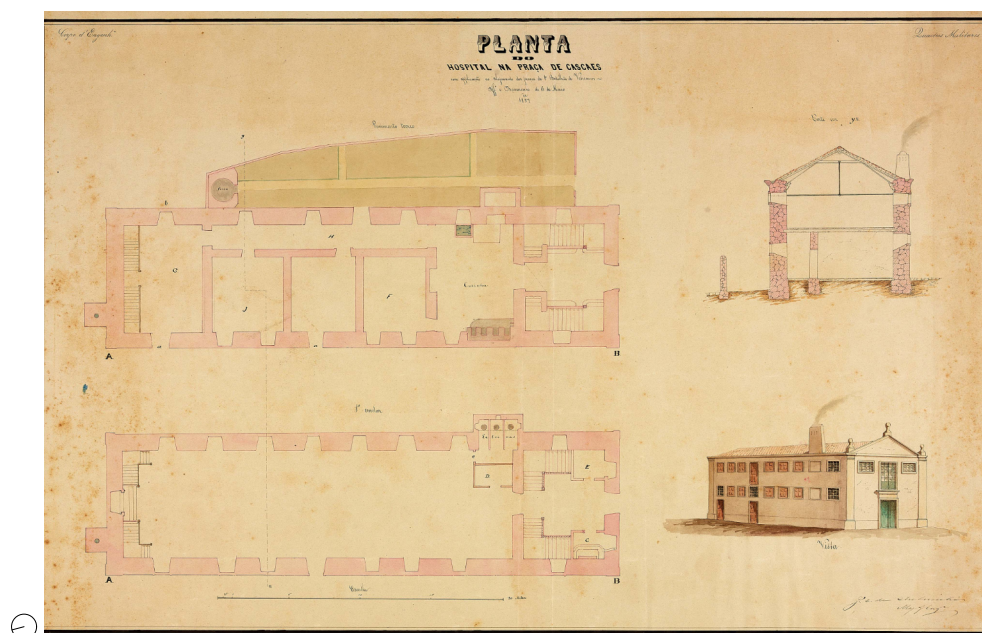
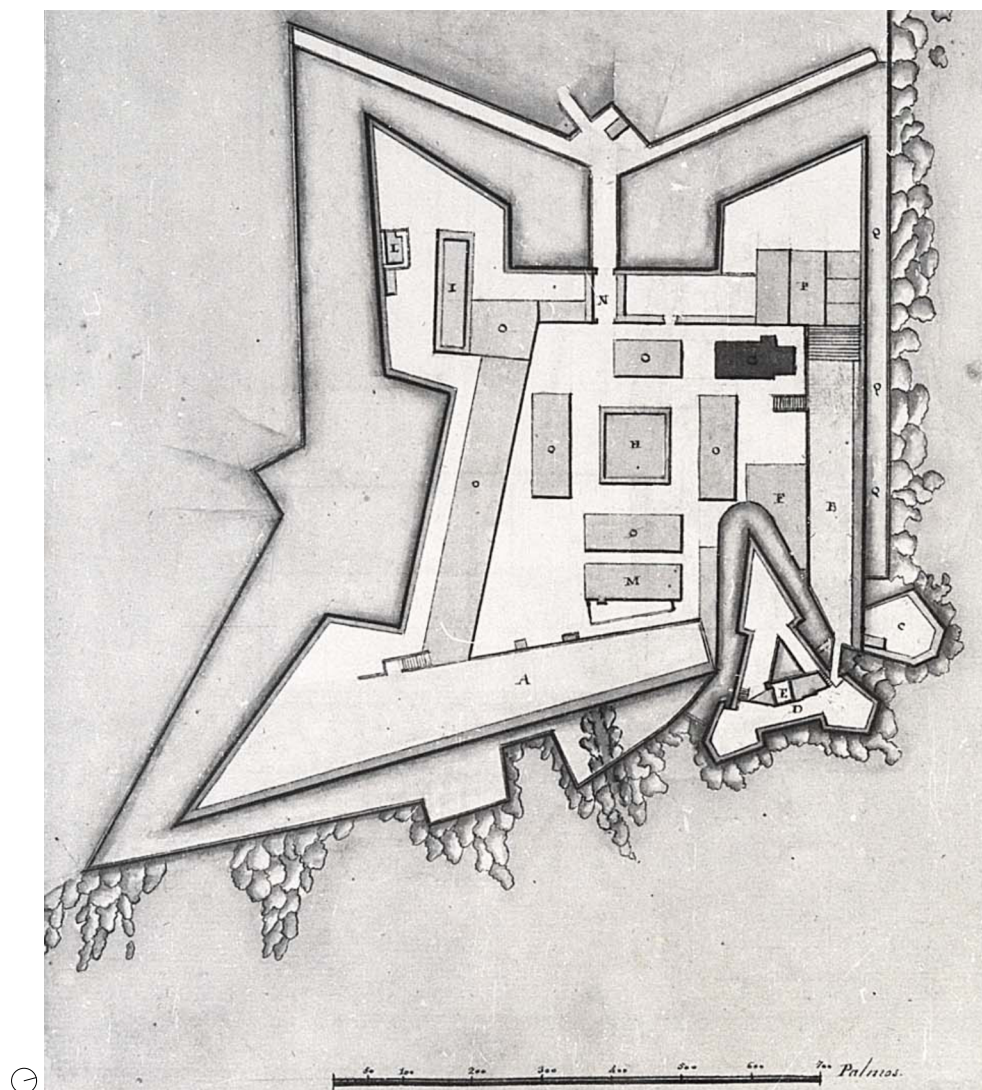
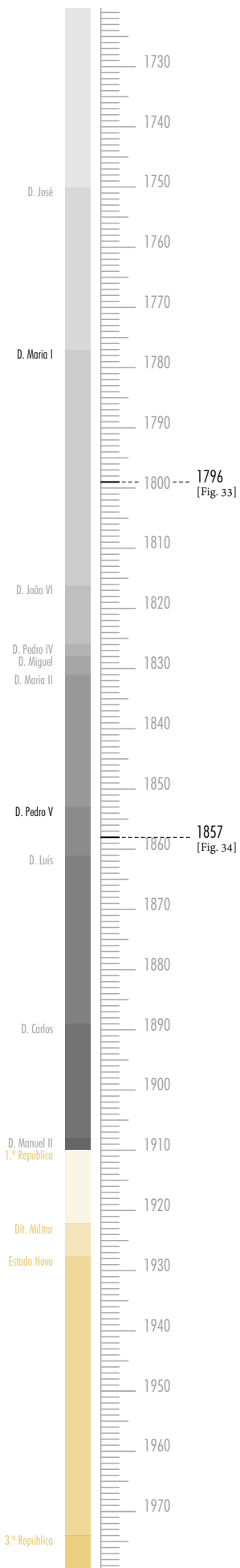
Numa planta ilustrativa da Praça de Cascais elaborada por volta de 1796 [Fig. 33] já se encontra anotado como *Hospital* o volume M, podendo distinguir-se através da geometria que o delimita aquele que parece ser o contorno de uma chaminé. O desenho mais esclarecedor do aspeto exterior e da organização interna desta unidade de saúde militar será, contudo, aquele de 1857 realizado pelo major engenheiro José Conrado de Chelmicki (1814-1890) [Fig. 34] a propósito da utilização do hospital como alojamento para os praças do 1.º Batalhão de Veteranos.²⁹ Esta reconversão utilitária enquadra-se no movimento que, a partir da segunda metade do século XIX, procurou a adaptação das fortificações marítimas como consequência da sua perda de valor estratégico. A análise deste desenho de 1857 [Fig. 34] permite localizar o

²⁶ De acordo com o menu da ceia de 28 de outubro de 1905 [Fig. 38] (AHFCB, NNG 3726, n.º 4.), foram servidos ‘Babas – Brioches – Savarins’.

²⁷ De acordo com o menu da ceia de 28 de outubro de 1905 [Fig. 38] (AHFCB, NNG 3726, n.º 4.), foram servidos ‘Glaces variées’. Deduz-se que os duzentos quilos de gelo solicitados pela ucharia do Palácio Real da Cidadela de Cascais tenham sido provisionados pela Companhia Frigorífica Portuguesa, habitual fornecedor da Casa Real.

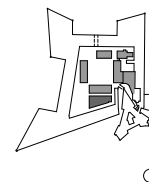
²⁸ Costa, A.; Falcão, C. e Pires, S. L. (2011). *Palácio da Cidadela de Cascais*. Museu da Presidência da República e Câmara Municipal de Cascais, p. 79.

²⁹ *Idem*, p. 80.



[Fig. 33] Planta da Cidadela de Cascais, Maximiano José da Serra (1750-1834), c. 1796. © GEAEM, Direção de Infraestruturas do Exército 8108-3-43-propria.

[Fig. 34] Planta do Hospital na Praça de Cascais, José Carlos Conrado de Chelmicki (1814-1890), 1857. © GEAEM, Direção de Infraestruturas do Exército 1072-1-8-12.



①

espaço da cozinha do hospital, no lado poente do edifício, reconhecendo-se o pequeno volume adossado a sul não como uma chaminé – como à primeira vista se era levado a crer –, mas como uma corete para as latrinas do primeiro piso. A chaminé deste espaço de confeção localizava-se, sim, na parede de fachada do lado norte, sendo visível na perspetiva elaborada pelo major engenheiro. A sul, na contiguidade, reconhece-se uma área delimitada por muros que poderia ser, à época, um espaço de produção agrícola (pequena horta) – o facto de se encontrar organizada por talhões caiados num tom esverdeado corrobora esta possibilidade. Neste espaço exterior localizava-se ainda um forno, no extremo nascente, inexistente na representação do século XVIII [Fig. 26], o que indica tratar-se de uma construção posterior.

A cozinha, que a partir desta representação apenas se pode deduzir ter sido segmentada mas não compartimentada, apresenta-se de geometria retangular, de pé direito elevado – ou, pelo menos, superior ao do primeiro piso –, com uma área de fornhalhas sob a chaminé e, na parede oposta, aquela que parece ser uma área de lavagem com acesso a água. No complexo, e como já referido, existiam duas cisternas: uma sob a praça central, ao centro, e outra junto ao baluarte noroeste, identificada como *cisterna do hospital* [Fig. 23]. Esta última ligava-se à unidade de saúde através de uma infraestrutura de canalização engenhosa “*que passava por detrás do edifício de S. Pedro e descrevia um arco na parada até chegar ao hospital, permitindo que, na cozinha houvesse água corrente, com uma pressão considerável.*”³⁰

No seguimento cronológico deste desenho de 1857 encontraram-se dois levantamentos da Cidadela de Cascais efetuados em anos distintos – 1888 [Fig. 31] e 1895 [Fig. 3] –, sobre uma mesma base desenhada datada de 1879. Para além da coincidência do conteúdo desenhado, também as funções atribuídas aos espaços ilustrados se mantêm inalteradas em ambos os levantamentos.³¹ O primeiro, de 1888, entretanto já referido e explorado [Fig. 31], mostra que à época o piso térreo do edifício do hospital funcionava principalmente como ucharia, ainda que nele se localizasse igualmente a cozinha, com a mesma geometria anotada no registo de 1857 [Fig. 34]. Neste desenho de 1888, contudo, o parco detalhe conferido à representação do seu interior não permite aferir sobre a sua estruturação interna. No edifício de S. Luís sobranceiro a este, para norte, e também no piso térreo, é identificável através da legenda a existência de um forno e de uma cozinha dos destacamentos. O núcleo onde se alocavam estes dois espaços de confeção – cozinha (do paço) e cozinha dos destacamentos –, composto pelo Pavilhão de S. Luís e pelo volume do antigo Hospital da Praça de Cascais, parece destinado a servir todo o complexo, já que em 1888 não existiriam outras cozinhas espalhadas pela Cidadela de Cascais. Por alturas deste levantamento, que coincidirá temporalmente com o último ano do reinado de D. Luís, o edifício de Santa Catarina havia já sido anexado ao das antigas casas do governador, formalizando o singelo Palácio Real da Cidadela de Cascais. A ligação entre os dois volumes, na qual se concretizou a construção de duas caixas de escadas e que veio a incluir uma *Casa de refeição* [Fig. 31], supõe-se advinda da campanha de obras que sucedeu a apropriação dos espaços após 1870.

“Para lhe conferir condições dignas de um rei, [D. Luís] entrega o projecto de ampliação a Joaquim Possidónio Narciso da Silva (...).

*Possidónio da Silva liga a Casa do Governador da Cidadela ao pavilhão de santa Catarina que confinava a Praça de Armas, redimensionando salas, decorando vestíbulos e salões (...). A riqueza dos acabamentos denunciava um cliente real, com materiais de exceção, trabalhados com mestria e ao gosto da fidalguia.”*³²

É bastante verosímil pensar-se, contudo, que esta campanha de melhoramentos não incluiu a construção de uma cozinha no interior dos volumes do paço, isto de acordo com o

³⁰ Costa, A.; Falcão, C. e Pires, S. L. (2011). *Palácio da Cidadela de Cascais*. Museu da Presidência da República e Câmara Municipal de Cascais, p. 79.

³¹ O facto de ambos os desenhos serem idênticos, residindo a única diferença na tonalidade do seu fundo, justifica que apenas se tenha optado por mostrar apenas um deles com maior detalhe [Fig. 31].

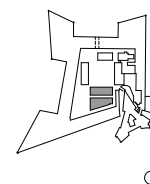
³² Vaz, P. (2011). *Reabilitação: projeto e obra. Palácio da Cidadela de Cascais*. Museu da Presidência da República, p. 17. As impressões de Maria Rattazzi (1831-1902) parecem contrariar esta afirmação de luxo. Nas suas palavras “O palácio real é um casarão mal mobilado e sem nenhuma espécie de atractivo. (...) Observando-se mais de espaço, descobre-se uma casa pouco mais de que modesta; é a residência real. Nenhuma espécie de luxo; casas espaçosas e mais nada”. Rattazzi, M. (1881). *Portugal de Relance*. Zeferino Editora, p. 313.



[Fig. 35] *Volume da cozinha na Cidadela de Cascais*, autor desconhecido, datação desconhecida. © SIPA, DOC.00032202 FOTO.00676723.

A grande intervenção de restauro pela qual passou o complexo da Cidadela de Cascais, concluída no ano de 2011, compreendeu a demolição do volume implantado junto ao Pavilhão de S. Luís, onde outrora se havia instalado o Hospital da Praça de Cascais e, mais tarde, a cozinha principal do palácio. A fotografia em questão recolhida no SIPA permite visualizar os alçados sul e poente deste e, ao lado, aquela que terá sido a fachada principal do antigo hospital.

levantamento de 1888 [Fig. 31] onde, como já referido, não existe qualquer menção a um espaço de confeção. Deduz-se, por conseguinte, que as refeições da corte seriam confeccionadas na antiga cozinha do hospital, agora transformada em cozinha real.



[À medida que as horas avançam a azáfama intensifica-se. O rodopio de gentes, aperfeiçoado que nem dança, preenche o corredor central que possibilita o acesso às duas câmaras da cozinha, não alcançáveis diretamente a partir do exterior. Naquela mais a norte, dos lumes acesos, todas as verduras já estão prontas para integrar o ‘consommé’³³ cujo caldo, onde fervem lentamente carnes de vaca, ainda se encontra sobre a chama. Agradeciam os moços da cozinha de volta dos tachos a graça de ali não entrar sol, pois que se assim fosse, não suportariam o calor.]

Também o levantamento de 1895 – realizado já aquando do reinado de D. Carlos mas em tudo idêntico ao de 1888 – enfatiza esta dedução, não demonstrando terem sido efetuadas quaisquer alterações ao nível dos espaços de confeção do palácio no intervalo de sete anos que separa os dois desenhos. Uma vez mais, na representação de 1895, localiza-se uma cozinha no volume do antigo hospital da cidadela, seguida de diversas suas dependências, que se depreende serem ucharias. Tal como no desenho anterior, aquele que parece ser um pátio surge implantado na contiguidade deste edifício, pelo lado do sul. Ali perto, a nascente, num pequeno anexo ao comprido, encontra-se o mesmo núcleo de espaços de produção interna com um *Gallinheiro* e uma *Vaccaria*, esta última dividida em três divisões.

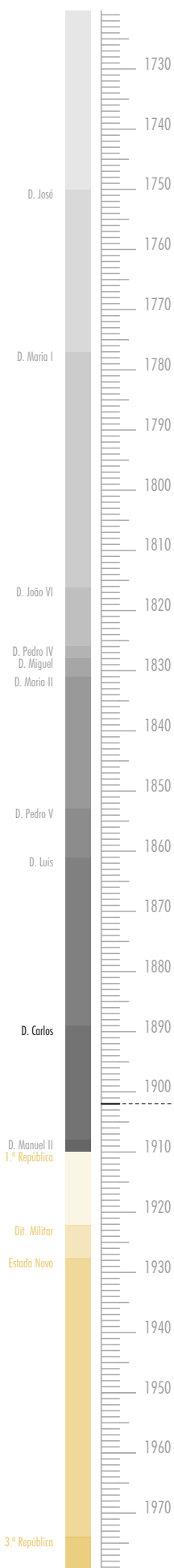
Num levantamento posterior, da autoria do engenheiro J. A. d’Abreu Victal (-) e datado de 1902 [Fig. 36 e Fig. 37] – o último realizado durante a monarquia de que se tem conhecimento –, reconhecem-se já algumas diferenças face aos dois desenhos anteriores [Fig. 31 e Fig. 3], nomeadamente no que concerne o espaço de confeção do palácio, que se sabe ter beneficiado de uma ampliação autorizada por uma portaria de 12 de maio de 1896.³⁴ No espaço outrora ocupado pelo pátio da cozinha foi levantado um novo edifício de dois pisos, reestruturando-se o espaço de confeção do palácio [Fig. 35]. A cozinha principal passou, por conseguinte, a não compreender somente o espaço de confeção do antigo hospital, tendo-lhe sido acrescentado um segundo compartimento, implantado a uma cota ligeiramente mais baixa. Este espaço de confeção renovado seria acessível quer através do extremo poente do edifício – por onde outrora já se ingressaria na cozinha do hospital –, quer através do limite sul do novo volume. Através deste manter-se-ia de igual modo o acesso facilitado ao pequeno edifício onde outrora se instalavam a *Vaccaria* e o *Gallinheiro* [Fig. 31] e onde em 1902 apenas restaria uma divisão destinada a albergar alguma criação de gado [Fig. 36].

A articulação entre ambos os compartimentos da cozinha concretizava-se através de um corredor já existente, no qual terão sido abertos cinco vãos, para o lado do sul. Esta parede, onde nos levantamentos de 1888 e 1895 apenas se identificavam duas portas de acesso ao exterior da então fachada [Fig. 31] – uma no extremo poente e outra no extremo nascente –, vê-se agora preenchida com um total de sete vãos [Fig. 36]. É se levado a julgar, através do desenho de 1902, que este primeiro vão da porta nascente terá deixado de servir função de passagem, tendo-se transformado numa possível janela, porventura a mesma solução aplicada ao quarto, quinto e sexto vãos. Este conjunto de aberturas, mesmo que não possibilitando o atravessamento entre planos – repare-se nos cinco degraus ilustrados no segundo e terceiro vãos que vencem uma altura de cerca de noventa centímetros –, permite a passagem de luz, facilitando de igual modo a

³³ De acordo com o menu da ceia de 28 de outubro de 1905 [Fig. 38] (AHFCB, NNG 3726, n.º 4.), foi servido ‘Consommé’.

³⁴ Portaria a solicitar a continuação das obras no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Arthur Alberto de Campos Henriques, 12 de maio de 1896. ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

A campanha de obras onde se incluiu esta ampliação da cozinha visava dar continuidade a obras já iniciadas no Palácio Real da Cidadela de Cascais e que haviam sido entretanto interrompidas. Para além dos trabalhos já comissionados e que deveriam ser retomados, pretendia-se efetuar arranjos nos quartos da rainha; o rasgamento dos vãos nos quarteirões do pátio central, com harmonização destas fachadas com a da nova construção e arranjo do pátio para arborização posterior; arranjo da cavalaria e quartos dos moços; ampliação da cozinha e reparação na sala de jantar.



[Fig. 36] Anotações esquemáticas sobre excerto de planta do piso térreo do Palácio Real da Cidadela de Cascais, J. A. d'Abreu Victal (-), 1902. © ANTT, PT/TT/CR/007-005-175, Casa Real, Almoxarifado de Cascais, n.º 175.

No que concerne os espaços de produção pecuária, denota-se que apenas a *Vaccaria* manteve uma formulação semelhante àquela de 1888 e 1895 tendo, ainda assim, sido reduzida. Estranhamente, as divisões que lhe são contíguas para o norte passaram a ter como função o alojamento de criados do paço.

O volume a sul do Pavilhão de S. Luís, ampliado após 1896, integra agora no seu piso térreo os dois compartimentos que compõem a *Cozinha* da cidadela. Comunicantes, estas duas salas articulam-se entre si, dialogando simultaneamente com as três *Dependências da cozinha* na sua imediação – que se continua a supor tratarem-se de ucharias. Já no piso térreo do Pavilhão de S. Luís, a norte, aquela que terá sido a cozinha dos destacamentos parece ter sido substituída por uma quarta *Dependência da cozinha*. Ao seu lado, no sentido do poente, replicou-se esta apropriação com a instalação de uma quinta dependência do mesmo género.

Na separação entre os dois volumes é notória, neste levantamento de 1902, a delimitação do espaço intersticial que, sendo a céu aberto, assume características de *pátio* da cozinha. Neste poderão ter sido realizadas tarefas de apoio, sendo as mais usuais aquelas relacionadas com a limpeza de animais e a lavagem de itens diversos, alimentares ou não. Apesar de ser conhecido que a cozinha usufruía de água proveniente de uma das cisternas da cidadela, não foi possível averiguar através deste desenho se este *pátio* estaria munido da mesma, a fim de permitir a realização de lavagens.

No volume do paço propriamente dito, verifica-se ter desaparecido a pequena casa de refeições outrora implantada no espaço da entrada, tendo aparentemente sido substituída pela *Casa de jantar de empregados*, repartida por duas divisões adjacentes.

A *Mantieiria*, por sua vez, mantém o posicionamento anterior, na proximidade da sala de jantar do piso nobre. Parece, todavia, que uma das suas três divisões passou a funcionar como *Arrecadação*.

Legenda dos espaços da rede alimentar

Espaços de abastecimento

- Horta
- Jardim
- Tapada
- Curral / Galinheiro

Espaços de confeção

- Cozinha principal
- Cozinha secundária
- Cozinha de aposento
- Cozinha de pessoal afeto ao paço

Espaços de apoio

- Ucharia
- Mantearia
- Arrecadação (afeto à refeição)
- Terraço / Pátio (afeto à refeição)

Espaços de consumo

- Sala de refeições principal
- Sala de refeições secundária
- Sala de banquetes
- Sala / área utilizada para refeições
- Sala de refeições de pessoal afeto ao paço

Espaços de serviço

- Copa ou sala equiparada
- Casa de lavagem
- Sala de música

Espaços de digestão

- Sala de bilhar
- Sala de café
- Sala / área utilizada para concertos
- Sala / área utilizada para bailes
- Terraço / Pátio
- Jardim



[Fig. 37] Anotações esquemáticas sobre excerto de planta dos pisos nobre e segundo do Palácio Real da Cidadela de Cascais, J. A. d'Abreu Victal (-), 1902. © ANTT, PT/TT/CR/007-005-176, Casa Real, Almojarifado de Cascais, n.º 176.

Este é o primeiro (e único) levantamento com o qual se contactou no qual se vê representado o segundo piso quer dos Pavilhões de S. António, S. Pedro e S. Luís, quer do volume onde se implanta a cozinha da cidadela.

Neste verifica-se funcionar, por alturas de 1902, uma outra *Casa de jantar de empregados*, sala de de generosas dimensões. A proximidade entre esta e a cozinha compartimentada do piso de baixo parece apoiar o entendimento de que este espaço de confeção não era apropriado para benefício exclusivo da Família Real. Na sua imediação são visíveis duas *Arrecadações* que, dado o seu posicionamento, poderiam funcionar como mantearias, tendo sido consideradas como tal.

A par com esta *Casa de jantar de empregados* surge um segundo espaço de consumo secundário, desta vez no piso nobre do paço, mais propriamente no volume do antigo Pavilhão de Santa Catarina. Esta *Sala de jantar de S.S. a.a.* destinava-se a acomodar o consumo alimentar dos príncipes, possuindo na sua proximidade uma *Casa dos aparadores*, possivelmente servindo de espaço de copa.

No extremo oposto do palácio, para nascente, é possível localizar a *Copa* propriamente dita, acessível a partir da mantearia no piso inferior e comunicante com o *Corredor dos aparadores*, com o qual partilharia funções. A partir deste acedia-se, a partir do percurso do serviço, ao principal espaço de consumo do palácio, a *Sala de jantar*.

A sua formulação aberta no extremo norte permite fluidez entre consumo e digestão, localizando-se a Sala de bilhar imediatamente a seguir à de jantar, sem qualquer parede divisória como mediadora de diálogo. O principal e mais impactante espaço de digestão do Palácio Real da Cidadela de Cascais seria, contudo, o seu terraço sobre a bateria, a partir do qual a vista abarcaria a Baía de Cascais, o casario da vila e, até, a Serra de Sintra.

Legenda dos espaços da rede alimentar

Espaços de abastecimento

- Horta
- Jardim
- Tapada
- Curral / Galinheiro

Espaços de confeção

- Cozinha principal
- Cozinha secundária
- Cozinha de aposento
- Cozinha de pessoal afeto ao paço

Espaços de apoio

- Ucharia
- Mantearia
- Arrecadação (afeto à refeição)
- Terraço / Pátio (afeto à refeição)

Espaços de consumo

- Sala de refeições principal
- Sala de refeições secundária
- Sala de banquetes
- Sala / área utilizada para refeições
- Sala de refeições de pessoal afeto ao paço

Espaços de serviço

- Copa ou sala equiparada
- Casa de lavagem
- Sala de música

Espaços de digestão

- Sala de bilhar
- Sala de café
- Sala / área utilizada para concertos
- Sala / área utilizada para bailes
- Terraço / Pátio
- Jardim



[Fig. 38] Menu da ceia consumida no Palácio Real da Cidadela de Cascais a 28 de outubro de 1905. © AHFCB, NNG 3726, n.º 4.

O menu desta ceia não parece obedecer à estrutura que tem marcado os menus de outras refeições (almoços e jantares) analisados. Se estes se caracterizam por dispôr os pratos a consumir de acordo com a ordem instituída – potage, entremeio, relevés, entradas quentes, entradas frias, ‘punch’, assado, legumes e doces –, o menu desta ceia servida a 28 de outubro de 1905 parece revelar ter-se tratado de uma refeição volante, de carácter mais leve.

Apesar de pratos como o ‘Filet de boeuf à la Russe’ assumir o lugar de um releve, e o de ‘Poularde du Mans’ de um assado, as demais iguarias apresentadas são, na sua essência, pratos frios (‘Saumon froid - Ravigote’, ‘Galantine de volaille’, ‘Jambon à la gelée’, ‘Mousse de foie-gras’, ‘Langouste mayonnaise’ e ‘Pâté de gibier’).

O servir deste tipo de iguarias frescas (repare-se que até o café é ‘glacé’) e de mais fácil digestão é em tudo condizente com a refeição em questão e a sua espacialidade: uma ceia festiva, consumida junto à orla costeira, num dia que anuncia o fim do verão mas que, ainda assim, convida à dança e ao regozijo num espaço exterior fantasiosamente decorado como se de um local exótico se tratasse.

ventilação cruzada dos compartimentos e a comunicação entre os funcionários da cozinha. Esta, inicialmente apenas segmentada e agora também compartimentada, parece estruturar-se segundo a mesma lógica já presente anteriormente, de acordo com a qual se privilegia o distanciamento entre as fontes de calor e as áreas de preparação e lavagem (isto é, de não confeção). A primitiva cozinha do hospital [Fig. 34] possuía, como já referido, um conjunto de fornalhas junto à sua parede norte, e o acesso a água junto à parede oposta, a sul. Nesta nova formulação da cozinha parece ter-se alocado a zona de acesso a água para junto da parede norte do compartimento primitivo – distinguindo-se aquela que parece ser uma bancada de trabalho nas suas imediações –, e a zona de cocção para o novo compartimento, onde parece ter sido representado um conjunto de fornalhas [Fig. 36].

Junto ao espaço de confeção compartimentado surgem, tal como no passado, algumas dependências da cozinha. O detalhe do desenho e a ausência de uma nota descritiva mais elaborada não permitam compreender com certeza que atividades ali tomariam lugar, mantendo-se a dedução de tratar-se de espaços inerentes à ucharia. O desaparecimento da cozinha dos destacamentos e do forno implantados no piso térreo do pavilhão de S. Luís – localizado a norte do volume do antigo hospital – e a sua substituição por estas mesmas dependências da cozinha [Fig. 36], leva a crer que por alturas de 1902 o espaço de confeção que vem sendo referido não serviria apenas a Família Real nas suas estadas sazonais pela cidadela, como também todo o complexo militar e as suas gentes. Nesse sentido, não deve este espaço de confeção ser intitulado de cozinha *real*, dado o seu aparente não usufruto em exclusividade pelos seus membros.

No que respeita ao espaço exterior da cozinha, se o anterior pátio que se deduz ter sido de seu usufruto [Fig. 35] se viu eliminado através da construção do novo volume, não é totalmente descabido supor-se que em sua substituição ter-se-á utilizado o corredor a céu aberto entre o pavilhão de S. Luís e o antigo hospital. Esta hipótese ganha relevância em face da verosímil união funcional entre ambos os edifícios, que em 1902 [Fig. 36] partilhariam as dependências da cozinha, transformando-se este corredor exterior num momento intersticial, qual rótula. O levantamento de 1902 sustenta esta suposição através da forma como este espaço exterior é apresentado: ao invés de uma passagem a céu aberto, sem qualquer delimitação nos extremos, o corredor encontra-se agora representado com um limite a nascente – um muro no qual foi aberto um vão –, e um outro, a poente – um muro de menor espessura, porventura executado em madeira. Esta delineação parece sugerir uma alteração no modo de apropriação do espaço entre os dois edifícios e, por conseguinte, na sua função, que agora em 1902 seria tanto de espaço de apoio como de espaço de serviço [Fig. 36]. No entanto, por muito que a ampliação e reestruturação da cozinha tenha melhorado e facilitado o processo de confeção alimentar das refeições ingeridas no paço, esta não garantiu uma agilização do diálogo entre confeção e consumo. As vantagens da implantação da cozinha no exterior de um edifício são diversas e conhecidas. Contudo, esta lógica de estruturação do habitar por um lado procura a proteção contra incêndios e a salubridade do espaço de confeção implantando-o no exterior, mas por outro distancia-o em demasia da sala, ou salas, de refeições.

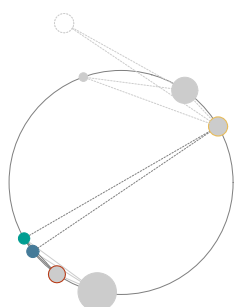
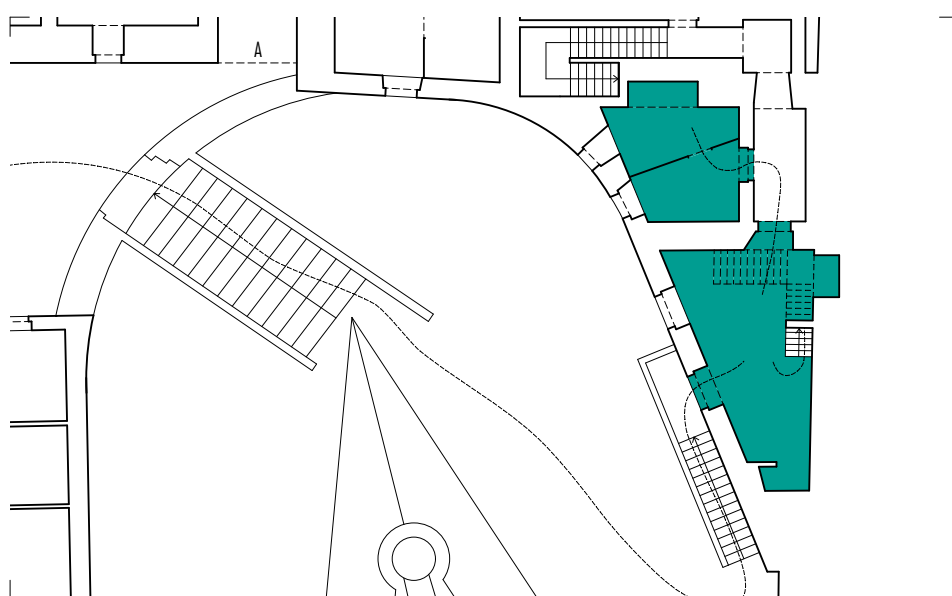


[Pelo exterior, no pátio, volta e meia aparece um moço que, com um exemplar do menu da ceia [Fig. 38] na mão, entra e sai das câmaras da ucharia em busca de algo negligenciado. Já no interior do compartimento da cozinha mais a norte, sobre os pedaços de carne de aves desossados e cortados em pedacinhos, está a ser vertida uma mistura gelatinosa³⁵. No mesmo aparador, um outro moço trata do ‘jambon à la gelée’³⁶ recorrendo a um processo semelhante.]

³⁵ De acordo com o menu da ceia de 28 de outubro de 1905 [Fig. 38] (AHFCB, NNG 3726, n.º 4.), foi servida ‘Galantine de volaille’.

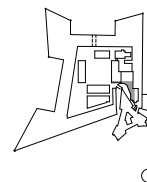
³⁶ De acordo com o menu da ceia de 28 de outubro de 1905 [Fig. 38] (AHFCB, NNG 3726, n.º 4.), foi servido ‘Jambon à la gelée’.

..... Percurso dos fornecedores
 Percurso dos funcionários
 ----- Percurso dos comensais



[Fig. 39] Planta parcial do piso nobre do Palácio Real da Cidadela de Cascais (c. 1900), desenho da autora, 2023. Escala 1/250.

[Fig. 40] Planta parcial do piso térreo do Palácio Real da Cidadela de Cascais (c. 1900), desenho da autora, 2023. Escala 1/250.



5.4 DEPOIS DE BELÉM

5.4.3 Escada acima, escada abaixo



[28 de outubro de 1905, pelas sete da tarde: o anoitecer avança sobre a vila, onde sopra o já habitual vento. Enquanto na cozinha os preparativos continuam a bom ritmo, e o pessoal de serviço se debate com as lagostas³⁷, pela mantearia um corrúpio de gentes e de bens sobe e desce escadas sem parecer conhecer o cansaço.]

- Espaços de abastecimento
- Espaços de confeção
- Espaços de apoio
- Espaços de consumo
- Espaços de serviço
- Espaços de digestão

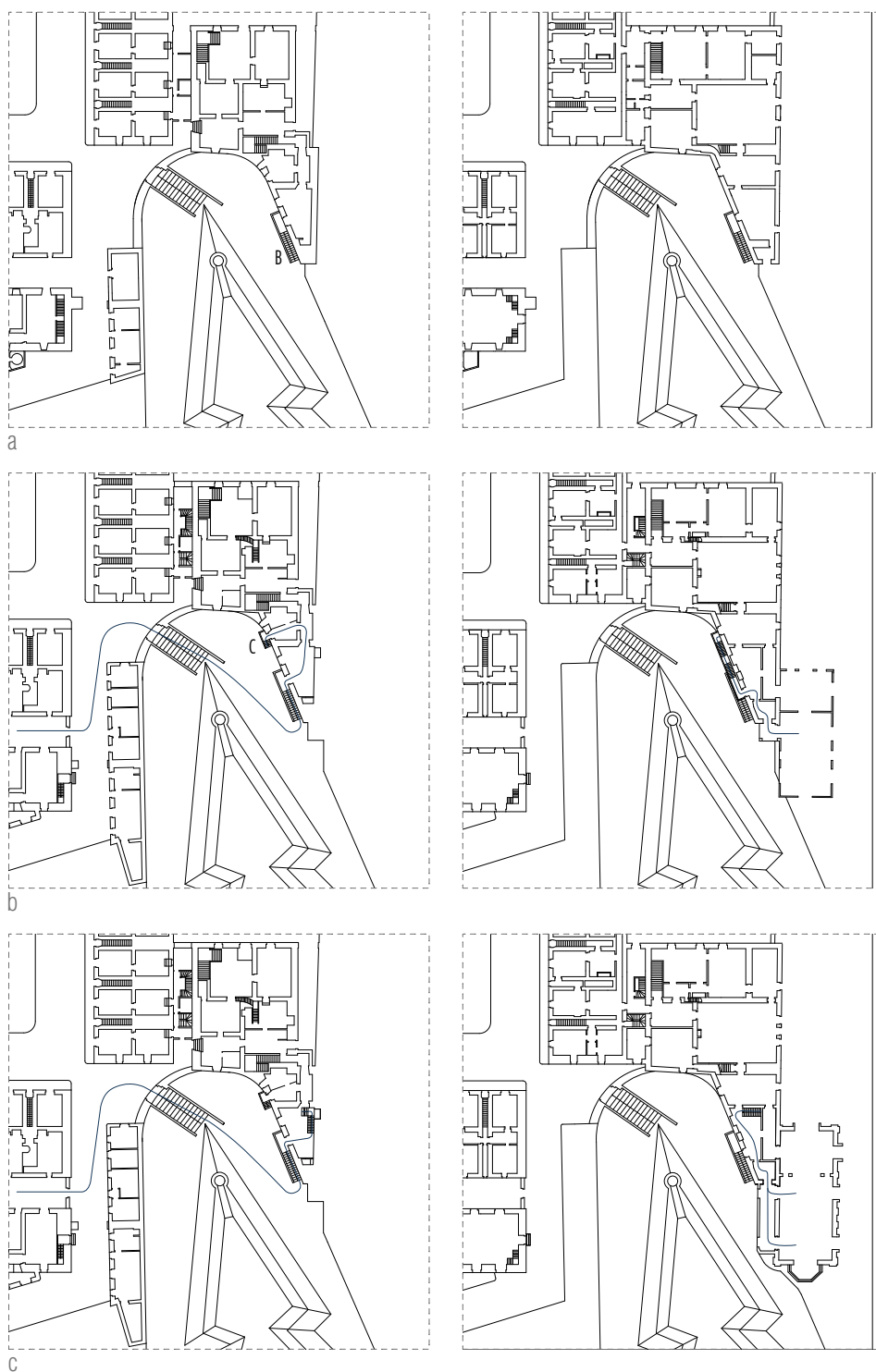
A problemática da ligação entre espaços de confeção e espaços de consumo parece ser um tema recorrente no estudo das redes alimentares palacianas que se vêm abordando. Estando-se ciente que as dificuldades inerentes ao transporte dos alimentos cozinhados não era um problema das pessoas reais, mas sim dos seus súbditos, talvez não se estranhem tanto os percursos complexos, morosos e parcialmente efetuados pelo exterior. O caso do Palácio Real da Cidadela de Cascais não parece ser exceção [Fig. 39 e Fig. 40].

Os levantamentos de 1888 [Fig. 31] e 1895 [Fig. 3] revelam uma considerável distância entre a cozinha, à época apenas com uma divisão, e a primitiva sala de jantar. Esta distância, que também é altimétrica, manteve-se inalterada mesmo após a construção da nova sala de jantar, implantada no lugar da anterior.

À primeira vista poderia imaginar-se um percurso para os alimentos que ingressaria no palácio a partir da entrada sul localizada no momento de ligação entre os volumes da casa do Governador e do Pavilhão de Santa Catarina [Fig. 40 A]. Contudo, um olhar mais atento sobre os desenhos de 1888/1895 e 1902 [Fig. 36] parece contrariar esta possibilidade de diálogo entre confeção e consumo e sugerir um diferente ponto de ingresso no paço.

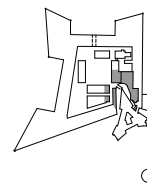
A parede sudoeste do Palácio Real da Cidadela de Cascais – defronte da muralha nordeste da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz –, apresenta, nas plantas do piso térreo datadas dos anos de 1888 e 1895 (e, consequentemente, também de 1879), um conjunto de duas escadas adossadas pelo exterior [Fig. 41 b]. Simultaneamente, é visível a nascente a representação da projeção do volume da sala de jantar, implantada no piso de cima. Interessantemente, se se recuar alguns anos até ao desenho elaborado por Higino Craveiro Lopes (1838-1909) entretanto já referido [Fig. 28], rapidamente se torna perceptível a inexistência, no mesmo, de qualquer menção desenhada quer às duas escadas, quer à sala de jantar. Ainda que se depreenda que a não

³⁷ De acordo com o menu da ceia de 28 de outubro de 1905 [Fig. 38] (AHFCB, NNG 3726, n.º 4.), foi servida 'Langouste mayonnaise'.



[Fig. 41] Proposta para a evolução da arquitetura dos pisos térreo e nobre do Pavilhão de S. Luís, do volume das cozinhas e do Palácio Real da Cidadela de Cascais: comunicação entre cozinha e sala de jantar principal, montagem e desenhos da autora, 2023. Escala 1/1200.

- a. Antes de ser estabelecida uma ligação entre o Pavilhão de Santa Catarina e a Casa do Governador e, consequentemente, antes da construção do volume integrante da sala de jantar principal e da sala de bilhar. Desconhece-se, por esta altura – momento anterior à aquisição dos espaços da Cidadela de Cascais por D. Luís na década de 1870 –, onde funcionaria o espaço de consumo principal da Casa do Governador. É certo, contudo, que o primeiro lanço da escadaria exterior adossada à parede sudoeste da casa já estaria construída, visto já se encontrar representada na Planta da Cidadela de Cascais elaborada por João da Silva Bento, e datada do século XVIII [Fig. 26].
- b. Após 1879 e até à reformulação do volume integrante da sala de jantar principal e da sala de bilhar por D. Carlos (c. 1898).
- c. Após a reformulação do volume integrante da sala de jantar principal e da sala de bilhar por D. Carlos (c. 1898) e até ao término da monarquia (1910). A apropriação do Palácio Real da Cidadela de Cascais após a Implantação da República levou a que se reestruturasse o seu interior, adaptando-se aqueles que eram os aposentos da Rainha D. Amélia de maneira a nestes instalar uma cozinha – algo que tomou lugar durante a Presidência do General Marechal Carmona, c. 1943.



representação do volume do espaço de consumo³⁸ se justifique pela sua inexistência à época, o mesmo não parece poder dizer-se da escadaria exterior mais a este. Esta remontará ao século XVIII, visto já se encontrar ilustrada, ainda que com alguma falta de rigor em termos dimensionais e proporcionais, na representação setecentista já explorada [Fig. 26 e Fig. 41 a, B]. Apesar de não se ter conseguido situar no tempo a construção da segunda escadaria adossada à parede sudoeste do paço [Fig. 41 b, C], dialogante com esta primeira comprovadamente mais antiga, reconhece-se que o seu surgimento nos desenhos de levantamento dá-se em 1879, ano em que aparece igualmente representado, e pela primeira vez, o volume da sala de jantar. O surgimento desenhado simultâneo destes dois elementos arquitetónicos – escada e sala de jantar –, e a relação de funcionamento da primeira escada mais antiga com a segunda mais recente, e de ambas para com a sala de jantar, sugerem a existência de um vínculo operativo entre estes dois acessos verticais exteriores e o espaço de consumo principal do palácio.

Os desenhos de levantamento encontrados permitem reconhecer as diferentes formulações dos interiores na zona sudoeste do paço e, simultaneamente, relacioná-las com os acessos exteriores e a sala de jantar [Fig. 41]. Se no levantamento do piso nobre da autoria de Higinio Craveiro Lopes [Fig. 28] apenas se atesta a existência de três divisões neste extremo do edifício – cuja legenda não foi localizada –, em 1879, 1888 e 1895 distingue-se já a construção de um corredor pelo meio destas, de forma a servir o volume da sala de jantar entretanto edificado. Os espaços formalizados pela existência deste dispositivo de distribuição são denominados – e sem surpresa –, *Casas de passagem* [Planta 2 3]. O modo como as duas escadarias exteriores se articulam com estas divisões, quer ao nível do piso nobre, quer ao nível do térreo, é, a bem dizer, algo caricata [Fig. 41]. Vindo do exterior junto à Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, a uma cota inferior, o funcionário do paço deveria subir os quinze degraus da escadaria presumivelmente mais antiga [Fig. 41 a, B] e ingressar no edifício. Já no interior, atravessaria a mantearia mais a sul e seguiria para a segunda escadaria [Fig. 41 b, C]. Esta, por sua vez, e pelo exterior, posicionava-se sobre a mais antiga, e permitia alcançar as casas de passagem [Planta 2 3], a partir das quais se chegaria, finalmente, à sala de jantar [Planta 2 5].

As alterações nesta parte do edifício reveladas pelo levantamento de 1902 [Fig. 36 e Fig. 37] enfatizam a possibilidade de existir, efetivamente, uma relação entre as escadas e a sala de jantar. Há que ter em conta, todavia, que não foi representado neste desenho qualquer um destes acessos verticais. Isto não deverá significar a sua não existência já que, e repare-se, J. A. d'Abreu Victal (-) optou por não desenhar, de igual modo, a escada exterior que estabelece ligação com a cota do forte, o próprio forte ou os demais elementos do conjunto da cidadela. A escadaria que se supõe ser mais antiga deveria, ainda assim, existir à época, visto encontrar-se representada, algo intervencionada, em desenhos posteriores, quer de 1914 [Fig. 41 c], quer da década de 1940 [Fig. 43]. Para além disto, e em visita ao paço, pode constatar-se a sua permanência nos dias de hoje, no mesmo local.

A segunda escadaria, ao que tudo indica mais recente, parece ter desaparecido, e supõe-se a sua inexistência já em 1902. À data, o percurso a efetuar pelo funcionário vindo da cozinha [Fig. 41 c], de forma a alcançar a sala de jantar seria algo diferente daquele proposto para os anos entre 1879 e 1895 [Fig. 41 b]. Partindo da mesma cota mais baixa e subindo a escadaria mais antiga, ingressava-se no palácio a partir da mesma divisão de outrora, que se mantinha como mantearia. Contudo, em 1902 não havia a necessidade de sair desta casa e continuar o percurso através de um acesso exterior, já que este parece ter sido substituído por uma escadaria interior, posicionada num dos extremos da mantearia. Curiosamente, a construção desta caixa de escadas interior parece relacionar-se com a renovação do volume que albergava a sala de jantar. O novo acesso interior permitiria ao funcionário chegar a um espaço de geometria irregular por esta

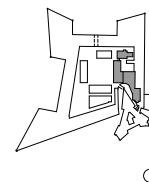
³⁸ A referência a um volume do espaço de consumo ou volume da sala de jantar compreende, ainda assim, que junto ao espaço de consumo se implantava a sala de bilhar, um espaço de digestão. Contudo, e de forma a facilitar a compreensão da narrativa, reduz-se esta referência a *volume da sala de jantar*, por questões de economia de termos.



[Fig. 42] Planta do piso nobre do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 1942. © SIPA, DOC.00037793 DES.00020644.

[Fig. 43] Planta do piso térreo do Palácio Real da Cidadela de Cascais (editado), autor desconhecido, 1942. © SIPA, DOC.00037793 DES.00020643.

[Fig. 44] Seções e alçados parciais do Palácio Real da Cidadela de Cascais: projeto de cozinha, autor desconhecido, 1943. © SIPA, DOC.00037740 DES.00020382.



①

altura denominado, adequadamente, copa [Planta 2 3]. Este espaço de serviço, por sua vez, posicionava-se contigualmente face a um outro, retangular, que funcionava como corredor dos aparadores, antecedendo a sala de jantar. Não se poderá afirmar inequivocamente, contudo, que este seria o percurso efetuado pelos alimentos no seu trajeto entre o espaço de confeção exterior e o espaço de consumo principal do Palácio Real da Cidadela de Cascais. Todavia, as suas particularidades que vêm sendo exploradas tornam-no o mais verosímil candidato.



[Na cozinha ultimam-se os preparativos. O ‘consommé’ já está finalizado, a apurar. Os pratos gelatinosos são cuidadosamente desenformados, os molhos terminados. Só as carnes se mantêm em processos de confeção no compartimento mais a sul: no forno a ‘poularde de Mans’ e sobre as fornalhas o ‘filet de boeuf à la Russe’³⁹. Na mantearia reina agora a maior organização e tranquilidade, findo o sobe e desce de homens e de bens que durante toda a tarde desgastou a pequena escadaria de acesso à copa. Lá em cima, tudo já se encontra também desimpedido e organizado, na antecipação do serviço que não tarda começará. O ar fresco daquele início de noite entra pela janela aberta da copa. Desta, de onde o olhar alcança o poente, observa-se o volume da cozinha com a sua chaminé fumegante, podendo apenas imaginar-se a azáfama que vai dentro daquelas paredes.]

Em 1902, os cerca de cinquenta metros que separam a entrada daquele que se entende ser o pátio da cozinha, da porta de acesso à mantearia do palácio no topo da escadaria mais antiga, seriam transponíveis com relativa facilidade. As adversidades meteorológicas, porventura originadoras de embaraços neste atravessamento, não deverão ter-se constituído entrave de maior, visto as ocupações sazonais da cidadela por parte da Família Real tomarem parte, habitualmente, no fim do verão.

A partir do desenho de J. A. d’Abreu Victal [Fig. 36] não se consegue caracterizar com grande detalhe o que existiria, à época, no interior desta mantearia. Registos fotográficos efetuados antes da intervenção iniciada em 2004⁴⁰ permitem aferir a existência, neste espaço, de uma bancada em pedra, onde se efetuariam lavagens, e de um fogão adossado na parede entre os dois vãos de janela. Todavia, a não representação destes elementos – especialmente da chaminé deste fogão –, levanta dúvidas sobre se os mesmos já existiriam em 1902. Outros levantamentos do mesmo autor sugerem que certas bancadas, fornos e chaminés seriam representados graficamente questionando-se, por conseguinte, sobre o quão representativas da realidade de 1902 serão estas fotografias. Ainda assim, considera-se verosímil a existência de uma bancada para lavagem de louças e cutelaria na mantearia, de forma semelhante ao que acontecia no palácio da Pena onde os espaços da cozinha e da sala de jantar principal – e, consequentemente, da mantearia implantada nas imediações deste último – distavam consideravelmente um do outro. Os itens lavados na mantearia, utilizados aquando do serviço e na sua grande maioria vindos da mesa de Estado, poderiam ser novamente acomodados neste espaço, ou mesmo na arrecadação contígua. Deduz-se, de igual modo, que todos os utensílios originários da cozinha – que por razões diversas tivessem acompanhado os alimentos no seu trajeto até ao palácio –, regressariam ao espaço de confeção, porventura já limpos.

Ainda a propósito do fogão captado fotograficamente por volta do ano 2004, supõe-se que o mesmo tenha sido acrescentado ao espaço da mantearia já após a queda da monarquia. Num

³⁹ De acordo com o menu da ceia de 28 de outubro de 1905 [Fig. 38] (AHFCB, NNG 3726, n.º 4.), foram servidos ‘Filet de boeuf à la Russe’ e ‘Poularde du Mans’.

⁴⁰ Foi possibilitada a consulta, por parte do arquiteto Pedro Vaz, de alguns registos fotográficos dos espaços interiores do paço, captados antes das obras de requalificação do complexo.



[Fig. 45] Corredor dos aparadores do Palácio Real da Cidadela de Cascais, fotografia da autora, 2022.

desenho de levantamento do piso térreo do Palácio Real da Cidadela de Cascais datado de 1942 [Fig. 42 e Fig. 43] é possível verificar que, não só o espaço da antiga mantearia estava a ser utilizado como cozinha – *cozinha velha*⁴¹ –, como no mesmo é inequivocamente identificável a chaminé do fogão. Esta necessidade por alocar um espaço de confeção no palácio deverá ter-se prendido com o facto de Óscar Carmona (1869-1951) se encontrar a habitar o edifício a tempo inteiro desde 1928. Contrariamente à Família Real, que apenas para ali se deslocava sazonalmente, o 11.º presidente da República Portuguesa havia escolhido como residência permanente a cidadela, transformando-se a lógica de apropriação do edifício e, por conseguinte, os usos atribuídos às diferentes divisões. Estranhamente, existe um projeto de 1943 [Fig. 44] para a construção de uma nova cozinha⁴², possivelmente porque a mantearia adaptada a espaço de confeção não seria funcionalmente capaz de responder às necessidades alimentares do conjunto de habitantes.

Voltando a 1902 e ao reinado de D. Carlos, é tentador pensar-se que neste espaço da mantearia pudesse existir também uma estufa. Contudo, e atendendo-se ao facto da sala de jantar se localizar no piso superior, deduz-se mais prático e funcional o posicionamento deste elemento no andar nobre, mais propriamente na copa. De acordo com o representado por J. A. d'Abreu Victal [Fig. 37] a geometria da sua parede sudoeste, pelo interior, indicia a existência de duas reentrâncias, uma das quais preenchida com um elemento de geometria retangular que, em potência, poderá ser uma estufa. Esta copa aparenta, de igual modo, ser um espaço de serviço compartimentado, já que no seguimento desta casa onde se deduz ter existido uma estufa localiza-se uma outra divisão, porventura à época mobilada com um aparador e armários.

O *corredor dos aparadores* [Fig. 45] que lhe sucede, deverá considerar-se, a par com a copa compartimentada, um espaço de serviço. Contudo, a sua decoração muitíssimo cuidada, com azulejaria pintada e revestimentos de madeira denota uma caracterização não típica de um espaço dedicado ao serviço da refeição, que deverá existir longe dos olhares nobres. Bem iluminado, arejado e apetrechado com duas bancadas de pedra a todo o comprimento, este compartimento-corredor deveria servir, principalmente, para apoiar a mesa de Estado, podendo resguardar-se da vista dos comensais pratos de sobremesa e outros, guardanapos, alguns talheres, copos, garrafas – uma parafernália de itens que noutra situação teriam de ser dispostos sobre os aparadores normalmente posicionados no espaço de consumo, por vezes protegidos por um ou mais biombo que, simultaneamente, resguardavam o acesso à copa. A parede nascente deste compartimento-corredor, facilitadora de uma dupla comunicação com a sala de jantar, poderá ser entendida, a bem dizer, como se da petrificação de um biombo se tratasse, delimitando um espaço de serviço deveras funcional, prático e elegante.

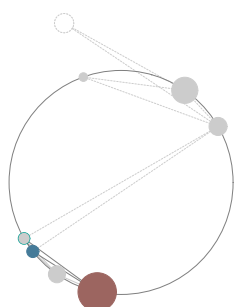
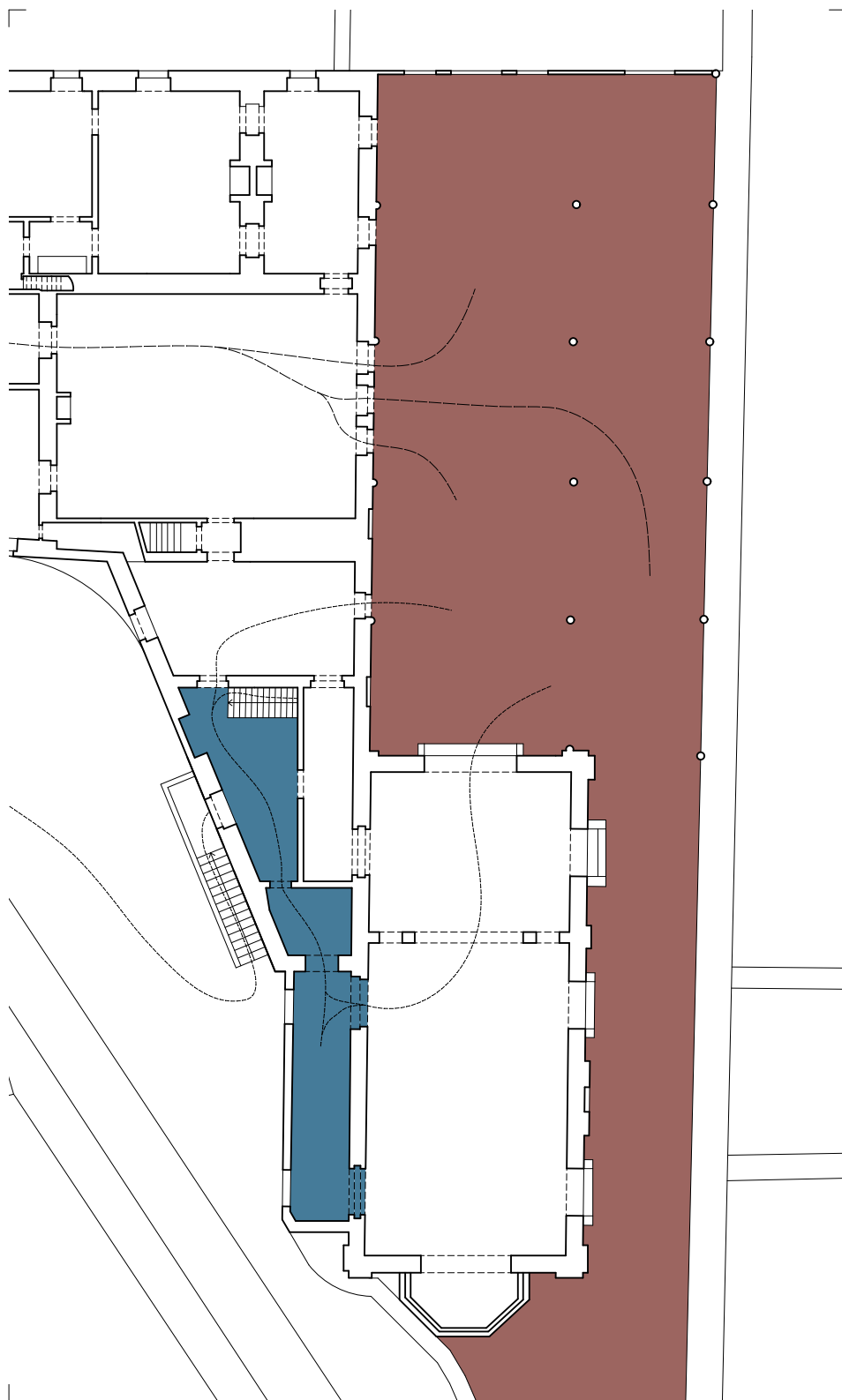


[Por toda a cidadela ecoa a música que, vinda da esplanada, anuncia o início das festividades. Da cozinha saem caixas, recipientes e outros objetos que tais recheados de doces aprimorados, de fazer regalar os olhos. Lá em cima, na copa, uma série de mãos aguarda a sua chegada para assegurar o devido empratamento. O terraço é, finalmente, contagiado por vozes alegres que, apesar da vivacidade, não se conseguem sobrepôr ao som da banda que ali estava também instalada. Não tarda, em traje impecável, sai pela sala de bilhar em direção ao exterior uma correnteza de serviços destinados a servir os elegantes foliões. E a festa, finalmente, começa.]

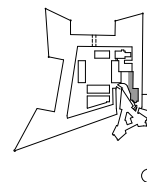
⁴¹ Vaz, P. (2011). *Reabilitação: projeto e obra. Palácio da Cidadela de Cascais*. Museu da Presidência da República, p. 34.

⁴² O caricato projeto para a nova cozinha [Fig. 44], nunca concretizado, implicava a construção de um volume à cota do piso nobre do palácio, apoiado sobre uma estrutura semelhante a um arco. Este volume com a nova cozinha, perpendicular à copa, deveria estabelecer ligação com este espaço de serviço facilitando-se, assim, a chegada dos alimentos à sala de jantar na sua proximidade.

..... Percurso dos fornecedores
 Percurso dos funcionários
 Percurso dos comensais



[Fig. 46] Planta parcial do piso nobre do Palácio Real da Cidadela de Cascais: salas de jantar, bilhar e terraço (c. 1900), desenho da autora, 2023. Escala 1/250.



①

5.4 DEPOIS DE BELÉM

5.4.4 Sobre a água: fogo e luz



[28 de outubro de 1905, pelas dez e vinte da noite: a noite amena envolve a cidadela que, resplandecente com as suas iluminações, brilha sobre a água. Por todo o lado vê-se gente: no Passeio D. Maria Pia, mais abaixo junto à Praia da Ribeira, ao longe, pela vila. E os comboios que vão chegando à estação trazem mais e mais convivas, desejosos de fazerem parte do evento e poderem dizer que, pelo menos durante um instante, partilharam Cascais com o rei. O fogo de artifício [Fig. 54 e Fig. 55], da responsabilidade do Sr. Costa Pinto (-), começou faz cinco minutos, precisamente quando Émile Loubet fez a sua entrada na cidadela.⁴³ Os estouros são constantes, ritmados, e a noite afoga-se em clarões de luz e cor.]

- Espaços de abastecimento
- Espaços de confeção
- Espaços de apoio
- Espaços de consumo
- Espaços de serviço
- Espaços de digestão

O material recolhido leva a crer que a casa do governador [Fig. 28] não possuiria um espaço de consumo tão intrinsecamente dialogante com a Baía de Cascais como aquele que hoje se reconhece no Palácio Real da Cidadela – ou, até, aquele que o antecedeu. O desenho de Higinio Craveiro Lopes (1838-1909) analisado, juntamente com as representações anteriores deste complexo defensivo assim o demonstram. Terá sido D. Luís o responsável pela construção de um novo volume, implantado a nascente e orientado para a Baía de Cascais, onde se instalaria a nova sala de jantar do palácio juntamente com um espaço de digestão, a sala de bilhar. Curiosamente, esta relação de dualidade entre consumo e digestão – sala de jantar e sala de bilhar – surge também materializada no paço da Ajuda onde, e após uma reestruturação interna na década de 1870, se criou a sala de jantar da Rainha D. Maria Pia e, na sua contiguidade, uma sala de bilhar.

“A tarefa de converter a antiga casa do governador em Paço Real ficou a cargo da Rainha D. Maria Pia, que vinha dando provas da sua capacidade de decorar nos interiores do Palácio da Ajuda. Ao seu lado esteve Possidónio da Silva, arquitecto da Casa Real, que na Cidadela voltaria a intervir. (...) Desde Setembro de 1872 que temos notícias de obras na Cidadela empregando carpinteiros, pedreiros, pintores e outros trabalhadores. (...)”⁴⁴

A participação do arquiteto Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896) nas obras de renovação da casa do governador originou, por conseguinte, a construção do primitivo

⁴³ De acordo com o *Diário Ilustrado* “O sr. Costa Pinto alcançou hontem um sucesso em toda a linha. As iluminações estiveram brilhantíssimas, estendendo-se desde Cascaes a Parede. (...) Começou [o fogo] às 10 horas e um quarto e finalizou às 11 horas e meia.” Campos, A. (red. principal). *Diário Ilustrado*, 11732, 29 de outubro de 1905. Impr. de Souza Neves, p. 2.

⁴⁴ Braga, P. B. (2011). Do mobiliário e decorar a Cidadela. In A. Costa; c. Falcão e S. L. Pires, *Palácio da Cidadela de Cascais*. Museu da Presidência da República e Câmara Municipal de Cascais, p. 190.



[Fig. 47] *Vista da baía de Cascais*, D. Maria Pia, 1884. Aguarela sobre papel (250 x 351 mm). © (PNA) MN Inv. 4699.

[Fig. 48] *O Palácio Real da Cidadela de Cascais visto da baía*, Enrique Casanova (1850-1913), datação desconhecida. Coleção privada. Imagem obtida em: «<https://jenikirbyhistory.getarchive.net/media/cidadela-de-cascais-enrique-casanova-032d94>», consultado a 15/06/2022.

volume da sala de jantar [Fig. 47, Fig. 48, Fig. 49 e Fig. 50]. Esta conceção e formalização do espaço de consumo palaciano terá despoletado, de igual forma – e como se vem explorando e defendendo –, uma reestruturação do interior do extremo sul do edifício já existente, onde ficariam alocados espaços de apoio e de serviço à refeição.

De construção aparentemente pouco robusta, esta foi, ainda assim, uma concretização arquitetónica bem sucedida no que concerne a sua implantação. Conhecido o gosto pelo mar, pela Baía de Cascais – e por comida – de D. Luís, compreende-se a vontade régia que determinou o posicionamento deste volume dedicado ao consumo (e digestão). Depreende-se, igualmente, que as limitações impostas pelas construções pré-existentes terão contribuído para esta feliz escolha do casal real. A par com a representação da arquitetura deste volume patente nos levantamentos de 1888 [Fig. 31] e 1895 [Fig. 3] conhecem-se algumas ilustrações coloridas [Fig. 47 e Fig. 48] e registos fotográficos [Fig. 49 e Fig. 50] que incluem, até, uma vista interior da autoria do pintor Enrique Casanova [Fig. 52] capaz de elucidar sobre a primitiva ambiência desta sala de jantar e de bilhar.

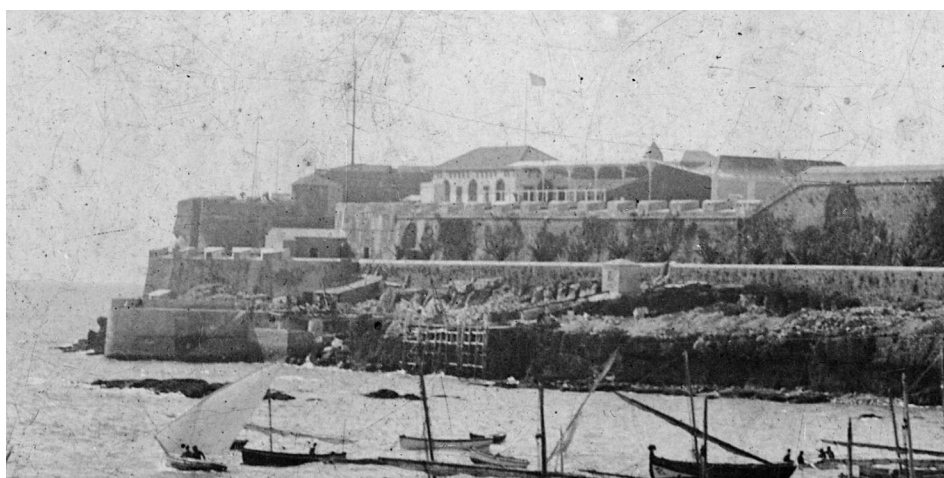
Distinguindo-se de forma notória do restante construído pela aparente simplicidade e leveza da sua construção, este novo volume implanta-se de forma tal que sobrepõe a sua geometria a um muro já existente, orientado a poente. Através das plantas de 1888 [Fig. 31] e 1895 [Fig. 3] verifica-se tratar-se de uma construção retangular, aberta para a baía através de quatro vãos – três pertencentes à sala de jantar, e um à sala de bilhar. Para além destas entradas de luz identificam-se outras três no espaço de consumo: duas orientadas a poente e uma terceira, a sul, centrada na parede mais estreita da sala de jantar. Diametralmente opostos a esta janela, e já no espaço da sala de bilhar, localizam-se outros três vãos, por sua vez orientados a norte, a partir dos quais se alcançaria visualmente o terraço da bateria.



[O terraço parece saído de um qualquer paraíso exótico, recheado de verdejâncias vistosas, de tecidos fluidos, de luzes e balões. Por entre os convidados em trajes de festa, transplantados naquela amazónia inusitada, circulam criados bem fardados, autênticos dispensadores dos mais diversos refrescos, magníficas porções de bolo e pastelarias variadas. No interior do palácio, tanto na copa como no corredor dos aparadores, diversos criados repõem o conteúdo dos tabuleiros de servir, que rapidamente são levados de volta para as gentes animadas do terraço, sempre sob o olhar atento do encarregado das mesas de Estado⁴⁵. O desejo daquela multidão por doces parece não ter fim, e o chá e os refrescos estão em constante demanda, não fosse aquela uma noite em que ainda cheira a verão.]

Os registos fotográficos deste volume foram, na sua maioria, captados algures entre as décadas de 1880 e 1890 [Fig. 49 e Fig. 50]. É através da imagem, mais até do que do desenho de arquitetura, que se compreende a fragilidade desta construção e a sua (quase) desadequação estética à função de residência régia – *“paço de trazer por casa”*. Interessantemente, as vistas registadas desta construção, que atentam principalmente no seu alçado nascente, virado para a baía, revelam a existência de cinco vãos, ao contrário dos quatro representados nos levantamentos de 1888 [Fig. 31] e 1895 [Fig. 3]. Deduz-se verosímil que, por motivos de coerência estética em prol da simetria, se tenha optado por falsear a existência do vão da fachada nascente no momento da transição entre a sala de jantar e a de bilhar.

⁴⁵ É verosímil julgar-se que o papel de encarregado das mesas de Estado aquando desta ceia tenha sido desempenhado por José Vicente Fortunato (-), que assumia tais funções no Paço das Necessidades. *Relação dos ordenados e gratificações dos empregados e criados da Casa Real referentes ao Almocharifado do Palácio Real das Necessidades*, Joaquim Jacintho Ramos, outubro de 1905. ANTT, PT/TT/CR/E/001/6135, Casa Real, caixa 6135.



[Fig. 49] O Palácio Real da Cidadela de Cascais visto da baía, autoria presumível de D. Maria Pia, c. 1890-1900. © (PNA) MP Inv. 60838.

[Fig. 50] Vista da Baía de Cascais, autor desconhecido, 1890. © AHC, PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00920.

“Na sala de jantar, a peça principal do mobiliário, que ocupava o centro do espaço, era uma comprida mesa retangular em madeira de nogueira e com guarnições pretas, elástica, como estava na moda, servida por dezassete tábuas que se podiam ir acrescentando consoante o número de talheres, ou seja, de lugares sentados (...).”⁴⁶

Não se tendo recolhido qualquer registo fotográfico do seu interior, recorre-se a uma das aguarelas de Enrique Casanova (1850-1913) comissionadas por D. Maria Pia em 1889 [Fig. 52]. Esta, ilustrativa de uma vista obtida a partir da sala de bilhar na direção da sala de jantar, revela um espaço de consumo apto a receber (pelo menos) dezoito comensais, iluminado por janelas de sacada. Na transição entre a sala de bilhar e de jantar identifica-se um vão geometricamente idêntico àquele que, no paço da Ajuda, faz a separação entre a Sala de Jantar da Rainha D. Maria Pia e a sala de bilhar contígua. Não será inverosímil pensar-se que poderá ter existido uma relação funcional entre estes dois pares de espaços de consumo e digestão indicadora da aplicação de um pensamento transversal às duas residências régias.

Como apenas é possível vislumbrar um dos dois vãos orientados a poente existentes na parede oeste da sala de jantar, não se torna perceptível se o segundo, não visível, seria igualmente de sacada – é possível que não, dadas as suas dimensões mais reduzidas. A aguarela de Enrique Casanova revela ainda a existência daquele que parece ser um biombo posicionado na transição entre as casas de passagem e a sala de jantar. A utilização destas peças de mobiliário, com o intuito de ocultar da vista dos comensais os espaços de serviço da refeição e a natural azáfama que nestes proliferava, impondo-se como elemento mediador, não surge como uma surpresa já que biombos com semelhante propósito foram identificados noutras habitações régias. Ainda assim, poderão fazer-se leituras diferentes face à utilidade destas peças de mobiliário:

“Aqui [sala de jantar] estava colocado um biombo (ou dois) em madeira e vidro, com apontamentos de talha na moldura que ocultava uma porta de serviço, dividindo o espaço e protegendo das correntes de ar. Contudo, este móvel desempenharia um papel mais decorativo do que funcional (...).”⁴⁷

A aparente fragilidade da construção que albergava esta sala de jantar e de bilhar, associada à proximidade ao mar e à consequente problemática advinda da erosão e desgaste dos materiais, terá levado a que, no final da década de 1890, fossem necessárias obras de maior volume. As referências à execução de reparações, ou à sua necessidade, na sala de jantar do Palácio Real da Cidadela de Cascais surgem com alguma frequência após 1896. Um manuscrito de 12 de maio de 1896⁴⁸ dirigido ao *diretor de edificios publicos e pharoes* dá conta da autorização régia para a reparação da sala de jantar. Este conjunto de obras do qual fez parte a intervenção no espaço de consumo principal ter-se-á iniciado a 30 de maio de 1896, como consta num outro documento assinado pelo engenheiro chefe de secção da Direção Especial de Edifícios e Faróis Paulo de Carvalho (-).⁴⁹ Num outro documento manuscrito datado de 23 de agosto de 1897, da Inspeção Geral do Real Palácio⁵⁰, a referência a “*reparação na sala de jantar*” vê-se substituída por “*reconstrução da sala de jantar*”, informação que se repete a 6 de dezembro de 1897⁵¹. Neste manuscrito, proveniente da Administração da Fazenda da Casa Real, a intervenção na sala de jantar é classificada como urgente, sendo revelado com maior detalhe o estado de degradação da sala de jantar outrora mandada edificar por D. Luís num outro documento da mesma administração, redigido em março do ano seguinte:

“(...) o pedido de reparações urgentes na Casa de jantar do Real Paço de Cascaes (...) foi motivado por todas as paredes d’esta casa apresentarem exterior e interiormente fendas perfeitamente visíveis, por alguns dos degraus que dão acesso à bateria se acharem

⁴⁶ Braga, P. B. (2011). Do mobilar e decorar a Cidadela. In A. Costa; c. Falcão e S. L. Pires, *Palácio da Cidadela de Cascais*. Museu da Presidência da República e Câmara Municipal de Cascais, p. 206.

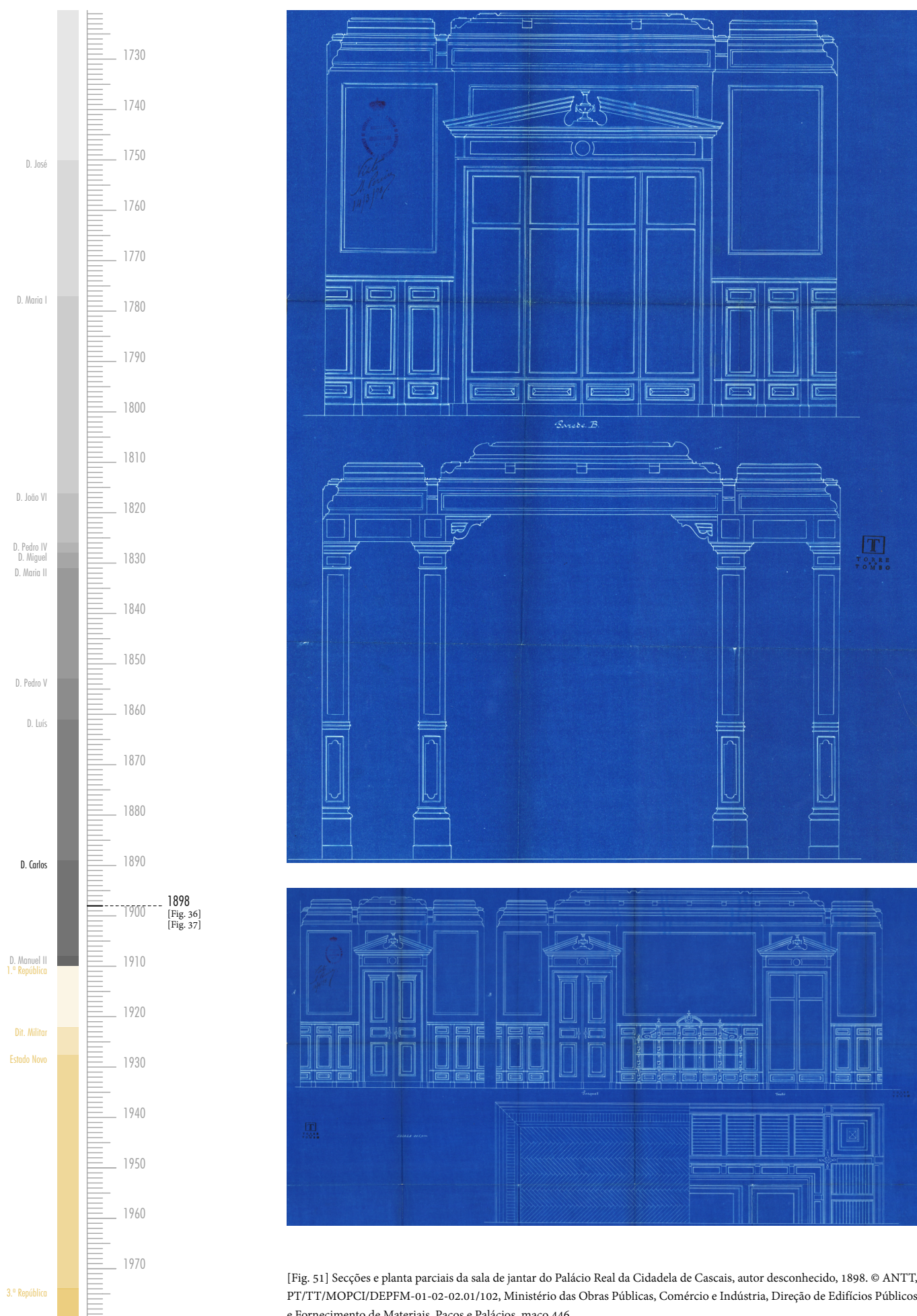
⁴⁷ *Idem, Ibidem.*

⁴⁸ Portaria a solicitar a continuação das obras no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Arthur Alberto de Campos Henriques, 12 de maio de 1896. ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

⁴⁹ Nota a dar conhecimento do início das obras no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Paulo de Carvalho, 30 de maio de 1896. ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

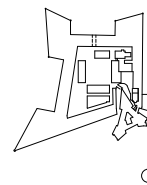
⁵⁰ Este manuscrito menciona de igual modo, e no quarteirão de S. Luís, a “*reparação da sua fachada do sul das cozinhas que lhe são anexas*”. Nota dos trabalhos a executar no Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 23 de agosto de 1897. ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

⁵¹ Nota da receção de ofício relativo à especificação das diferentes obras a executar nos Paços da Pena e da Cidadela de Cascais, Costa Sequeira, 6 de dezembro de 1897. ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.



[Fig. 51] Secções e planta parciais da sala de jantar do Palácio Real da Cidadela de Cascais, autor desconhecido, 1898. © ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/102, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

*deslocados, por o estuque do tecto estar em parte manchado devido a por vezes ter chovido dentro da mesma casa, por as persianas das portas e janelas estarem mais ou menos deterioradas, etc. (...) Com relação ao periodo de tempo disponível para fazer as reparações necessárias, pode V.^a Ex.^a contar, em harmonia com as instruções que tenho, com o tempo que decorre desde hoje até principios de Setembro do corrente anno, epoca em que a Casa de jantar deverá ser precisa para o serviço de Suas Magestades (...).*⁵²



Datadas de fevereiro e março de 1898 [Fig. 8] surgem as propostas de orçamento para execução dos trabalhos quer na sala de jantar⁵³, quer na de bilhar⁵⁴, por parte do empreiteiro Frederico Augusto Ribeiro (-), um construtor civil com oficina de carpintaria sediada na Rua Motta Veiga, em Lisboa. Estas propostas para a decoração interior da sala de jantar em madeira de *pitch-pine* e nogueira, acompanhadas de desenhos dos alçados interiores da divisão, do seu pavimento e do seu teto [Fig. 51], terão sido as selecionadas, considerando-se o empreiteiro Frederico Augusto Ribeiro “competente para bem as executar”. Contudo, é importante sublinhar que os trabalhos enumerados se referem a madeiramentos decorativos interiores, não se tendo encontrado qualquer documento que comprove a participação de Frederico Augusto Ribeiro na reconstrução propriamente dita do novo anexo – não se pode, por conseguinte, atribuir a autoria do projeto da nova sala de jantar e bilhar a este empreiteiro.

O novo volume construído nos finais de 1900 tem uma implantação em tudo semelhante ao anterior, ainda que a permeabilidade visual da sua parede nascente tenha sido reduzida. Ao invés dos anteriores quatro vãos – ignore-se o quinto, falseado – que rasgavam a maioria da superfície parietal, foram abertos na nova construção três, mais contidos em termos de dimensões. A separação entre os espaços de consumo e os espaços de digestão, outrora mediados por uma parede opaca foi, também, dissipada. No lugar desta surgiram quatro pilares entalhados, altamente decorativos, materializadores de uma intenção clara: a de permitir a fluidez dos espaços, enfatizando o seu cariz longitudinal, aumentando a permeabilidade da sala de jantar à luz natural e à vista do terraço sobre a bateria.

A reconstrução da sala de jantar e de bilhar [Planta 2 5 e 6] terá implicado, de igual forma, a ampliação das casas de passagem e a concretização sequente do corredor dos aparadores [Planta 2 7]. Este corredor, como anteriormente mencionado, poderia funcionar como um biombo petrificado, protegendo a sala de jantar de ruídos e odores, evitando igualmente que os comensais pudessem alcançar visualmente a azáfama do serviço da refeição. A contrapartida menos positiva advinda da construção deste corredor de aparadores prende-se com a eliminação dos dois vãos orientados a poente dos quais usufruía o anterior espaço de consumo, reduzindo-se ainda mais a quantidade de luz natural capaz de penetrar no renovado espaço da sala de jantar.

Ao comparar-se a ambiência do espaço de consumo mandado concretizar por D. Luís [Fig. 31] – que se depreende fielmente representada na aquarela de Enrique Casanova [Fig. 52] – com aquela da sala de jantar edificada a mando de D. Carlos [Fig. 53], é se levado a concluir que ambas revelavam uma adequabilidade própria ao contexto em que se inseriam. Por um lado a sala de jantar de D. Luís, de construção mais leve, mais permeável à baía e à luz, de aspeto exterior algo inadequado à sua condição de espaço de consumo régio mas, ainda assim, amplamente condizente com uma ideia de arquitetura de veraneio quase efémera, capaz de ser levada pelos ventos de Cascais. O seu interior – que parece replicar cromaticamente os tons amarelados da areia e do sol, e os azuis da água, banhados pelo cintilar dos pendentês translúcidos de cristal que compõem o lustre do tecto – apresenta-se sereno, convidando a uma refeição tranquila em plena comunhão com o exterior. Por outro lado, a sala de jantar de D.

⁵² Nota da receção de ofício relativo à especificação das diferentes obras a executar nos Paços da Pena e da Cidadela de Cascais, Costa Sequeira, 6 de dezembro de 1897. ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

⁵³ Proposta modificada para a decoração interior da sala de jantar do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Frederico Augusto Ribeiro, 1 de março de 1898. ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.

⁵⁴ Proposta modificada para a decoração interior da sala de bilhar do Palácio Real da Cidadela de Cascais, Frederico Augusto Ribeiro, 28 de fevereiro de 1898. ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/446, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 446.



[Fig. 52] *Sala de bilhar do Palácio Real da Cidadela de Cascais*, Enrique Casanova (1850-1913), 1889-1895. Aguarela sobre papel (274 mm x 200 mm). © (PNA) MN Inv. 55450/13.

Carlos, mais robusta e pesada, profusamente decorada com madeiras envernizadas num tom intermédio, que resplandecem sob a iluminação artificial dos lustres dourados com figuras de dragões fêmea. Uma sala marcadamente mais rica e régia, com uma sumptuosidade decorativa e de materiais que a aproxima das principais divisões de paços como o da Ajuda ou das Necessidades e, por consequência, a afasta do mar da baía e do espírito de veraneio despreocupado da vila de Cascais. Porventura era esta a intenção: comer com algum recato face ao mar, jogar bilhar a entrever o mar e, por fim, terminar a digestão no terraço, sobre o mar, como se sobre ele se pairasse.

“(…) chegaram ali, da capital, por via terrestre, muitos convidados, o séquito do rei, o corpo diplomático, Ministros, etc.. O palacete real de Verão, para onde fomos convidados, estava inundado num mar de luzes. Como não havia ali sala de baile, improvisou-se para este festival um vasto salão, mesmo junto ao palácio (...). Armaram uma larga tenda e o chão foi coberto com magníficos tapetes. Num e noutro canto os pesados canhões navais defendem, como sempre, as margens do oceano.”⁵⁵

O aproveitamento do terraço exterior como uma extensão, ou continuidade, dos espaços da sala de jantar e de bilhar demonstra a importância que a envolvente próxima da Baía de Cascais exerceu sobre a apropriação da cidadela. Este relato de um cidadão polaco que se havia deslocado a Cascais para participar no Congresso de Arqueologia de 1880 e que, tal como os demais participantes, usufruiu de um convite por parte de D. Luís para uma cerimónia na cidadela, dá conta da utilização do terraço da bateria como salão de baile ao ar livre. Este imenso espaço de convívio, que se via mobilado e decorado de forma deslumbrante em dias de festa, poderá ser lido como o maior e, porventura, mais significativo espaço de digestão do Palácio Real da Cidadela de Cascais [Fig. 46] onde, amiúde, se concretizavam momentos de consumo.

“Desde cedo se optou pela instalação de um largo toldo de lona branca a cobri-la [a bateria] para amenizar os efeitos da forte exposição solar. Debaixo deste toldo, no terraço de lajedo, era habitualmente colocado mobiliário de verga, cadeiras de braços e mesas de apoio, sobre tapetes orientais que lhe conferiam maior conforto. Assim, tornava-se esta área num espaço misto que, não sendo interior, também não era totalmente exterior (...).”⁵⁶

É precisamente o carácter híbrido deste espaço que lhe confere um interesse especial. Se na sala de jantar reinava uma ambiência de recato e proteção, ainda que em tão grande proximidade das águas da baía, nos espaços de digestão da sala de bilhar e do terraço da bateria confluía uma mescla de vontades em torno da dualidade interior/exterior.



[Espalhados pelo terraço coberto, os convivas agrupam-se em pequenos núcleos determinados pelas suas afinidades de género, familiares e intelectuais. Vai-se comendo, bebendo e conversando, sempre a derramar olhares sobre a baía, onde o festival pirotécnico continua com todo o fulgor. Os clarões pintalgam o céu, e por todo o lado o povo exclama e exalta. A iluminação do terraço, já só por si maravilhosa, ganha com o fogo uma nova dimensão cromática, e os alimentos que por ali circulam, sob aquele banho de mel das luzes, quase parecem ter sido abandonados pela sua essência terrena.]

A sala de bilhar, no seguimento do principal espaço de consumo, apresenta-se como um momento intermédio entre o recato da refeição e a libertação pós-prandial. Apesar de se

⁵⁵ Andrade, F. (1964). *Cascais – Vila da Corte: oito séculos de História*. Câmara Municipal de Cascais, p. 311.

⁵⁶ Braga, P. B. (2011). Do mobilar e decorar a Cidadela. In A. Costa; c. Falcão e S. L. Pires, *Palácio da Cidadela de Cascais*. Museu da Presidência da República e Câmara Municipal de Cascais, p. 206.



[Fig. 53] As salas de jantar e de bilhar do Palácio Real da Cidadela de Cascais antes do restauro iniciado em 2009, José Manuel, 2005. © Museu da Presidência da República. Imagem obtida em: «<https://www.museu.presidencia.pt/pt/conhecer/palacio-da-cidadela-de-cascais/democracia-1974/>», consultado a 19/06/2022

constituir um espaço inteiramente interior, a sua janela orientada a norte – um vão de dimensões consideráveis –, facilita uma grande permeabilidade com o exterior, antecipando-o e transformando esta divisão num espaço interior com pretensões exteriores. Por sua vez, o terraço da bateria, um espaço exterior propriamente dito, parece querer encarnar a aura de uma ‘loggia’ quando, amplamente decorado e preenchido com elementos têxteis, florais e mobiliário⁵⁷, materializa uma intenção de apropriação de um espaço exterior com pretensões de fantasioso interior. Para a construção desta sensação de interioridade contribui em larga escala o toldo entretanto referido. De acordo com o descrito no *Diário de Notícias* de 30 de setembro de 1872:

*“A parte da bateria fronteira às portas da sala de estado (...) foi convertida em salão adaptando-se ao toldo já existente a porção de lona bastante para cobrir até às canhoneiras, (...). Deste lado a decoração é de bandeiras italianas e portuguesas; o solo atapetado e o recinto abrilhantado com arbustos, flores e balões à veneziana.”*⁵⁸

Parece existir apenas um registo visual inequívoco deste toldo, captado numa aguarela elaborada por D. Maria Pia em 1884 [Fig. 47]. Outras ilustrações, nomeadamente de Enrique Casanova [Fig. 5 e Fig. 48], realizadas antes da reformulação do volume da sala de jantar e de bilhar, revelam já a existência de uma estrutura metálica, assim como de um tapume no limite norte do terraço. Contrariamente ao disposto por alguns autores⁵⁹, os trabalhos para a construção desta cobertura de vidro, por vezes identificada como marquise, terão sido orçamentados a 6 de junho de 1894 pela empresa de Frederico Collares (-).⁶⁰ Neste documento manuscrito são feitas referências a “*columnas, pernas d’asna, madres, pinasios e misulas decoradas com armas reais*”, sendo igualmente mencionada uma “*calha d’algeroz, que poderá sêr de chapa de ferro galvanizada, para assentar na parede, tudo semelhante aos esboços*”, infelizmente, não encontrados. O orçamento descritivo continua, dispondo-se o seguinte:

“Todo o referido material, deve montar aproximadamente a 8.500 kg; todo o trabalho, solido e perfeitamente executado, posto no lugar do seu destino, para o que terei de ali mandar operarios serralheiros, fazer a respectiva montagem, de todas as peças e pertences metallicos, deve custar custar muito aproximadamente Rs 1:600\$000, e mais a vidraça que creio deve custar, cerca de Rs 800\$000, por sêr fosca (...).

*Não sei bem, como V. Ex.^a querará que seja collocado o varão para o toldo, nem mesmo o que terá de fazer-se para os stores mas creio dever ser cousa de pouca monta (...).*⁶¹

Num outro manuscrito, desta vez de 23 de julho do mesmo ano, redigido pelo Engenheiro Chefe de Secção da direção Especial de Edifícios Públicos e Faróis, Paulo de Carvalho, é dado seguimento ao processo de “*feitura e assentamento d’uma marquise em ferro no Palacio de Cascaes*”⁶². Esta estrutura, que cobriria uma área com cerca de vinte sete metros de comprimento por nove metros de largura, poderia ficar concluída até ao final do mês de agosto de 1894, isto se adjudicada a empreitada a Frederico Collares. A informação contida num terceiro documento, redigido com caligrafia algo descuidada e datado de dezembro do mesmo ano informa sobre a necessidade de “*substituição do actual tapume que veda no Norte o terraço coberto pela nova marquise*”⁶³. Esta descrição atesta que em finais de 1894 a obra já havia sido executada deduzindo-se que terá sido, efetivamente, a empresa de Frederico Collares a responsável pelos trabalhos. Para além da referência à substituição do tapume – que se desconhece quando terá sido originalmente levantado –, é mencionado um toldo, o mesmo a que aludia o orçamento de 6 de junho. Sobre as obras necessárias em torno deste esclarece-se: “*Tudo o preciso p.^a poder fechar-se, quando se quiser, o recinto do mesmo terraço até á muralha com um toldo, transformando o terraço em sala de baile.*”⁶⁴

⁵⁷ Braga, P. B. (2011). Do mobilar e decorar a Cidadela. In A. Costa; c. Falcão e S. L. Pires, *Palácio da Cidadela de Cascais*. Museu da Presidência da República e Câmara Municipal de Cascais, p. 226.

⁵⁸ Diário de Notícias de 30 de setembro de 1872 citado por Ramalho, M. M. (2003). *Uma Corte à Beira-Mar: 1870-1910*. Quetzal, p. 14.

⁵⁹ Pedro Bebiano Braga, em *Do mobilar e decorar a Cidadela*, faz referência à década de 1880 como a de execução da marquise. BRAGA, P. B. *Op. Cit.*, p. 231.

⁶⁰ Orçamento explicativo apresentado pela empresa de Frederico Collares para a execução e instalação de uma marquise no Palácio Real da Cidadela de Cascais, António Pedro Moniz Galvão, 6 de junho de 1894. ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1187, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 1187.

⁶¹ *Idem, ibidem.*

⁶² Despacho a dar conhecimento do anteprojecto do orçamento apresentado pela empresa de Frederico Collares para a execução e instalação de uma marquise no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Paulo de Carvalho e Mello, 23 de julho de 1894. ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1187, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 1187.

⁶³ Nota a dar conhecimento das obras diversas a efetuar no Palácio Real da Cidadela de Cascais, Folque (?), 26 de dezembro de 1894. ANTT, PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.01/1187, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, Paços e Palácios, maço 1187.

⁶⁴ *Idem, ibidem.*



[Fig. 54] Procissão do Jubileu numa aldeia da Cornualha, junho 1897, Sherwood Hunter (1846-1919), 1897. Óleo sobre tela (1300 x 2160 mm). © Royal Cornwall Museum, TRURI : 1000.45.

[Fig. 55] As festas em Cascais a 28 de setembro de 1905, autor desconhecido, 1905. Ilustração patente em Chaves, J. J. (Ed. lit.). *Ilustração Portuguesa*, 101, 9 de outubro de 1905. Empresa do Jornal "O Século", p. 777.

Posto isto, é-se levado a concluir que, apesar da construção da marquise, continuava a haver a necessidade de utilizar um toldo, porventura para garantir maior proteção em caso de chuva ou, até, e já com uma visão altamente cénica, auxiliar na materialização de um renovado imaginário fantasioso [Fig. 54]. Ainda assim, aquando de condições meteorológicas adversas marcadas por chuva e ventos fortes, a comitiva de participantes seria encaminhada para o interior do paço, em cujo salão [Planta 2 1] os bailes poderiam continuar.⁶⁵ A utilização deste terraço como palco de festa e de diversão para a família real e para a corte, na continuidade de um jantar e/ou aquando de uma ceia, materializava um momento social que muito atraía os habitantes da vila que, como vinha sendo costume, eram presenteados com um exuberante espetáculo de luzes, música e fogo-de-artifício sobre a baía. Do alto da bateria, numa posição privilegiada, estava destinada aos monarcas e aos seus convidados a melhor vista. Os festejos no Palácio Real da Cidadela de Cascais, para além de celebrativos de visitas especiais ao país – como a do Presidente da República Francesa Émile Loubet –, aconteciam tipicamente por altura dos aniversários reais, isto é, finais de setembro. Um relato publicado no *Diário de Notícias* no dia 29 de setembro de 1900 descreve com especial minúcia uma noite de iluminações e concertos:

“Os comboios⁶⁶ da noite viam apinhados de forasteiros, se bem que o material tivesse sido reforçado. Dos Estoris saiu ontem para Cascais, a maior parte das famílias. Às oito horas da noite começaram os concertos musicais (...). As iluminações produziram magnífico efeito, muito principalmente no mar (...). As iluminações eram as seguintes: na fachada da cidadela que faz frente para o passeio Maria Pia, um renque com balões, que também, em numero de 1.200 pendiam dos arames que ligavam os mastros das bandeiras uns com os outros por aquele passeio, avenida D. Carlos e passeio D. Amélia. Nas esplanada havia iluminação a luz elétrica e no chão, debaixo das palmeiras e noutros pontos, do passeio Maria Pia, 600 tigelinhas à moda do Minho, produzindo bom efeito.”⁶⁷

Para além das centenas de balões venezianos, chineses e das bobeches⁶⁸ de vidro e de folha mobilizados para iluminar os festejos na cidadela, era ainda feito uso de plantas diversas, de verduras ou com flores que, espalhadas pelo terraço da bateria, contribuíam para o cenário de fausto e frescura. Porventura a sua verdejância seria perdida pelas cores do fogo e das luzes. Contudo, todos os elementos desempenhavam o seu papel na transformação do terraço num cenário de fantasia que ganhava uma nova vida nas noites quentes de fim de verão.



[Levantado o pano de fundo de estouros provenientes do fogo-de-artifício, a música volta a ser ouvida com clareza na cidadela. Na cozinha aprontam-se os diversos pratos que, não tarda, serão enviados para a copa devidamente acondicionados e, depois, servidos na ceia volante que começará por volta da uma da manhã. Num dos extremos do terraço, com algum recato face aos alegres convivas que se entretêm agora a dançar, começa a ser montada uma mesa para cinco talheres, onde cearão Suas Majestades, Suas Altezas e o ilustre convidado, Émile Loubet.⁶⁹ As louças e pratos que estão a ser trazidos da mantearia são cuidadosamente posicionadas, faltando apenas os cristais. Que magnífica mesa aquela, pairando acima da água, sob as luzes, acariciada pela leve brisa que teima em ficar. E a música continua, aquecendo os corpos dançantes enquanto o aconchego do estômago não é servido.]

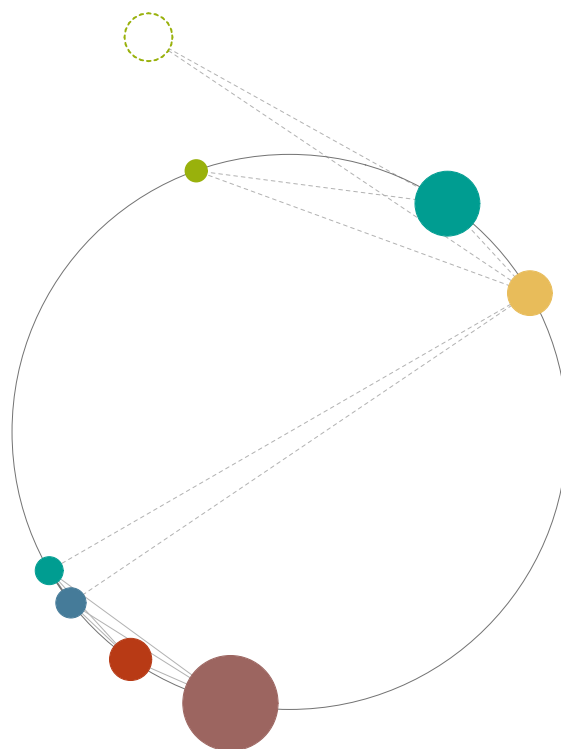
⁶⁵ Ramalho, M. M. (2003). *Uma Corte à Beira-Mar: 1870-1910*. Quetzal, p. 28.

⁶⁶ A inauguração do troço ferroviário entre Pedrouços e Cascais havia acontecido em setembro de 1889.

⁶⁷ Andrade, F. (1964). *Cascais – Vila da Corte: oito séculos de História*. Câmara Municipal de Cascais, p. 368. Grafia atualizada.

⁶⁸ Candeeiro de parede.

⁶⁹ De acordo com o *Diário Ilustrado* “(...) sendo a ceia volante, servida á uma hora da noite. Para suas Majestades, Altezas e presidente Loubet, foi armada uma pequena mesa.” Campos, A. (red. principal). *Diário Ilustrado*, 11732, 29 de outubro de 1905. Impr. de Souza Neves, p. 1.



5.5 A IMPRESSÃO ESPACIAL DA REFEIÇÃO DE 28 DE OUTUBRO DE 1905

A imagem final da interação entre os espaços alimentares do Palácio Real da Cidadela de Cascais, tal como operaram no dia 28 de outubro de 1905, é tradutora da dinâmica de afastamento originada pela autonomização do volume onde se localizam as câmaras apropriadas como cozinha e ucharia. Assim, reconhece-se nesta imagem, tal como na arquitetura do complexo palaciano, a existência de dois núcleos de espaços alimentares que compreende, de um lado, confeção e apoio afeto e, do outro, apoio dedicado ao consumo, consumo, serviço e digestão. A distância entre núcleos é concretizada através de um complexo percurso com momentos interiores e exteriores – representada graficamente através de traço interrompido –, dificultador de um operacional serviço da refeição.